



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Thaís Gonçalves Cruz

**Quando os crias (se) contam: a produção de dados alternativos nas favelas  
cariocas**

Rio de Janeiro

2022

Thaís Gonçalves Cruz

**Quando os crias (se) contam: a produção de dados alternativos nas favelas cariocas**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Palloma Valle Menezes

Rio de Janeiro

2022

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

C957

Cruz, Thaís Gonçalves.

Quando os crias (se) contam: a produção de dados alternativos nas favelas cariocas / Thaís Gonçalves Cruz – 2022.

117 f.: il.

Orientadora: Palloma Valle Menezes

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ)– Teses. 2. Estatísticas demográficas – Teses. 3. Sociologia urbana – Teses. I. Menezes, Palloma Valle. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 333.326(815.3)

Thaís Louzada Coutinho CRB-7 6809 – bibliotecária responsável pela ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese de doutorado, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Thaís Gonçalves Cruz

**Quando os crias (se) contam: a produção de dados alternativos nas favelas cariocas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 12 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Palloma Valle Menezes (Orientadora)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

---

Dr. Pablo de Moura Nunes de Oliveira  
Universidade Cândido Mendes

Rio de Janeiro

2022

## **DEDICATÓRIA**

Esse trabalho é dedicado aos meus interlocutores e a todos os jovens periféricos que constroem, repensam, movimentam e ressignificam a roda. Afinal o conhecimento não vem só de uma torre, vem também das ruas, becos, vielas e morros da periferia.

## AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar até aqui não foi fácil, sozinha não teria conseguido. Por essa razão, agradeço profundamente a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta ao longo dos meus vinte e seis anos de idade e em especial nos últimos seis anos de caminhada pela universidade pública. Fico tão feliz em ver aonde cheguei e com quem cheguei. Assim, não poderia deixar de agradecer algumas pessoas em especial:

À minha orientadora Palloma Menezes, por sua atenção, comentários, correções, referências, indicações e pelas oportunidades de continuar seguindo o caminho acadêmico. Agradeço-a também enquanto Coordenadora do curso de Sociologia e enquanto Professora. Exerce admirável e lindamente estas três funções. No segundo semestre tive a felicidade de cursar a disciplina de Violência Urbana no Brasil e sem dúvidas foi uma das melhores disciplinas que já tive.

Aos membros da minha banca, Eugênia Motta, Mariana Cavalcanti e Pablo Nunes, primeiramente por terem aceitado participar da defesa. Pela leitura atenciosa e dedicada de minha dissertação, pelos comentários e pelas provocações. Agradeço a Eugênia também por ter me disponibilizado a bibliografia de Sociologia da quantificação que me auxiliou na escrita.

Aos membros do LabJaca que fui conhecendo aos poucos e se mostraram superabertos para conversas e trocas comigo. Fiquei feliz de saber que gostaram de ver meu interesse em apresentar o trabalho deles. Um agradecimento especial para Pedro Paulo e Poema que aceitaram ser entrevistados e por me apresentarem com mais profundidade o trabalho incrível do LabJaca e um pouco de suas trajetórias de vida.

Agradeço também à minha orientadora da graduação Tamires Alves que mesmo de longe se mostrou presente, torcendo e comemorando minhas pequenas vitórias. Obrigada por ter me motivado e auxiliado durante a graduação e na seleção do mestrado.

Aos meus amigos Ana Clara, Giovanna, Marcelo, Jéssica, Kharine, Mina e Gustavo. Obrigada pelos comentários valiosos em nossas reuniões coletivas de orientação, pelas conversas e risadas. O *Bonde da Palloma*, sem dúvidas, foi uma das minhas bases nesses últimos dois anos. Gostaria de deixar um agradecimento especial a Giovanna, Ana e Marcelo por tornar esses anos mais agradáveis e pelo companheirismo. Agradeço também a minha amiga Carol por compartilhar desde salgadinhos, aflições até uma caminha durante a ANPOCS.

À X Semana Discente do IESP e a todos da organização. Agradecimento especial ao Marcos e a Clara pela leitura, comentários, indicação de referências sobre o meu artigo e meu tema de dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro durante a minha pesquisa. Ao meu programa IESP/UERJ e à toda a equipe do SPG por todo apoio institucional.

Agradeço também aos pesquisadores do grupo CASA e a Mariana Cavalcanti pela leitura e pelos comentários do meu pré-projeto de mestrado no primeiro semestre.

Aos meus coordenadores de pesquisa Pablo e Thallita pela oportunidade de crescer enquanto pesquisadora. Agradeço também as minhas parcerias de trabalho Ana e Yasmin, pelas ricas trocas e pela torcida. Um agradecimento especial para Thallita pelos conselhos, incentivos, aprendizados acadêmicos e da vida.

Ao CESeC, a todos os pesquisadores e colaboradores que me receberam de braços abertos neste ano, por proporcionar encontros com referências acadêmicas e sanduíches com molho delicioso nas reuniões. Feliz em fazer parte desse time incrível.

A meu amigo e vizinho Marlon que compartilha as experiências e angústias de pesquisar sendo da Baixada. Pelos livros emprestados e pelos conselhos desde a escrita do TCC até a elaboração do projeto de doutorado.

Ao meu companheiro Phelipe que mesmo sem ser acadêmico ou da área de humanas me ajudou a organizar minhas análises e pensamentos. Agradeço muito também pelos escapes do mundo acadêmico com as comidas quentinhas, filmes, massagens e abraços.

Aos meus pais, Claudia e João, pela base que me deram até aqui. Aos meus irmãos por financiar alguns lanches e pelas caronas para casa, em especial nas inúmeras vezes que o ramal Gramacho parava de circular (valeu SuperVia). À minha vó Maria das Graças, pelos biscoitos de polvilho caseiros, pela preocupação comigo toda vez que ficava gripada, pelos inúmeros áudios no WhatsApp e pelos abraços delicados. Agradeço também ao meu sobrinho Enzo, pelas visitas ao meu quarto enquanto escrevia a dissertação para mostrar seu desenho novo, pelos abraços e pelas vezes que penteou meu cabelo.

Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político.

*Grada Kilomba*



## RESUMO

CRUZ, Thaís Gonçalves. *Quando os crias (se) contam: a produção de dados alternativos nas favelas cariocas*. Orientadora: Palloma Valle Menezes. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O propósito deste trabalho é compreender como se dá a produção de dados alternativos nas favelas a partir de um estudo de caso sobre o LabJaca, um laboratório de dados e narrativas localizado no Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro. Para analisar esse cenário o texto será dividido em três capítulos. No primeiro, é trabalhado a cronologia da produção de dados sobre as favelas cariocas. Neste, recupero desde as primeiras estimativas produzidas destes espaços no início do século XX até os levantamentos atuais, localizando a entrada dos coletivos e organizações periféricas no processo de elaboração de dados. O segundo capítulo dedica-se a apresentar a produção cidadã de dados, o LabJaca e suas características. Por fim, o último é voltado para esmiuçar a produção e a divulgação científica do LabJaca. Bem como a lente pela qual são orientados, designada por eles como “metodologia de cria”. Concluo que a produção de dados na favela não se trata apenas de uma mobilização da técnica pelos atores periféricos, mas é também uma ferramenta política para pautar suas demandas e construir uma imagem despreendida das narrativas negativas historicamente atribuídas as favelas e aos seus habitantes.

Palavras-chave: produção de dados; favelas; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

CRUZ, Thaís Gonçalves. *When the “crias” count themselves: the production of alternative data in the Rio de Janeiro’s favelas*. Orientadora: Palloma Valle Menezes. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The purpose of this work is to understand how alternative data is produced in favelas based on a case study of LabJaca, a data and narrative laboratory located in Jacarezinho, in the North Zone of Rio de Janeiro. To analyze this scenario, the text will be divided into three chapters. In the first, the chronology of the production of data on Rio's favelas is worked on. In this, I recover from the first estimates produced of these spaces in the beginning of the 20th century to the current surveys, locating the entry of peripheral collectives and organizations in the data elaboration process. The second chapter is dedicated to presenting citizen data production, LabJaca and its characteristics. Finally, the last one is aimed at detailing LabJaca's production and scientific dissemination. As well as the lens through which they are guided, designated by them as “metodologia de cria”. I conclude that the production of data in the favela is not just about a mobilization of technique by peripheral actors, but it is also a political tool to guide their demands and build an image detached from the negative narratives historically attributed to favelas and their inhabitants.

Keywords: data production; favelas; Rio de Janeiro.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Lista de família.....	24
Figura 2 -	Boletim individual dividido por estado civil.....	25
Figura 3 -	Questionário usado no Censo das Favelas 1949.....	33
Figura 4 -	Mapa do Morro de São Carlos preparado pelos recenseadores do IBGE	40
Figura 5 -	Capa das edições de publicação da pesquisa no jornal O Estado de S. Paulo.....	42
Figura 6 -	Linha do tempo da produção de dados sobre as favelas cariocas.....	56
Figura 7 -	Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro.....	61
Figura 8 -	Painel informativo de grafite sobre os números da Covid-19.....	62
Figura 9 -	Postagem da página LabJaca.....	69
Figura 10 -	Chamada para participar da pesquisa sobre eficiência energética.....	85
Figura 11 -	Cards do relatório sobre os custos das operações policiais.....	87
Figura 12 -	Divulgação do Boletim da Dengue no Jacarezinho.....	92
Figura 13 -	Resultados da pesquisa Boletim Dengue no Jacarezinho.....	92
Figura 14 -	Gráfico do relatório de avaliação do programa Cidade Integrada.....	95
Figura 15 -	Card da pesquisa de avaliação do Cidade Integrada.....	96

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
CEASM	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CEP	Código de Endereço Postal
CEPEDOCA	Centro de Estudos, Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CGD	Citizen-generated data
CIDPOL	Cidade da Polícia
COP 27	27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas
CORE	Coordenadoria de Recursos Especiais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DGE	Diretoria Geral de Estatística
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
GE	General Electric
GENI-UFF	Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDMJR	Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial
IDPN	Instituto de Defesa da População Negra
IPP	Instituto Pereira Passos
IRI PUC-Rio	Instituto de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NICA	Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
SABREN	Sistema de Assentamento de Baixa Renda
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SMS-RJ	Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>QUANTIFICANDO AS FAVELAS ONTEM E HOJE</b> .....	22
1.1	<b>Das estimativas preliminares aos primeiros estudos mais sistemáticos</b> .....	22
1.2	<b>As favelas como unidades censitárias</b> .....	32
1.2.1	<u>Censo das Favelas (1949)</u> .....	33
1.2.2	<u>Recenseamento Geral (1950)</u> .....	36
1.3	<b>Avalanche dos números sobre as favelas cariocas</b> .....	41
1.3.1	<u>Relatório da SAGMACS (1960)</u> .....	41
1.3.2	<u>Os censos do IBGE e o Cadastro das favelas (1960-1991)</u> .....	45
1.3.3	<u>A produção de dados alternativos: os primeiros autorrecenseamentos das favelas</u> .....	49
1.4	<b>Entre o hoje e o amanhã</b> .....	52
2	<b>A PRODUÇÃO DE DADOS NAS FAVELAS CARIOCAS</b> .....	57
2.1	<b>Favelas, dados e narrativa</b> .....	58
2.2	<b>LabJaca: laboratório de dados no Jacarezinho</b> .....	67
2.2.1	<u>Repertórios de ação e sua circularidade</u> .....	71
2.2.2	<u>Estrutura organizacional do LabJaca</u> .....	74
2.2.3	<u>O Jacarezinho como ponto de partida</u> .....	77
2.2.4	<u>Contradições e tensões constitutivas</u> .....	80
3	<b>“METODOLOGIA DE CRIA”: UMA LENTE INDISSOCIÁVEL DA PRODUÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS VINDOS DA FAVELA</b> .....	83
3.1	<b>As produções do LabJaca: o que e como se conta?</b> .....	84
3.1.1	<u>Pesquisa “Como Anda a Luz no Jacarezinho?”</u> .....	84
3.1.2	<u>Vídeo-relatório sobre os custos das operações policiais</u> .....	87
3.1.3	<u>“Boletim Dengue no Jacarezinho 2022”</u> .....	90
3.1.4	<u>Relatório de Pesquisa do Observatório Cidade Integrada</u> .....	93
3.2	<b>Os efeitos da experiência periférica</b> .....	97
3.3	<b>O LabJaca como um método</b> .....	100
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	103
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105

<b>ANEXO A</b> - Quadro comparativo dos levantamentos censitários das favelas....	112
<b>ANEXO B</b> – Quadro comparativo das pesquisas do LabJaca.....	117

## INTRODUÇÃO

Quando se pensa em favela, qual a primeira coisa vem à cabeça? Muitas pessoas ainda associam esse território a violência e a pobreza, até mesmo representantes políticos em rede nacional<sup>1</sup>. Na literatura, por sua vez, durante muito tempo houve certo predomínio de estudos sobre estes temas que colocavam a favela enquanto “síntese da pobreza” e “síntese da violência” (Valladares; Medeiros, 2003). Estas são formas de atualizar o modo como sempre foram vistas: como um “problema”. Desde sua origem é entendida assim por jornalistas, médicos, engenheiros e gestores públicos. Tal enquadramento orientou a necessidade de controle desses espaços e de seus habitantes e com essa necessidade de controlar veio o ímpeto de conhecer melhor.

Para tanto, era preciso “classificar, medir e quantificar o objeto em questão” tendo em vista que assim garantiria uma “boa administração e um controle eficaz” das favelas (Valladares, 2005). Oportuno lembrar que as estatísticas já eram amplamente utilizadas na Europa e nos Estados Unidos, entre os séculos XVII e XVIII, como ferramenta para exercer o ato de governar. Conforme aponta Nikolas Rose (1991), o conhecimento a partir dos números era indispensável para um bom governo, bem como para controlar certos segmentos da sociedade. A título elucidativo, o censo de 1840 nos Estados Unidos serviu para demonstrar a inferioridade dos negros:

Quando os resultados do censo foram publicados em 1841, o número total de pessoas relatadas como insanas ou débeis mentais nos Estados Unidos foi mais de 17.000. Mais precisamente, cerca de 3000 eram negros e a taxa de insanidade entre os negros livres era 11 vezes maior do que a dos escravizados e seis vezes maior do que a população branca. Para aqueles que se opunham a abolição, como o vice-presidente dos Estados Unidos, John C. Calhoun, os números deste censo provavam que os negros eram congenitamente inaptos para a liberdade (Rose, 1991: 685, tradução nossa).

Aqui vale inserir brevemente as premissas da Sociologia da Quantificação. Os dados e as estatísticas não se resumem a uma simples “concepção fotográfica” (Besson, 1995) da realidade ou uma descrição exata do mundo em que vivemos. Vide que a quantificação se trata

---

<sup>1</sup> Nos debates presidenciais o candidato Jair Bolsonaro atacou seu adversário Lula ao dizer que em sua visita e passeata de campanha petista ao Complexo do Alemão “não tinha um policial”, “só traficante”. Ou seja, criminalizando a favela e seus moradores. Nesse mesmo contexto, o boné que Lula ganhou do Voz das Comunidades com a sigla “CPX” também foi alvo de criminalização. A sigla que é uma abreviatura de Complexo usada pelos moradores foi associada a sigla de facções criminosas. Ver mais em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/bolsonaro-insiste-em-estrategia-de-criminalizar-favelas-e-disseminar-desinformacao/>

de um trabalho de objetivação e não de objetividade. Ou seja, abstrai dos indivíduos suas particularidades, mas sem denotar a exatidão da realidade. Além disso, a informação estatística tem caráter estratégico e sempre está direcionado a uma demanda. Jean-Louis Besson (1995) explica que isso se dá justamente pelo processo de objetivação. Através desse processo, o observador coloca o observado como objeto. Em efeito, exprime uma relação de poder real ou simbólico.

Nessa angulação, a ideia de que as estatísticas sejam precisas ou que seja a única forma de ter um conhecimento da “realidade verdadeira” deve ser descartada. Apesar disso, ela se configura como uma importante ferramenta de poder e saber (Senra, 2005) sobretudo para o Estado. O censo, por exemplo, originou-se como um meio de coleta de dados quantitativos para suprir certos objetivos dos governantes. Conforme assinala o sociólogo norte-americano Paul Starr (1983) em seu texto *The politics of numbers*, o termo censo vem do latim e se refere ao “registro de cidadãos adultos do sexo masculino e de sua propriedade para fins de tributação, distribuição de obrigações militares e determinação do status político”. Os objetivos ampliaram-se desde essa época, mas o interesse de produzir números e governar a partir dele e com ele permanece.

No Brasil, as estatísticas oficiais aparecem em meados do século XIX com o primeiro censo nacional em 1872 realizado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE). No caso das favelas do Rio de Janeiro, mesmo com a necessidade de quantificá-la isso, contudo, não se deu imediatamente. Pode-se dizer que foi um processo lento e gradual. Os primeiros estudos mais sistemáticos começaram apenas em 1940 após o reconhecimento da existência *de jure* das favelas. Sistemáticos no sentido de mais extensos e com mais informações acerca destes territórios. Antes disso havia apenas estimativas de caráter alarmistas e somente de algumas áreas consideradas favelas hoje. Como o Morro do Pasmado, Morro da Providência e Praia do Pinto. Importante dizer que todos estes levantamentos sistemáticos (ou não) existentes até 1948 são considerados pontuais e não tomam as favelas como unidades censitárias.

Isso começa a mudar em 1949 com o Censo das Favelas produzido pela Prefeitura do Rio através do seu Departamento de Geografia e Estatística. Levantamento dedicado exclusivamente as favelas do Rio de Janeiro, fornecendo dados inéditos e outros distintos das representações dominantes. Tem-se assim o início da “produção oficial de dados” sobre as favelas (Valladares, 2005). Entretanto, chama atenção o contraste entre a importância de ser o primeiro documento oficial das favelas e as interpretações feitas sobre os dados apresentados.



Em quase todos os parágrafos o que se encontra são comentários racistas e discursos de juízo moral. Tendo, inclusive, uma distinção entre os “merecedores” e os “não-merecedores” de uma suposta recuperação:

A elevada proporção de habitantes nas idades economicamente passivas, notadamente as crianças e adolescentes, o baixo nível de renda e de instrução, as péssimas condições higiênicas, o grande número de ligações naturais, apresentam clima propício ao desenvolvimento dos fatores de desintegração da personalidade humana. O número reduzido de famílias legalmente constituídas que consegue manter-se com dignidade em tal convívio é digno de admiração e, por isso, os seus representantes devem constituir os primeiros a merecer amparo em todas as iniciativas que visem a recuperação dos favelados" (Prefeitura do Distrito Federal, 1949: 17-18).

Ainda assim, abriu caminho para as demais pesquisas censitárias. Seu sucessor foi publicado logo em seguida pelo governo federal e apresenta algumas características distintas. O Recenseamento Geral de 1950, produzido pelo IBGE, traz pela primeira vez os dados das favelas junto aos demais o que confere a ele certo grau de relevância. Costurado a isso, outra novidade: define a categoria favela a partir de cinco critérios (proporções mínimas, tipo de habitação, condição jurídica da ocupação, ausência total ou parcial de melhoramentos públicos e de urbanização). Essa “novidade” metodológica, contudo, baseia-se em elementos já conhecidos como eixos paradigmáticos da representação histórica das favelas (Silva, 2009): a precariedade, a irregularidade e a ausência. Ou seja, muito embora não tenha apresentado comentários racistas, entende a favela nos mesmos termos que os anteriores.

Além disso, os levantamentos acabam tendo como traço característico a imprecisão dos dados. Para exemplificar, há disparidade no número de favelas entre estes dois primeiros censos oficiais. Em razão da falta de consenso do que é favela até mesmo após a definição dos critérios. Bom lembrar que a qualidade dos números é sinalizada no próprio texto do Censo das Favelas em 1949. O autor (ou autores) do documento ao justificar(em) a redução do número de favelas e da população destes espaços durante o processo de apuração aponta(m) que um dos motivos é pelo caráter dos recenseadores. Vide que eles possuem uma “tendência natural [...] em exagerar suas observações” (Prefeitura do Distrito Federal, 1949). Supõe-se assim que naturaliza a superestimação dos dados e coloca a culpa nos profissionais da ponta.

Em 1960 é marcado um novo início da produção de dados sobre as favelas cariocas. Compreenderei aqui como “avalanche dos números”, termos semelhantes aos de Ian Hacking, o momento em que houve ampliação do número de números sobre as favelas, com novas dimensões, atores e metodologias. O documento que deu o pontapé inicial foi o relatório “Aspectos Humanos da Favela Carioca” produzido por uma instituição de urbanismo

denominada SAGMACS. Considerado como “a mais abrangente análise da realidade das favelas já produzida até hoje” (Machado da Silva, 2012). Muito de sua importância e contribuição para o conhecimento das favelas se deu pela introdução de novas informações e, de forma complementar, a inserção de uma novidade metodológica que combina análise quantitativa e qualitativa. Ademais, ao contrário dos anteriores, não foi elaborado com a intenção de gerar conhecimento para alguma política pública. Ainda assim, estava voltado para membros da elite e para os gestores políticos.

Neste período, da avalanche dos números, insiro também as produções de dados nas favelas. O primeiro autorrecenseamento teve seu início em 1999, tendo sido publicado no ano seguinte. Trata-se do “Quem somos, quantos somos, o que fazemos” elaborado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. De modo geral, as iniciativas de auto contagem surgem a partir de duas principais justificativas que se retroalimentam: a defasagem dos dados e a permanência de representações negativas das favelas. Essas mesmas justificativas movem o LabJaca, um laboratório de dados e narrativas localizado na favela do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro. O LabJaca vem ao longo de dois anos de existência produzindo dados de diferentes temáticas como saúde, insegurança energética e segurança pública.

Essas iniciativas se distanciam consideravelmente dos levantamentos estatísticos anteriores. A primeira mudança notável é a forma de comunicação dos dados que tem como carro-chefe o audiovisual e a linguagem acessível. Além disso, enquanto os dados produzidos pelo Estado e atores externos são voltados para a elite e a serviço dela, os produzidos a partir da favela são direcionados aos próprios moradores e a serviço deles. Ao apontar essas diferenças, não quero de forma alguma dar a impressão de classificar o que é “bom” ou “ruim”. É preciso reconhecer que ambos são extremamente heterogêneos e qualquer tentativa de generalização, de ambas as partes, invalida a análise e impede uma real compreensão do debate. Trata-se antes de transparecer as características dos levantamentos destes dois atores.

A partir disso, procuro responder como se dá a produção de dados alternativos nas favelas do Rio de Janeiro. Utilizo o termo “alternativo” pelo fato de que esses autorrecenseamentos não pretendem substituir os dados governamentais ou querem disputar esse lugar. Pelo contrário, como afirma Bruno Sousa (2021a), coordenador de comunicação e cofundador do LabJaca: “A defasagem de dados na favela acontece para manter a estrutura que nos invisibiliza e silencia. Dar luz aos números reais é apontar o dedo para quem tem responsabilidade sobre eles”. A partir dessa fala já é possível observar a centralidade e

importância dos dados para pautar políticas públicas, melhorar a responsabilidade do Estado e reduzir desigualdades e invisibilidades existentes. Assim, o objetivo desta dissertação é refletir a respeito das dinâmicas e os aspectos existentes *quando os crias (se) contam*. A frase em destaque e que dá título à essa dissertação não é uma escolha aleatória ou uma simples síntese, na verdade, busca trazer a multiplicidade da temática com duas dimensões principais. Trata-se de olhar para aqueles que contam nas favelas, abarcando as autocontagens e as demais. Mas também refletir que eles contam uns com os outros para produzir os dados nestes territórios.

Com esse intuito, os procedimentos metodológicos empregados se dividem em dois planos: teórico e empírico. No plano teórico, fez-se necessário um diálogo entre os estudos antropológicos das favelas e os estudos sociais da quantificação. Oportuno dizer que a dissertação não se limita apenas a essas duas literaturas. Também utilizo pressupostos de outros estudos para ampliar o debate proposto. Além disso, recupero os levantamentos censitários produzidos por fontes externas, desde o início do século XX até os dias atuais a fim de construir uma cronologia de quem conta, como se conta e por que se conta as favelas do Rio de Janeiro. No plano empírico, foi realizado um estudo de caso com o LabJaca a partir de duas entrevistas semiestruturadas com membros da equipe de pesquisa.

A escolha pelo LabJaca se deu em grande medida após uma aula online do curso “Teorias e práticas para o Enfrentamento de Violações aos Direitos Humanos” oferecido pela Universidade da Cidadania no final de 2019. Ministrada por Pedro Paulo representando o LabJaca e Cecília Oliveira do Instituto Fogo Cruzado, a aula tinha como tema a produção de dados e de informações nas e para as favelas e periferias. Foi nessa aula que conheci um pouco do trabalho do LabJaca e passei a acompanhá-los em suas mídias sociais. Nesse ínterim, a ideia da dissertação foi sendo afinada e optei por me dedicar a este grupo, o que me levou a entrar em contato por e-mail com Pedro Paulo ainda em dezembro. Nesse primeiro contato fiz uma breve apresentação tanto minha quanto da pesquisa e perguntei se ele aceitaria que o entrevistasse. A resposta veio após alguns dias. Pedro aceitou e me encaminhou seu contato de WhatsApp para marcamos a data da entrevista. Como estava ainda em recesso de fim de ano, combinamos nossa conversa para a segunda semana de janeiro.

Essa primeira entrevista foi realizada de forma remota usando o Google Meet, respeitando os critérios de isolamento da Covid-19. A segunda entrevista se deu no início de novembro também de modo remoto, mas essa devido a impossibilidade de agenda dos pesquisadores. O intervalo de tempo entre ambas entrevistas não foi planejado, contudo,

configurou-se como uma importante estratégia de atualização do trabalho e da própria organização do LabJaca. Para essa segunda entrevista, entrei em contato com Poema através do WhatsApp. Consegui seu contato através de amigos em comum, pois a pesquisadora também faz parte de meu programa de pós-graduação. Em mensagem de texto me apresentei e falei de minha pesquisa. Ainda, comentei que tinha entrevistado Pedro Paulo, logo em seguida perguntei se ela aceitaria e estaria disponível para entrevistá-la. Após alguns minutos Poema retorna meu contato aceitando o convite e marcando para a semana seguinte.

Além de ter sido em datas diferentes, as entrevistas se deram em momentos distintos de minha dissertação fazendo com que o direcionamento de cada uma também fosse diferente. Na primeira entrevista ainda não havia começado a escrever a dissertação, estava na fase de coleta de dados e leitura da bibliografia utilizada. Somado a isso, meu interesse, nesta fase inicial, estava mais voltado para analisar a disputa narrativa a partir da produção de dados. Muito pelo que havia absorvido da aula. Assim, a entrevista com Pedro Paulo foi direcionada as possíveis disputas e tensões que surgem quando os crias<sup>2</sup> decidem se contar. Já na segunda entrevista, estava em uma fase mais avançada da escrita e de amadurecimento analítico da pesquisa. A entrevista com Poema se deu com foco maior em dimensões internas e nas projeções futuras do grupo. De modo geral, ambos foram bastante receptivos e mostram-se abertos para novos contatos e eventuais dúvidas. Na tabela abaixo descrevo algumas informações dos entrevistados e das entrevistas:

**Tabela 1** – Informações das entrevistas

	Entrevista 1	Entrevista 2
Nome	Pedro Paulo	Poema
Formação	Bacharel e mestre em Relações Internacionais	Cientista social, mestre e doutoranda em Sociologia
Cargo no LabJaca	Coordenador de pesquisa	Coordenadora de pesquisa
Residência	Jacarezinho	Nova Iguaçu
Data da entrevista	10 de janeiro de 2022	9 de novembro de 2022
Duração da entrevista	38 minutos	1 hora e 13 minutos

Fonte: A autora, 2022.

<sup>2</sup> Termo usado para designar os indivíduos que nasceram e moram em favelas e periferias.

Além dessas entrevistas mais “formais”, entrei em contato diretamente com outros três membros do LabJaca para trocar informações pontuais. Com dois deles troquei mensagens por WhatsApp para incluir informações sobre o local de origem, pois não estava disponível nas plataformas digitais do grupo. O terceiro foi o Bruno Sousa que conheci pessoalmente em uma Conferência, onde me deu seu contato. Bruno respondeu por áudio no WhatsApp algumas perguntas sobre a origem do LabJaca e a conexão dos membros com o Jacarezinho.

Somado a isso, foram observados ainda o que se produz, como e por quais meios se comunicam esses dados. Para tanto, foram analisadas as mídias sociais, seus vídeos, postagens, participações em podcasts e entrevistas concedidas a terceiros. Importante dizer que o estudo de caso é de caráter “instrumental” (Ventura, 2007), ou seja, objetiva compreender e orientar melhor a análise e as percepções acerca dos desafios e da importância de produzir dados nestes locais. Por fim, vale ressaltar que não se pretende com o estudo de caso generalizar os grupos que produzem dados. Uma vez que eles, assim como as favelas e periferias, são extremamente heterogêneos.

#### *Sobre o campo e a autora*

A ideia da pesquisa surgiu a partir de uma inquietação pessoal, bem como da admiração da iniciativa de moradores de favelas e periferias produzirem conhecimento sobre si próprio. De buscarem contar suas próprias histórias e reivindicar seu lugar de sujeito de conhecimento. De mostrarem outras realidades de seus territórios. Territórios estes que também faço parte. Como moradora de um bairro pequeno de Duque de Caxias, próximo à divisa com o município de Belford Roxo, sei que muitas vezes a história contada sobre estes espaços é pautada pela violência e pela pobreza. Isso, contudo, não fez com que eu adotasse uma posição romantizada do trabalho dos pesquisadores periféricos. Pelo contrário, adotei uma certa distância pois de fato ela havia.

Apesar de me considerar uma pesquisadora periférica, minha trajetória acadêmica ainda é muito curta e limitada. Curta porque essa dissertação é minha primeira pesquisa empírica e a mais robusta. Limitada no sentido de que meu trabalho acadêmico ainda não transborda para além da bolha dos meus pares acadêmicos. Além disso, não estou inserida na realização de ações práticas e mobilizações políticas. Nesse sentido, não tenho a mesma experiência que meus interlocutores. Por essa razão também, não tenho certeza de como eles me perceberam em um primeiro momento. Se fui “mais uma” pesquisadora pesquisando-os ou pesquisando sobre a

favela. Buscando não imprimir essa percepção, nos primeiros contatos com os membros do LabJaca ressaltai que minha pesquisa se tratava de uma análise da produção cidadã de dados. Ou seja, os jovens pesquisadores periféricos não seriam e não foram meu objeto de pesquisa. Tampouco as favelas diretamente, meu interesse estava em estudar os processos e dinâmicas envolvidos no ato de contar estes e a partir destes territórios. Aqui vale abrir um parênteses. O foco não era e não foi nos números e na quantificação em si, mas no que ambos supõem e implicam.

Outra razão pela qual não os tomei como objeto se deve também porque a pesquisa parte da noção de que os integrantes dos grupos são sujeitos de conhecimento. Um dos objetivos do trabalho é justamente romper com a relação sujeito-objeto e com a “arrogância acadêmica” de falar pelos pesquisados (Zibechi, 2020). Desse modo, os jovens pesquisadores periféricos do LabJaca foram meus interlocutores. Oportuno dizer que essa relação não se deu de forma rígida ou inconveniente. Todos do LabJaca que tive contato se mostraram abertos ao diálogo e em me ajudar prontamente. Reforçando a premissa de não ser uma pesquisa *sobre*, mas *com* eles de algum modo.

### *Orientação sobre os capítulos*

No primeiro capítulo apresento a cronologia da produção de dados sobre as favelas cariocas ao leitor. Recupero desde as primeiras estimativas dos jornais e da prefeitura municipal do Rio de Janeiro no início do século XX até os levantamentos censitários mais atuais. Apresento os atores e as principais características metodológicas e analíticas das pesquisas realizadas sobre esse território. Assim, é possível observar que parte das características são mobilizadas como justificativas para os autorrecenseamentos da favela. Entre elas está a defasagem, vieses e preconceitos presentes nos recenseamentos dos Centros de Pesquisa governamentais – os ditos dados oficiais. De tal maneira que se configura como uma emergência a produção de dados alternativos.

No segundo capítulo, sobre a produção cidadã de dados, apresento um panorama do campo formado pelas iniciativas periféricas que dedicam a quantificar seus territórios. A ideia primeiramente é compreender o panorama da produção de dados nas favelas cariocas. Em seguida, optei por me deter a iniciativa denominada LabJaca. Discorro sobre sua origem, estrutura organizacional, seus repertórios de ação, a dimensão territorial e as tensões constitutivas que atravessam o ato de quantificar a partir da favela.

No último capítulo, a ideia de “metodologia de cria”, termo empregado pelos membros do LabJaca, é desenvolvida em três momentos. Primeiro na análise de quatro pesquisas elaboradas pelo grupo, posteriormente identifiquei dois efeitos da experiência periférica e por fim os enquadramentos possíveis do LabJaca. Esse capítulo auxilia na compreensão de como a produção de dados alternativos é mobilizada na prática e como é enquadrada pelos sujeitos de periferia.

Espero, com isso, poder contribuir para a discussão em torno da ação política das favelas. Bem como, ampliar as análises presentes no debate sobre quantificação, suas implicações e atravessamentos na vida social. Espero também que essa dissertação possa ser considerada um registro da centralidade que a produção de dados está ganhando nas favelas e periferias do Rio de Janeiro.

# 1 QUANTIFICANDO AS FAVELAS ONTEM E HOJE

Não há um canto da favela  
que não guarde uma história  
Não há um canto da favela  
que não tenha um conto para contar  
*Deley de Acary*

O presente capítulo propõe apresentar a cronologia da produção de dados sobre as favelas cariocas a fim de iluminar continuidades e inflexões na forma de quantificar e comunicar os números nestes locais. Convém ressaltar que não pretendo analisar os números em si, tão pouco descrever e examinar exaustivamente todos os estudos quantitativos. Trata-se aqui de uma qualificação sobre as produções de dados das favelas cariocas que foram pertinentes, ressaltando as características dos relatórios e interpretações de quem conta esses espaços. Para tanto, será compreendido aqui as primeiras estimativas do início do século XX até os dados mais sistemáticos e atuais. Diferente dos trabalhos anteriores que focam mais na comparação entre os censos produzidos por órgãos estatais (Costa, 1992), na mudança dos conceitos e na operacionalização das pesquisas (Costa, 1996), na construção de imagens e representações desses locais e de seus moradores (Valladares, 2000; 2005), nas resistências de quantificar esse território (Motta, 2019), na evolução de um conceito censitário (Gonçalves, 2020), pretendo inserir no debate os autorrecenseamentos das favelas. Com isso quero construir um caminho metodológico para a compreensão da produção de dados alternativos a partir desses territórios.

## 1.1 Das estimativas preliminares aos primeiros estudos mais sistemáticos

No início do século XX, as favelas, de certo modo, já eram contadas. Mas antes que se possa iniciar essa análise, é fundamental ressaltar que nessa época o termo “favela” ainda não era um substantivo genérico<sup>3</sup>. Tal termo era específico a um único território, o Morro da

---

<sup>3</sup> Foi apenas em 1920, devido a enorme difusão pelo espaço urbano, a palavra favela torna-se uma categoria genérica. Passando a designar todas as aglomerações de habitações que surgiam “geralmente nos morros, e eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público” (Abreu, 1994: 40).



Providência. Contudo, adotarei desde já para evitar uso exacerbado e/ou enviesado de sinônimos. Dito isso, retorno para a década de 1900 em que artigos e reportagens denunciavam a existência de algumas favelas, apresentando cifras imprecisas e oscilantes. A título elucidativo, em outubro de 1901, o *Jornal do Commercio*<sup>4</sup> faz um alerta sobre a existência de um “bairro novíssimo” (Morro do Pasmado) construído sem autorização municipal e “sem nenhuma cautela de hygiene”. Segundo a reportagem, já possuía uma quantidade considerável de habitantes e que certamente não entraram no recenseamento realizado em janeiro pela Repartição de Estatística. O impacto desse alerta foi imediato, fazendo com que o prefeito Xavier da Silveira fosse visitar o bairro. Chegando no local observou que havia quase o triplo do número de casas identificadas pelo jornalista (Abreu, 1994). Mas essa contabilização também não foi exata. Ambos são inconsistentes, sem metodologia e análise crítica, apenas condenam estes espaços.

O novo prefeito do Distrito Federal, porém, tudo quiz verificar pessoalmente, e, hontem, às 8 horas da manhã, acompanhado apenas de alguns amigos e daquelles agentes, subio o morro, pela ladeira da rua Senador Dantas [...] Ao que ouvimos são 400, approximadamente, as casinhas ou *chiqueiros*, sendo de 1.500 a 1.600 o numero de pessoas que alli habitam, numa imundice indescritivel (*Correio da Manhã*, 1901, grifo do autor)<sup>5</sup>.

Rafael Soares Gonçalves (2020) ao analisar a evolução de um conceito censitário, aponta que o primeiro levantamento estatístico governamental a mencionar as favelas foi o Censo de 1906. Solicitado pelo prefeito Francisco Pereira Passos, esse levantamento foi considerado indispensável para conhecer a população e sua distribuição pela cidade, visto que o último censo válido datava mais de quinze anos. Devido a sua importância e o contexto da época<sup>6</sup>, todos os presentes na capital, morador ou não, no dia 20 de setembro de 1906 seriam obrigatoriamente recenseados. Aqueles que se recusassem a participar ou prestassem respostas insuficientes ou adulteradas pagariam uma multa (Cf. Oficina da Estatística, 1907: 7). Tal obrigatoriedade coloca em questão duas perspectivas. De um lado, reforça a importância da obtenção de dados fidedignos. De outro, evidencia o recenseamento como algo imposto aos habitantes e não como uma produção em conjunto e em consenso.

---

<sup>4</sup> *Jornal do Commercio* RJ Ano 1901, Edição 00286. Disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_09&pagfis=3536](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_09&pagfis=3536)

<sup>5</sup> *Correio da Manhã* 1901, Anno 1, N. 125. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_01&pagfis=598](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_01&pagfis=598)

<sup>6</sup> Há dois elementos desta época que fundamentaram as desconfianças dos habitantes em fornecer informações pessoais: a Reforma Urbana que provocou inúmeras desapropriações e a memória da Revolta da Vacina ainda muito recente. As hipóteses eram de que as informações solicitadas serviriam para o aumento de tributação, convocação para o serviço militar e contestação de títulos de propriedade.

As informações solicitadas eram: o sexo, a idade (números de anos completos), o estado civil (casado, solteiro ou viúvo), a nacionalidade, a profissão e se “sabe ler ou escrever”. Assim como o nome do local, numeração do prédio, número de pavimentos, natureza do domicílio, nome do chefe do domicílio e número de pessoas residentes no domicílio. Para tanto, foi criada uma Comissão Censitária Central e trinta e oito Seccionais. A primeira ficaria responsável por dividir a área do Distrito Federal em seções e escolher os membros que integrariam cada comissão seccional. Estes, deveriam distribuir a “lista de família” ou “boletim individual” com as informações solicitadas, de casa em casa, e depois recolhê-las. Aquelas que não tivessem sido preenchidas, seja porque as pessoas não soubessem escrever seja por qualquer outro motivo, seriam redigidas pelo recenseador com base nas respostas dos respectivos chefes dos domicílios.

Abaixo segue os dois modelos utilizados no recenseamento de 1906. O primeiro parece uma tabela simples para elencar o nome dos integrantes da família e suas demais características solicitadas. O segundo apresenta uma diversidade maior, não das perguntas em si, mas dos modelos que são baseados a partir do estado civil e do gênero do indivíduo. Os laranjas são aqueles que tiveram seu estado civil ignorado, os verdes para os solteiros, os vinhos para os casados e azuis para os viúvos. Conforme apontado neste censo, essa separação das cartolinas favorecia sempre uma contagem simples, visto que eram separados por grupos de cores e pelas figuras de homens e mulheres.

**Figura 1** – Lista de família

*Modelo da lista de família*

Numero de ordem	NOME	Sexo é homem ou mulher?	Edade quantos annos (completos) mezes ou dias tem?	Estado civil é solteiro casado ou viuvo?	Nacionalidade é brasileiro, brasileiro naturalisado ou estrangeiro? se é estrangeiro a que paiz pertence?	Profissão qual é e seu officio, occupação ou meio de vida?	Sabe ler ou escrever?
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

Fonte: Oficina de Estatística, 1907.

**Figura 2** – Boletim individual dividido por estado civil

CARTOLINAS EMPREGADAS NA APURAÇÃO	
<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>	<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>
( SOLTEIROS )	
<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>	<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>
( CASADOS )	
<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>	<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>
( VIUVOS )	
<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>	<p>Edade .....</p> <p>Nacionalidade .....</p> <p>Profissão .....</p> <p>Sabe ler e escrever? .....</p>
( ESTADO CIVIL IGNORADO )	

Fonte: Oficina de Estatística, 1907.

Este foi avaliado como um censo inovador pelos estatísticos e pelo poder público por apresentar notas metodológicas, textos da história da cidade, fotos das reformas, mapas das ruas e uma seção dedicada aos habitantes centenários. Sendo, inclusive, republicado como livro em 2012 pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Mesmo tendo sido uma significativa contribuição para a história das estatísticas brasileiras, não explorou os dados do conjunto de favelas existentes

no Rio de Janeiro. Fez alusão apenas a certas localidades como os morros da Favella<sup>7</sup> – conhecido também como Morro da Providência – de Santo Antônio, do Pasmado, assim como da Praia do Pinto (Gonçalves, 2020). Não se tem certeza da veracidade dos dados, se estes foram superestimados. Ao que tudo indica os resultados podem não ser tão fidedignos, visto que não só os moradores fixos foram contados.

Por razões de ordem política o censo de 1910 foi suspenso, sendo o próximo válido o Recenseamento Nacional de 1920<sup>8</sup>, realizado pela Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Neste, houve uma novidade metodológica: foram usadas máquinas eletrônicas para apuração e sistematização dos dados, o que reduziu o prazo de divulgação (Senra, 2008). É um extenso documento, possui seiscentas páginas, com tabelas, fotografias, mapas e comparações do Rio de Janeiro com outras cidades do mundo. Entretanto, apresenta sérias limitações. Os dados levantados e divulgados possuem uma aparente superestimação de cerca de 10% (Silva; Barbosa, 2006: 31), o que demonstra a insuficiência deste levantamento. Outra deficiência é especificamente em relação às favelas visto que assinala tão somente informações dos domicílios de outros morros como o Dona Marta, de São Carlos, do Salgueiro, Arrelia, Cantagalo, Babilônia e São João.

O levantamento seguinte ocorreu em 1933, com a publicação da “Estatística Predial do Distrito Federal” elaborada pelo Departamento de Estatística e Publicidade. Nele, foram contabilizados o número “habitações rústicas” – casebres, galpões, casas de madeiras e barracões – pela primeira vez (Almeida, 2016). Além desse “novo” aspecto habitacional da cidade, as estatísticas prediais mostram que não há uma diferença substancial separando os morros dos demais casebres e habitações precárias da cidade. Mesmo com esse pioneirismo, só contou domicílios e casas de negócios de algumas zonas bem conhecidas, como o Morro da Favella e do Salgueiro. Assim, esses três levantamentos não podem ser considerados como cifras exatas. Além de não produzirem dados do conjunto de favelas existentes, segundo Valladares (2005) são apenas estimativas de caráter alarmista.

Muito embora estivessem presentes no tecido urbano e desde sua origem tenham sido percebidas por diversos atores, as favelas devido ao suposto caráter ilegal eram consideradas

---

<sup>7</sup> Ortografia inicial. O segundo “l” desaparece após a Reforma Ortográfica de 1940 em Portugal, e de 1942 no Brasil (Valladares, 2005: 23).

<sup>8</sup> Este foi o 4º Censo geral da população do Brasil, 1º da Agricultura e das Indústrias e 11º da população da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal).

verdadeiros não-lugares. Foi somente com o Código de Obras<sup>9</sup>, em 1937, que estes territórios, ainda que marginalmente, passaram a existir *de jure*. Sua existência constitui uma grande linha divisória entre não quantificar as favelas e quantificá-las. Ao que parece sua não-existência explica o porquê destes levantamentos não incluírem esses territórios. Se não existem oficialmente não há motivos para serem considerados como objetos de análise, sendo assim, não precisam ser recenseados e estudados. Após o Código, esse cenário muda. Além de reconhecer as favelas, o poder público passa a condená-las oficialmente (Leeds; Leeds, 1978). Em efeito, torna-se um problema jurídico, político e social a ser administrado. Para tanto, é necessário conhecer e mensurar o problema. Em outras palavras, sua existência *de jure* faz surgir o ímpeto de quantificá-las e mapeá-las.

O que me interessa assinalar é que a favela, uma vez oficialmente reconhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado. O próprio *Código*, que pode ser lido como a primeira política formal de governo relativa à favela, apresenta medidas puramente administrativas. Foi certamente a necessidade de administrar a favela e os seus pobres que despertou o interesse em conhecê-la e conhecê-los mais de perto. Para bem administrar e bem controlar é necessário quantificar e dimensionar o problema ou a questão (Valladares, 2000: 19).

Isso, contudo, não produziu efeito imediato. O processo de quantificação das favelas deu-se de forma gradativa. Como pode-se observar no Anuário Estatístico do Distrito Federal de 1938, referente ao ano anterior. Produzido pelo recém-criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>10</sup> em conjunto com a Diretoria de Estatística Municipal, foi um extenso e importante relatório. Nas primeiras páginas de sua apresentação já é sublinhado que o conhecimento estatístico é vital para a compreensão dos fenômenos: “nenhuma observação é possível, sobre assuntos sociais, econômicos ou políticos, sem o emprêgo do método estatístico”. Nele, há um total de sessenta e oito assuntos abordados, com mais de setecentas tabelas. Os assuntos foram agrupados e divididos em seis categorias, descritas abaixo.

1. **Situação física:** caracterização do território, climatologia e divisão territorial.
2. **Situação demográfica:** estado da população, movimento da população.

---

<sup>9</sup> O Código de Obras foi elaborado por uma comissão técnica de engenheiros municipais e fez parte de um esforço (mal-sucedido) de organização racional da cidade (Valladares, 2005). Em seu capítulo XV define a extinção das “habitações anti-higiênicas” e no artigo 349 especifica que a formação de favelas é absolutamente proibida. Ver mais em Valladares, 2005: 52-53.

<sup>10</sup> Pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, fica criado o Instituto Nacional de Estatística como entidade de natureza federativa, tendo por fim a iniciativa de executar o levantamento de todas as estatísticas nacionais. Estes levantamentos, em princípio, deveriam ser decenais, contudo, muitos censos ao longo da história das estatísticas brasileiras foram suspensos (Cf. Estatísticas do Século XX, 2006).

3. **Situação econômica:** produção extrativista, produção agrícola e pecuária, produção industrial, meios de transporte, vias de comunicação, propriedade imobiliária, propriedade intelectual, moeda metálica e fiduciária, títulos mobiliários, movimento bancário, casas de penhores, comércio, salários, rendimentos, custo da vida, consumo, sinistros e acidentes.
4. **Situação social:** logradouros públicos, cemitérios públicos e particulares, melhoramentos urbanos, assistência médico-sanitária, assistência e desvalidos, previdência e assistência social, trabalho.
5. **Situação cultural:** educação, produção intelectual, bibliotecas, museus, aquários, arquivos públicos centrais, associações culturais, institutos técnico-científicos, imprensa periódica, radiodifusão, cultura física e desportos, exposições e feiras, escotismo, diversões públicas, turismo e excursionismo, registros profissionais, cultos, crimes e contravenções, suicídios.
6. **Situação administrativa e política:** administração pública, finanças públicas, segurança pública, repressão, justiça e defesa nacional.

Diferente dos anteriores, aqui os morros começam a ter mais evidência. Neste, não só dados dos domicílios e de casas de negócios foram publicados. É apresentado, por exemplo, um capítulo específico para a orografia dos morros, constando além dos mais conhecidos outros locais correspondentes às favelas. Também é possível observar o cadastro de paróquias existentes em alguns morros do Rio e a produção de pedras no Morro do Cantagalo. Essa multiplicidade de dados somado a sua existência *de jure*, entretanto, não garantiram que as favelas fossem consideradas como unidades censitárias. O anuário de 1938, assim como os demais, não incluiu todas as áreas existentes. Uma outra hipótese para isso é apresentada por Valladares (2000; 2005). Para a autora, o caráter de “espaço provisório” certamente contribuiu para que as favelas não fossem incluídas nos recenseamentos.

Esse quadro mudou a partir da década de 40, não porque esses territórios passaram a ser aceitos como permanentes, mas sim para dimensionar o problema e depois eliminá-lo. Neste contexto surgem os primeiros estudos mais sistemáticos, que serão apresentados aqui por ordem cronológica. O uso do termo “sistemático” advém da análise de Valladares (2005) que é empregado para classificar os primeiros estudos mais detalhados sobre as favelas, acompanhados de interpretações (ainda que negativas) mais aprofundadas desses espaços e de

seus habitantes. No entanto, trata-se de relatórios pontuais e ainda não compreendem as favelas como unidades censitárias.

Em novembro de 1940, por iniciativa do médico sanitarista Victor Tavares de Moura, realizou-se o “Esboço de um plano para o estudo e solução do problema das favelas no Rio de Janeiro”. Tal estudo foi apresentado ao Secretário Geral de Saúde do Governo Henrique Dodsworth. Baseado na premissa de que não havia dados corretos para se chegar a uma solução, o relatório sugere a realização de um trabalho sistemático para superar essa lacuna (Valla, 1985). Muito embora tenha sido apenas um “esboço”, o documento apresenta pela primeira vez o universo complexo das favelas. Além do número de mocambos existentes e de seus habitantes, há um mapa dos terrenos ocupados indicando a diversidade dos *status* de ocupação. Isso contribui em certa medida para desmistificar a visão generalizada de caráter irregular desses espaços. Por outro lado, é indispensável sublinhar que a intenção do médico também estava voltada para a extinção das favelas. Moura fez parte da “Liga social contra o mocambo” na sua cidade natal Pernambuco (Valladares, 2005). Supõe-se que grande parte de sua inspiração no combate às favelas cariocas venha de sua experiência anterior.

Por conseguinte, em 1941, a Comissão de Estudo do Problema das Favelas, sugerida por Moura, aponta uma série de ações preventivas a serem tomadas: “a) o controle de entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social; b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem; c) a fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia” (Valla, 1985). Nota-se que já nesse primeiro incentivo por números precisos o objetivo é a eliminação das favelas, expulsão e controle dos pobres.

Também neste ano foi solicitado, por membros do Rotary Club do Rio de Janeiro<sup>11</sup>, um estudo completo para identificar os aspectos particulares do “problema” (Valladares, 2000; 2005). Para tal estudo foi requisitado as seguintes informações: número exato de habitações que compõem cada núcleo; caráter da formação, sua densidade; número de habitantes; caráter específico das habitações; caracterização urbanística das terras ocupadas; número de habitantes, ocupação dos homens e das mulheres; número de crianças em idade escolar; condições

---

<sup>11</sup> Associação do empresariado carioca criada em 1922 e inspirada no Rotary Club de Chicago. Tal grupo baseava-se em atividades filantrópicas voltadas em grande parte para a educação, mas além disso promoveu debates e grupos de pressão sobre os problemas urbanos da cidade (Valladares, 2005).

sanitárias gerais; extensão da área ocupada; dossiê fotográfico; possibilidade da urbanização de cada núcleo; nome do proprietário das terras ocupadas. Estas informações seriam, segundo os autores do documento, essenciais para se avaliar uma ação eficaz nas favelas.

Em 1942, o trabalho de final de curso, produzido pela assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva com o título "Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela"<sup>12</sup>, divulga informações inéditas do conjunto das favelas cariocas existentes. Apresenta-as pela primeira vez e enumera-as em: favelas de morros, de terrenos planos, estabelecidas, recentes, em terreno municipal e em terreno particular (Valladares, 2000; 2005). Também classifica os barracos entre bons, maus e péssimos. Ademais, realiza um estudo de caso na favela do Largo da Memória, favela localizada onde hoje é o Leblon, incluindo apresentação da vida cotidiana dos moradores. Aliado a essas informações, esteve presente os dados estatísticos da população (número absoluto de habitantes, idade, sexo, cor de pele, estado civil, profissão, salário, condições de trabalho, nacionalidade, Estado de origem, entre outros), fornecidos pela prefeitura.

Muito embora tenha sido um trabalho relevante e pioneiro da época, deve ser levado em conta que a interpretação atribuída aos dados foi extremamente conservadora e marcada por preconceito. Não é uma novidade os discursos referentes às favelas serem de natureza moral, em especial dos assistentes sociais naquela época. Para Valladares (2000; 2005), de certo modo, estes profissionais trabalhavam sendo a mão direita da administração municipal na gestão da pobreza, principalmente porque tinham entrada garantida nos domicílios dos moradores das favelas. Contratadas pela Prefeitura a partir da década de 30, as assistentes sociais exerciam um papel crucial na educação, proteção e controle dos pobres. Dessa forma, não é surpreendente que em seu texto, Maria Hortência, exponha discursos racistas e de caráter assistencialista reforçando o perfil dos negros e dos pobres como indivíduos que precisam ser ensinados e “curados”.

Filho de uma raça castigada, o nosso negro, malandro de hoje, traz sobre os ombros uma herança mórbida por demais pesada para que a sacuda sem auxílio, vivendo no mesmo ambiente de miséria e privações; não é sua culpa se antes dele os seus padeceram na senzala, e curaram suas moléstias com rezas e mandingas. [...] É de espantar, portanto, que prefira sentar-se na soleira da porta, cantando, ou cismando, em vez de ter energia para vencer a inércia que o prende, a indolência que o domina, e resolutamente pôr-se a trabalhar? [...] Para que ele o consiga, é preciso antes de mais nada curá-lo, educá-lo, e, sobretudo, dar-lhe uma casa onde o espere um mínimo de

---

<sup>12</sup> Este trabalho pode ser considerado como o primeiro estudo de caso em favela, apesar de não seguir as normas posteriormente estabelecidas pelos sociólogos e antropólogos (Valladares, 2005: 58).



conforto indispensável ao desenvolvimento normal da vida. (Silva, 1942: 62-63 *apud* Valladares, 2000: 22).

O terceiro estudo foi o prosseguimento do esboço elaborado por Moura em 1940. Após três anos, o médico publica o relatório intitulado “Favelas do Distrito Federal”, expõe aspectos nunca analisados. A partir do recenseamento de quatorze favelas, Moura observou um elevado número de “favelas organizadas”, tendência para uma ativa “vida associativa”, sentimento distinto de interação social, um sentimento de “nós” e de que os pais exerciam influência educacional nos filhos (Leeds; Leeds, 1978). Analítica e metodologicamente distinto do trabalho de Hortência, este levantamento também aponta para a diversidade das favelas, contribuindo para a visão de que estes locais não são por excelência lugar de criminalidade e desorganização social. Mas ainda que tenham sido distintos, ambos serviram de base para a elaboração e ação da política dos Parques Proletários (Valladares, 2000; 2005). Assim como incentivaram a emergência da produção de dados desse universo. No entanto, reitero, não se pode esquecer que faziam parte do mesmo objetivo: eliminar as favelas.

Na administração de Mendes de Moraes, em 1946, foi criada uma Comissão Interministerial para a elaboração de um “estudo extensivo das causas de formação das favelas e de suas condições atuais” (Leeds; Leeds, 1978). Esse relatório trata esses espaços nos mesmos termos de sempre: controle e repressão. As medidas sugeridas seguem os mesmos elementos do Código, porém, não indica a melhoria das casas ou a substituição delas por outras habitações. Outra comissão foi criada em 1947 também voltada para a repressão, mas essa contribuiu positivamente para a elaboração de um censo das favelas. Para Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978), a criação de comissões é uma maneira muito brasileira de “estudar o problema”, sem tomar medidas definitivas para tratar diretamente do assunto. Em outras palavras, seria uma medida paliativa para adiar o compromisso. Mesmo coadunando com essa análise, acredito que se tratando das favelas o desfecho, na verdade, é outro. A extinção já estava sendo colocada como solução do problema, dessa forma, realizar um estudo mais aprofundado seria uma maneira de viabilizar tal objetivo e não o atrasar.

Considero adequado incluir o relatório produzido em 1947-1948 pela Fundação Leão XIII no conjunto dos primeiros estudos mais sistemáticos. Voltado para os aspectos sociais da vida nas favelas, o levantamento fornece dados sobre sexo, idade, renda, problemas domésticos, saúde, nível educacional, origem da família, média de família por domicílio, tipo de alimentação, capacidade aquisitiva, níveis de salário, situação do domicílio (alugado, próprio), entre outros. Esse estudo também é avaliado como uma importante contribuição, sendo,

inclusive, analisado e comparado com o primeiro Censo das Favelas no Recenseamento de 1950. No entanto, tal relatório apresenta certas tensões. Devido ao período de coleta de dados ter sido longo, deve-se levar em conta as possíveis alterações ocorridas em seu decurso e, conseqüentemente, na consistência dos resultados. Outro ponto é que esse estudo em específico<sup>13</sup>, apesar de extenso, recenseou apenas duas favelas: Jacarezinho e Morro de São Carlos.

Cabe ressaltar o contexto em que se deu esse recenseamento. A Fundação foi criada em 1946, pela ala conservadora da Igreja em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o intuito de “subir o morro antes que os comunistas desçam”<sup>14</sup>. Isso porque no mesmo ano de sua criação, o Partido Comunista tinha se tornado ilegal, assim não poderiam deixar um espaço livre para os comunistas se apropriarem (Valladares, 2005). Em paralelo, o objetivo também era recuperar material e moralmente os habitantes das favelas. A noção de que os favelados são desprovidos de educação (em todos os aspectos) e que precisam ser “recuperados” exprime o julgamento de valor da instituição e reforça uma atitude paternalista e assistencialista, servindo de ferramenta para controlá-los.

## 1.2 As favelas como unidades censitárias

Diante desse quadro geral mais amplo, sucedem-se as primeiras iniciativas de produção permanente de dados sobre as favelas. No entanto, se apresentam contraditórias. De um lado, incluem novas dimensões e metodologias contribuindo para o maior conhecimento desses espaços. De outro, há a defasagem e o julgamento moral (explícito e/ou implícito) que impede uma compreensão fidedigna desses espaços e de seus habitantes. Oportuno dizer que não tenho a pretensão de rejeitar, mas sim de qualificar estes levantamentos. Na busca de exemplificar que mesmo quando as favelas se tornaram unidades censitárias definitivas permanecem lacunas e vieses metodológicos. Em efeito, reforça o desconhecimento da realidade desses territórios.

---

<sup>13</sup> A instituição também realizou levantamentos de outros locais, como Barreira do Vasco, Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, Praia do Pinto e Areinha (Leeds; Leeds, 1967).

<sup>14</sup> Cf. SAGMACS, 1960, part. 1: 18.



autonomia ao Departamento de Habitação Popular em 1947. Tal projeto além de definir pela primeira vez o que seria uma “habitação popular” apresenta artigos exclusivamente voltados aos recenseamentos das favelas. No artigo terceiro, por exemplo, define as funções a serem desempenhadas pelo Departamento, no qual o primeiro parágrafo aponta a realização de levantamentos estatísticos por si só ou com a cooperação entre órgãos da Prefeitura ou entidades privadas. Além disso, também estava proposto a realização de um curso intensivo de Recenseadores das Favelas no Departamento de Assistência Social, com o objetivo de treinar e capacitar sujeitos para futuras pesquisas em campo. A direção e orientação do curso seria escolhida pelo Prefeito, cujo cargo deveria ser por um ou mais técnicos “de notório valor e reputação firmada”, podendo ser nacional ou estrangeiro<sup>15</sup>.

Art. 3º — Serão as seguintes as finalidades de funções do Departamento de Habitação Popular, além daquelas já definidas no seu regulamento atual, desde que não colidam com os objetivos aqui especificados:

I - Realizar os estudos estatísticos, econômicos e financeiros, as investigações de caráter sociológico, especializado, notadamente o censo das Favelas, por si ou em cooperação com outros serviços da Prefeitura, entidades filantrópicas e culturais, entidades federais e autárquicas congêneres, companhias, associações, etc., fundadas o que se vem a estabelecer com esse propósito.

Apesar da grande novidade (ser o primeiro Censo dedicado às favelas) há sérios problemas. A começar pela inconsistência dos dados. Por falta de recursos, limitação de meios de transporte e dispersão das favelas, o recenseamento não ocorreu em todos os territórios simultaneamente, o que levou a um prolongamento do período de coleta dos dados (Guimarães, 1953). Somado a isso, havia uma certa lacuna em relação a definição e os critérios de classificação das favelas. Ao que tudo indica o principal critério refere-se à natureza jurídica da posse do terreno em consenso público do que era uma favela. Por essa razão supõe-se que os resultados apresentados não captam todas as áreas correspondentes as favelas existentes naquele período.

Como evidência dessa situação, o número de favelas existentes e de seus habitantes foi alterado no decorrer dos trabalhos. Os resultados parciais dão conta de 119 favelas e 280 mil moradores, e na apuração definitiva estes números foram reduzidos para 105 e 138.837, respectivamente. A explicação para esse decréscimo foi a exclusão de áreas com situação regularizada e a junção de núcleos dispostos na mesma unidade topográfica, que antes tinham denominação diferente. Em relação aos habitantes, o Censo aponta que na medida em que certas

---

<sup>15</sup> Correio da Manhã, 27 de julho de 1947. Ver mais em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&Pesq=%22censo%20das%20favelas%22&pagfis=37421](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22censo%20das%20favelas%22&pagfis=37421)

áreas foram excluídas o número de moradores também foi excluído. Mas outra interessante explicação para tal inconsistência refere-se ao caráter dos recenseadores, os quais possuem uma “tendência natural [...] em exagerar suas observações” (Cf. Prefeitura do Distrito Federal, 1949). Ou seja, além de culpar estes profissionais, indica que a superestimação dos números é uma característica naturalizada.

Para além da imprecisão dos dados, o documento exibe um discurso moral e racista em quase todos os parágrafos. Uma espécie de respaldo para eliminá-las, vide que o ímpeto de quantificar as favelas se deu aqui com o objetivo claro de “extinguir as favelas ou pelo menos sustar o seu desenvolvimento no Distrito Federal” (Cf. Prefeitura do Distrito Federal, 1949). Ou seja, preocupados com o progressivo desenvolvimento das favelas, as atividades da administração municipal voltaram-se para equacionar o “complexo problema” o quanto antes. Assim, o levantamento estatístico do perfil dos habitantes das favelas serviu de base para a generalização estigmatizante dos moradores de favelas, que foram essencialmente tidos como atrasados.

Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição, e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população (Prefeitura do Distrito Federal, 1949: 8).

Chama atenção também que o documento apresenta explicações biológicas de raça para justificar o atraso e o perfil preguiçoso dos habitantes:

As características e a capacidade biológicas de um povo são transmitidas através de várias gerações e constituem substratum sobre o qual a sua vida é edificada. Na ausência de animais humanos biologicamente sadios, não há riqueza de recursos naturais, nem melhoramento de atividades institucionais que possam assegurar produtividade elevada [...] O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pode aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica [...] Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora, ou então - e como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente (Prefeitura do Distrito Federal, 1949: 10-11).

As reportagens da época ecoam o mesmo julgamento moral a partir da análise dos dados do Censo das Favelas. Em setembro de 1949, o jornal *Correio da Manhã* descreve alguns indicadores expondo que eles “dão uma medida da extensão do mal representado pelas favelas”<sup>16</sup>. Ademais, aponta que é urgente encontrar uma saída para que se alcance a extinção desses espaços. A notícia expõe ainda a distinção entre os recuperáveis e os não

---

<sup>16</sup> *Correio da Manhã*, n. 17.339, ano XLIX, 24 de setembro de 1949. Ver mais em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&Pesq=%22censo%20das%20favelas%22&pagfis=49514](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22censo%20das%20favelas%22&pagfis=49514)

recuperáveis. Os primeiros seriam as crianças, os adolescentes e jovens, pois estes “ainda em condições de retomar, perante a sociedade, seu papel legítimo de células cooperantes”. Para recuperá-los, a educação seria a principal ferramenta. Os demais seriam aqueles que “nada fazem” e por sua inércia contribuem para o agravamento do problema social e econômico do país. Para estes, somente o trabalho seria o “remédio”, mas ainda sim considerado um grande desafio.

Não temos ilusões quanto às dificuldades que encontrará. Primeiramente os próprios favelados, alheios ao trabalho, relutarão em aceitar uma nova vida que, embora prometa melhorar-lhe a condição econômica, contraria sua tendência para a inércia. São pessoas que nunca viram o trabalho e dêle têm até medo. Mas entre elas haverá quem compreenda a vantagem de fugir à triste situação em que vivem. De qualquer maneira, o papel do Poder Público é favorecer o trabalho, e aí está uma forma de o conseguir (Correio da Manhã, 1949).

A partir do exposto parece que a culpa recai sobre o morador, visto que ele supostamente não está interessado na mudança ou, melhor, não possui capacidade suficiente para entender a “boa ação” das instituições. Isso fica patente ainda no capítulo de interpretações e comentários dos dados do Censo de 1948. Segundo os autores do documento, as iniciativas de assistência prestadas pela Prefeitura, pela Fundação Leão XIII e pela Legião Brasileira de Assistência possuem dificuldade de serem eficientes devido a apatia dos beneficiados. Vide que eles são “mal preparados para compreender o superior objetivo dessas entidades” (Prefeitura do Distrito Federal, 1949). Ou seja, para a administração municipal o grande obstáculo das políticas destinadas a esses locais acabam sendo os próprios habitantes. Em linhas gerais, o Censo das Favelas apesar de tomá-las pela primeira vez como unidades censitárias específicas, funciona mais como um documento recriminador e estigmatizante.

### 1.2.2 Recenseamento Geral (1950)

Em 1950, o IBGE dá continuidade ao levantamento estatístico das favelas e publica “As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950”. Tal documento introduz pela primeira vez os resultados das favelas cariocas separados da população geral, o que permite fazer uma análise comparativa entre os habitantes dessas áreas com o restante. Além disso, na medida em que insere esses espaços no recenseamento nacional, as “favelas deixam de ser, por esse e outros motivos, um fenômeno a parte, próprio e exclusivo do Distrito Federal” (Guimarães, 1953). Ou seja, deixam de ser uma categoria local e são inseridas num contexto nacional. Muito embora tenha sido uma forma exitosa de incluí-los como parte da realidade

brasileira, há de se destacar que a ideia de recensear as favelas veio somente quando a coleta de dados já tinha sido iniciada. Após verificar que a divisão territorial da capital possibilitava o conhecimento dos aspectos principais dos núcleos localizados na área não urbanizada no centro da cidade.

Oportuno mencionar que muito do que se sabe sobre este censo advém da análise realizada na Revista Brasileira de Estatística do IBGE por Alberto Passos Guimarães, à época Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do Instituto. Parte da literatura disponível sobre esse tema, também tem suas investigações baseadas nos apontamentos de Guimarães (Costa, 1996; Valladares, 2000; 2005; Gonçalves, 2020). Em razão de ter sido ele quem redigiu o primeiro texto oficial da apresentação dos dados. Valladares (2005) inclusive sublinha que a qualidade dos resultados do recenseamento de 1950 se deve à contribuição de Guimarães. A autora levanta a hipótese de que por ser originário da região Nordeste, Alberto Passos, possuía familiaridade com a realidade social e urbana das áreas pobres e por isso teve um olhar mais aprofundado às favelas cariocas em seu texto.

Retornando ao documento. O objetivo deste Censo não foi a diretamente a eliminação das favelas. As análises de Guimarães (1953) revelam que a extinção das favelas seria meramente uma exigência estética e apenas as deslocaria para zonas distantes. Ademais, levanta uma hipótese pioneira de que a urbanização não seria uma solução totalmente viável. Isso porque além de custoso para administração pública, os moradores também seriam afetados economicamente, em efeito, não asseguraria que os habitantes das favelas permanecessem nelas após urbanizadas. Independente da escolha (urbanizar ou eliminar), o autor deixa claro que a única maneira de identificar a melhor solução é conhecendo o universo das favelas e seus habitantes. Inclusive, isso foi o que motivou o Censo de 1950 a recensear esses aglomerados humanos.

Sejam quais forem os rumos escolhidos para equacionar os problemas surgidos com a proliferação dos núcleos de favelados, o acerto das medidas que possam vir a ser postas em prática dependerá do melhor conhecimento das características individuais e sociais dessas populações. Eis a razão por que o VI Recenseamento Geral do Brasil tomou a iniciativa de apurar, separadamente, os dados do Censo demográfico referentes às favelas do Distrito Federal, oferecendo, assim, a todos os interessados, os elementos básicos sobre aqueles aglomerados humanos (Guimarães, 1953: 256).

A análise dos dados deste censo demográfico sai da obviedade de encarar as favelas como problemas por excelência e as compreende também como solução:

O fenômeno das favelas tem sido geralmente encarado como um simples problema, ora de estética urbana, ora de assistência social. Esquece-se, quase sempre, que, antes de se transformarem num problema a desafiar estudos de profundidade por parte dos estetas e filantropos, as favelas representaram uma solução de emergência, imposta às

pessoas desprovidas de recursos, para suas dificuldades crescentes de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho. O movimento demográfico em direção às favelas não foi, portanto, um produto do acaso, mas de causas e fatores que o impeliram num sentido determinado (IBGE, 1953: 11).

Os resultados relativos à população das favelas consistiam em: número de favelas, existência ou não de melhoramentos públicos, a composição da população por sexo, idade, cor, estado conjugal, grau de instrução, religião, ramos de atividades, taxa de analfabetismo e naturalidade. Para Valladares (2000), a inserção de novos elementos como avaliação da existência de melhoramentos urbanos revela o interesse em quantificar outras características das favelas para além do *status* jurídico do território e do estilo arquitetônico dos domicílios. Além disso, apresenta uma característica inovadora ao inserir a discussão metodológica da categoria “favela”. Diferente do censo anterior, que não traz apontamentos específicos, este define os critérios de classificação destes locais. Isso também parece explicar a redução quase pela metade do número de favelas indicada pelo levantamento antecessor.

Para efetuar-se um levantamento da população das favelas, torna-se-ia necessário, no entanto, fazer a caracterização destas e a sua correta delimitação no terreno [...] Dêsse modo, foram incluídos na conceituação de favelas os aglomerados humanos que possuíssem, total ou parcialmente, as seguintes características:

1. *Proporções mínimas* – Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. *Tipo de habitação* – Predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de fôlhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
3. *Condição jurídica da ocupação* – Construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
4. *Melhoramentos públicos* – Ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
5. *Urbanização* – Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (Guimarães, 1953: 258-259, grifo do autor).

No entanto, dos cinco critérios, quatro enquadram-se em algo que pode ser definido como “mais do mesmo”. Baseiam-se, sobretudo, em elementos como a precariedade, a irregularidade e a ausência. Sobre este último aspecto, Jailson de Souza e Silva (2009), aponta que esse é historicamente o eixo paradigmático da representação das favelas. Isso porque sempre foram definidas pelo que não teriam ou pelo que não seriam. Ao entender esses espaços por esse eixo, supõe-se que todas as favelas são destituídas, total ou parcialmente, de infraestrutura urbana (água; luz; esgoto; coleta de lixo; sem arruamento; sem emplacamento; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral). Ou seja, as áreas que não apresentam tais critérios não serão definidas como favelas, mesmo que sejam reconhecidas por outros levantamentos como tais. Isto contribui para outra representação errônea da favela que é a sua homogeneidade.



Ainda, no censo é destacado que alguns aglomerados comumente considerados como favelas não foram incluídos no recenseamento (Cf. IBGE, 1953: 258). Por essa razão, os resultados do Censo de 1950 não podem ser tomados como referência de toda a população das favelas cariocas. Guimarães (1953), ressalta a possibilidade de imprecisão ao indicar que os dados dizem respeito apenas aos habitantes presentes no dia do recenseamento. Para ele, os resultados “não são representativos da totalidade das favelas existentes no Distrito Federal”, inclusive o número de favelas existentes e de seus moradores pode ser ainda maior do que o indicado. Ainda assim, Guimarães considera que essa insuficiência não reduz a expressão das informações publicadas, uma vez que “a parte dos habitantes de outras favelas de menor significação, ou de outros logradouros, por certo apresentará as mesmas características gerais reveladas”. Apesar desse esforço de Guimarães em elogiar o censo, ele acaba por reforçar, mesmo que sem querer, a suposta homogeneidade desses espaços.

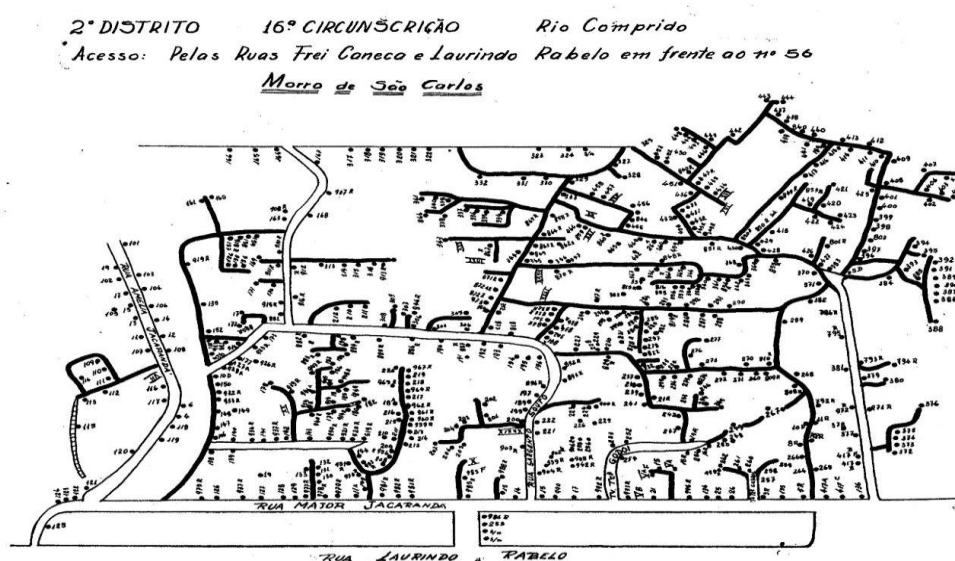
O ato de definir esses critérios e colocar em questão a homogeneidade das favelas apresentaram certos desafios para quem estava à frente do Censo. Dentre os principais estava a topografia dos terrenos, aqui a dúvida era se contariam como favelas apenas os aglomerados humanos dos morros ou também de locais de naturezas distintas. Outra questão refere-se ao tipo de moradia, mas este critério não seria o suficiente. Tendo em vista que a hipótese dos domicílios de favelas serem compostos somente por barracões ou casebres já havia sido eliminada. Além disso, os levantamentos anteriores já haviam pontuado que não era uma exclusividade das favelas. Somado a isso, houve dificuldade no estabelecimento de linhas divisórias entre a área de cada favela e as demais. O grande questionamento era: “Onde começariam as favelas e onde terminariam as demais áreas confinantes?” (Guimarães, 1953). Novos desafios surgiram durante a pesquisa em campo, demandando um esforço maior para a execução da coleta de dados.

O terreno a percorrer nem sempre permitia fácil acesso, exigindo, ao contrário, trabalho árduo por parte do locador para o completo reconhecimento. Havia, além disso, que preparar condições para que mais tarde a coleta de dados censitários não encontrasse os mesmos obstáculos verificados durante o levantamento cadastral. Nos arruamentos formados pelos barracos, quase sempre dispostos a êsmo, não existia emplacamento, pelo qual o recenseador pudesse orientar-se. Um dos primeiros problemas a ser encarado seria, por conseguinte, a numeração dos casebres. Entre os favelados há o costume de pintar ou pregar, à frente das casas, números inteiramente arbitrários, ou porque com êles o morador simpatize ou porque correspondam a placas já usadas que por acaso lhe caíam às mãos (Guimarães, 1953: 259).

Como solução a numeração existente foi mantida e uma nova, para aqueles não tinham, foi colocada dando continuidade às anteriores. Somado a isso, realizou-se um levantamento

topográfico em cada favela, com base em *croquis* (Figura 4) desenhados pelos recenseadores. Com exceção da Praia do Pinto<sup>17</sup>, todas as favelas recenseadas tiveram seu desenho catalogado. Os *croquis* permitiram uma visualização da favela num todo, indicando as numerações das casas e o acesso de entrada. Além desta metodologia ter sido eficiente, os recenseadores também contaram com a “inestimável cooperação dos favelados” (Guimarães, 1953). Por não ter nenhum conhecimento prévio das particularidades do terreno, seria inviável ao recenseador coletar dados sem o auxílio dos moradores familiarizados com os caminhos que os servem. Aqui é possível observar um certo grau de importância que é dado a eles, diferente dos anteriores.

**Figura 4** – Mapa do Morro de São Carlos preparado pelos recenseadores do IBGE



Fonte: IBGE, 1953.

Ainda assim, a apresentação dos dados foi voltada para os atores externos, não incluindo os próprios moradores como possíveis interessados em ter conhecimento sobre a realidade das favelas. Ao que parece tais resultados servem apenas para alimentar novas pesquisas e para conceder informações a elite. Isso fica evidente nas considerações finais do Censo onde é indicado que as informações coletadas “oferece[m] aos técnicos, especialistas, administradores e estudiosos em geral, os elementos básicos indispensáveis à pesquisa das condições de vida

<sup>17</sup> Devido à "desordem e a dispersão com que foram erguidas as casas, sem qualquer espécie de arruamento", o desenho de *croquis* foi impossível, como alternativa foi utilizado fotografia aérea da Praia do Pinto (Guimarães, 1953).

dêses habitantes e ao conhecimento em profundidade de seus mais importantes problemas” (Guimarães, 1953).

### 1.3 **Avalanche dos números sobre as favelas cariocas**

De acordo com o filósofo canadense Ian Hacking (1982; 1991), entre 1820 e 1840 houve um crescimento exponencial do “número de números” que estavam sendo publicados na Europa. Em termos comparativos, o aumento das palavras e textos nessa mesma época foi apenas linear. Hacking denomina esse período como a “avalanche dos números impressos”. Além da imensa quantidade de números que estavam sendo acumulados, burocracias estavam sendo criadas para coletar e organizar as informações em um banco de dados e uma maior compreensão deles estava se iniciando. Essa avalanche atingiu quase todas as áreas do conhecimento e domínios de investigação humana, as quais passaram a trabalhar de distintas maneiras com os números ou a partir deles. Até mesmo aqueles que eram resistentes passaram a usá-los em suas análises.

Com base nessa angulação, compreendo aqui a produção de dados a partir de 1960 sobre as favelas cariocas como uma nova avalanche dos números. Isso porque houve um aumento não só dos números desses espaços e de seus habitantes com novas dimensões a serem analisadas, mas também a ampliação de atores, de metodologias, de critérios de classificação e um novo entendimento dos dados das favelas estava surgindo. Nessa perspectiva, enquadrado o relatório produzido por uma instituição de urbanismo, os censos do IBGE, o primeiro cadastro de favelas do Rio de Janeiro produzido por uma empresa municipal de informática e por fim os autorrecenseamentos desenvolvidos por organizações e coletivos de favela.

#### 1.3.1 Relatório da SAGMACS (1960)

No final dos anos 1950 é solicitado um novo e diferenciado estudo das favelas pelo jornal “O Estado de São Paulo” à Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS)<sup>18</sup>. O estudo intitulado “Aspectos Humanos da Favela

---

<sup>18</sup> Quatro escritórios da SAGMACS foram construídos no Brasil, o primeiro deles foi inaugurado em 1947 em São Paulo. Este teve como membros fundadores o antigo diretor da Escola Politécnica de São Paulo (ELSP) e o secretário-geral da Ação Católica de São Paulo. Posteriormente, foram criados em Belo Horizonte, Recife, sendo o último no Rio de Janeiro (Cf. Valladares, 2005: 87).

Carioca” levou três anos para ser concluído, sendo publicado em 1960 em duas seções especiais do jornal (imagem abaixo). Muito embora o período de coleta tenha sido longo, este não se deu por um atraso na pesquisa. No próprio documento ressaltou-se que não se tratava de um trabalho visando resultados imediatos, mas sim um levantamento aprofundado e extenso. Dentre as informações coletadas estão: características gerais e origem das favelas, condições sanitárias, medicina popular, construção dos barracos, nível de instrução, cotidiano dos moradores, formas de solidariedade, recreação, delinquência, vida religiosa, os processos de demagogia na favela e a urbanização.

**Figura 5** – Capa das edições de publicação da pesquisa no jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: Acervo Estadão, 1960.

José Arthur Rios (2012), coordenador da pesquisa à época, reconhece que faltou ao relatório um capítulo específico sobre a economia da favela que relacionasse o crescimento da favela aos níveis da curva inflacionária. Tal falta se deve, segundo ele, à dificuldade de encontrar economistas com interesse e com algum conhecimento sobre as favelas. Mas não só estes profissionais eram limitados. Rios chama atenção que na década de 1960 a pesquisa de campo ainda era muito limitada no Brasil indicando que as faculdades estavam “organizadas dentro da camisa de força das cátedras e de uma hierarquia de catedráticos e assistentes presos a rotinas burocráticas para os quais o próprio verbo ‘Pesquisar’ era tabu” (Rios, 2012). Supõe-se uma certa dificuldade devido às restrições da época e ao mesmo tempo uma evolução deste relatório num contexto geral de investigações científicas.

A pesquisa se deu em dois momentos, o primeiro foi um estudo de caso em doze favelas com os pesquisadores aplicando questionários abrangendo níveis de vida. Na segunda fase, foi realizada uma observação direta utilizando a técnica de entrevista com os moradores de dois locais, Barreira do Vasco e o Parque Proletário da Gávea (Rios, 2012). Dessa forma, os dados não dizem respeito à totalidade das favelas, apenas das que foram estudadas. Inclusive, na própria introdução é destacado que este não foi um objetivo: “Nossas conclusões são válidas apenas para certas favelas e para certos aspectos da vida dos favelados” (SAGMACS, 1960). Apesar disso, foi considerado “a mais abrangente análise da realidade das favelas já produzida até hoje” (Machado da Silva, 2012). Muito de sua importância e contribuição para o conhecimento das favelas se deu pela introdução de novas informações e, de forma complementar, a inserção de uma novidade metodológica que combina análise quantitativa e qualitativa. Cabe ressaltar que foi utilizada num momento em que essas ferramentas de pesquisa ainda eram vistas como antagônicas.

A tarefa que nos propusemos era conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e sentimentos, sua concepção da vida, de si mesmo e da cidade em que habita [...] as pesquisas até agora realizadas são estranhamente omissas. Enumeram cifras, alinham percentuais, mas não explicam o social que dá origem e caracteriza as favelas, nem as mudanças qualitativas que levaram a situação expressa nas tabelas e gráficos (SAGMACS, 1960: 3).

Aqui vale abrir um parêntese. O emprego dessa metodologia em muito se deve a influência do movimento *Economie et Humanisme* e dos princípios preconizados pela Escola de Chicago trazidos pelo Padre Le Bret. Dentre as propostas que ambos apresentam e foram usadas no relatório da SAGMACS estão: a importância atribuída a pesquisa empírica, a observação a partir de estudos de caso, a utilização simultânea de dados obtidos através da observação ou de entrevistas semidirigidas e de fontes secundárias, de representações gráficas e cartográficas, a abordagem multidisciplinar dos fenômenos sociais, entre outros (Valladares, 2005; 2012). Tais princípios já demonstram que não há oposição entre as pesquisas quali e quantitativas. A própria temática dos dados transparece a presença desse “hibridismo” (ibidem). A título elucidativo, moradia, família, solidariedade e religião são temas recorrentemente estudados no *Economie et Humanisme*. Assim como a delinquência e os processos políticos são privilegiados pela Escola de Chicago.

Com isso, o estudo da SAGMACS teve repercussão imediata nos debates políticos, assim como no mundo acadêmico, sendo citado em muitos trabalhos posteriores sobre as favelas. De fato, marca o início de uma nova agenda de pesquisa, sendo seguida por outros

pesquisadores das ciências sociais tanto brasileiros como estrangeiros (Cf. Valladares; Medeiros, 2003: 11). No entanto, a partir dos anos 1980 essa pesquisa foi sendo esquecida. Até mesmo na obra de referência do centenário das favelas de Marcus Alvito e Alba Zaluar (1998) sequer foi citada em uma nota de rodapé. Tentando reparar esse esquecimento Valladares (2000; 2005) retoma as contribuições da pesquisa indicando que esta merecia um papel mais importante nas análises desses espaços e de seus habitantes. O que parece ter provocado um efeito. Em 2012, foi publicado um extenso livro, “Favelas cariocas: ontem e hoje”, para celebrar os cinquenta anos do relatório da SAGMACS, contando com mais de dez renomados autores para revisitar as questões abordadas.

Outra importante característica desse estudo é que foi o primeiro relatório das favelas e de seus habitantes com ampla autonomia e sem a pretensão de gerar informações diretamente aplicáveis a políticas públicas para esses espaços. No entanto, reconhecer essa autonomia não significa dizer que esteve isenta da posição dominante da época. Na segunda metade da década de 50, o debate político estava voltado para a transferência da capital mobilizando críticas ferrenhas de diversos setores da sociedade e veículos da imprensa (Valladares, 2005; Rios, 2012). “O Estado de S. Paulo” fazia parte da oposição ao projeto, defendendo a ideia de que era “preferível investir os milhões, dispensados inutilmente no projeto de Brasília, lutando contra a pobreza do Rio de Janeiro” (Valladares, 2005). Assim, a grande pesquisa empírica das favelas cariocas financiada por um jornal paulista surgiu num intuito de apresentar argumentos contra a descentralização do poder federal. Ou seja, não estava totalmente neutra politicamente.

Apesar de sua grande contribuição ao conhecimento das favelas, o relatório parece entender estes espaços nos mesmos termos que os anteriores. Na introdução é ressaltado sua relevância indicando que só assim pode-se esperar que “esse problema angustioso da metrópole carioca venha ter solução adequada” (SAGMACS, 1960: 3). Outra semelhança é que a intenção desse estudo também foi chamar atenção dos “leitores, administradores e políticos do Brasil” para que tenham um “conhecimento real e objetivo” das favelas cariocas<sup>19</sup>. Ou seja, mesmo que não tenha sido produzido pelo Estado e nem pela Igreja, o relatório foi voltado para os atores externos e a serviço deles. Por ter sido veiculado por um jornal paulista supõe-se assim que seus leitores sejam de São Paulo. Dessa forma, os próprios moradores das favelas cariocas não foram tidos como possíveis receptores desse conhecimento.

---

<sup>19</sup> O Estado de S. Paulo, 10 de abril de 1960.

### 1.3.2 Os censos do IBGE e o Cadastro das favelas (1960-1991)

Nesta subseção analiso brevemente quatro censos do IBGE (1960, 1970, 1980 e 1991) e o registro das favelas cariocas produzido pela Empresa Municipal de Informática - Iplanrio em 1983. Mas antes de analisá-los, considero pertinente explicar o motivo de tal divisão. Primeiramente, meu foco era somente neste último, por ter sido o primeiro cadastro estatal desses espaços, sendo produzido por uma nova organização ainda não citada nesta dissertação. No entanto, essa escolha deixaria uma lacuna considerável entre o período de 1960 a 1980. Assim, decidi examinar também as pesquisas anteriores. Isso posto, surge outro questionamento: como iria organizá-los. Duas opções me ocorreram, dedicar uma subseção para cada ano ou encaixá-los em uma única. Como o propósito não é fazer uma observação minuciosa ou debater os números em si, a primeira opção foi descartada. Dessa forma, a fim de otimizar a análise considero a segunda opção mais aplicável aqui.

No Censo demográfico de 1960, a maioria dos critérios e objetos de investigação permaneceram idênticos aos do censo de 1950. Exceto pelo que diz respeito às "proporções mínimas", visto que foi adotado, para todo o território nacional, o processo de elaboração de cartogramas em vez de cadastros prediais. Ademais, após dez anos do primeiro censo do IBGE sobre as favelas, esses espaços tornaram-se mais "identificáveis", com denominações específicas e vias de acesso próprias. Para Rafael Soares Gonçalves (2020), isso parece explicar mais a grande diferença entre os números de favelas existentes, do que o surgimento de novos territórios.

Importante mencionar que por serem unidades censitárias específicas, as favelas foram recenseadas sob orientação centralizada, por meio de um grupo especial de Recenseadores. A coleta também contou com o auxílio de funcionários do IBGE que mantinham unidades de trabalho instaladas nesses espaços. Os dados coletados sobre a população foram: condição de presença, sexo, condição no domicílio, idade, religião, cor, naturalidade, nacionalidade, migrações internas, instrução, estado conjugal, duração de casamento, fecundidade e características econômicas. Além da composição das famílias, número de moradores, condição de ocupação, aluguel mensal, foram de abastecimento de água, instalações sanitárias, combustível utilizado no fogão, número de cômodos, de dormitórios e existência de iluminação elétrica, rádio, geladeira e televisão. Ainda, há a enumeração das favelas com a discriminação das circunscrições censitárias e vias de acesso (Cf. IBGE, 1960: 105-108).

Em 1970, houve uma alteração significativa, não na produção de dados em si, mas na forma como os espaços de favelas passaram a ser entendidos. O termo favela deixou de ser empregado e foi inserido na categoria “Aglomerados urbanos excepcionais” (Cf, IBGE, 1970: 15). Numa tentativa de incluir outros espaços brasileiros que correspondem às favelas cariocas, mas que possuíam outras denominações. Como o Rio de Janeiro já não era mais a capital do país reforçando a iniciativa de usar uma terminologia mais abrangente para a realidade nacional (Gonçalves, 2020). Mesmo com esse novo termo, os critérios permaneceram os mesmos definidos originalmente em 1950, mas com pequenas modificações na descrição dos materiais das habitações. Anteriormente as habitações eram definidas a partir do uso de “folhas de flandres e napas zincadas” e neste censo foram substituídas por “folhas de metal, madeira não aparelhada, material de embalagem usado”. Supõe-se que houve uma mudança também no interior das favelas ao ponto de atualizar os critérios censitários.

No censo de 1980 tanto o termo quanto o conceito foram modificados. Neste, as favelas são entendidas como “aglomerados especiais urbanos” (Cf. IBGE, 1980: 14). De acordo com os novos critérios, “o chamado setor especial de aglomerado urbano é aquele com domicílios, em sua maioria dotados de infra-estrutura carente e geralmente localizados em terrenos não pertencentes aos moradores como é o caso das favelas, mocambos, palafitas, malocas, etc.” (Sinopse preliminar do Censo Demográfico, 1980). Para Valéria Grace Costa (1996), isso demonstra que há um peso menor à falta de equipamentos urbanos básicos, mesmo que de forma carente ou parcial. Muito embora não mencione o estilo da construção nos critérios, o censo de 1980 estabeleceu a “cota 20”, uma linha imaginária que cortava as favelas a 20 (vinte) metros de altura de sua base. Caso abaixo dessa linha predominassem casas de alvenaria dotada de boa infraestrutura a área não seria considerada favela (Costa, 1992; 1996). Assim, certos espaços deixaram de ser considerados como “aglomerados especiais”, até mesmo aqueles sem posse legal da terra. Para a autora, estes são critérios subjetivos e muito particulares para definir o que é e o que não é uma favela. Por essa razão, não deveriam ser tomados como critérios excludentes e/ou definitivos.

Diante dessa situação, o levantamento superestimava as características físicas dos domicílios, rejeitava as diferenças internas. Em outras palavras, desconsiderava totalmente a evolução das favelas. Somado a isso, a autora revela que os dados se mostraram altamente superestimados e apresentam uma lista incompleta com os nomes das favelas (Costa, 1992). Ao que tudo indica também há uma distorção no número de habitantes. De acordo com o relatório



de 1980, o crescimento das favelas foi nulo ou mesmo negativo, o que tensiona como o fato de que nesse período a política de remoções já tinha sido paralisada. Supõe-se, novamente, uma imprecisão dos dados referentes a estes territórios e seus habitantes. Coadunando com essa hipótese, no próprio trabalho de apresentação dos resultados do IBGE em 1983 é destacado a limitação das análises devido a “necessidade de reavaliação dos dados de 1980” (Cf. Guimarães, 1983).

Seguindo a cronologia da produção de dados, o levantamento seguinte ao censo de 1980 foi o Cadastro das Favelas do Rio de Janeiro produzido entre novembro de 1980 e setembro de 1982. Tal pesquisa foi solicitada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e realizada pela Iplanrio, o atual Instituto Pereira Passos (IPP) com o objetivo de “delimitar e classificar as favelas de modo a subsidiar políticas de intervenção nesses espaços” (Matiolli, 2016). Oportuno destacar dois fatos importantes sobre esse primeiro registro municipal. Muitas favelas cadastradas já datavam alguns anos de existência, o que implica numa confusão analítica e uma superestimação dos dados visto que passa a ter o tempo de ocupação real e o tempo de reconhecimento pelo poder público (Costa, 1996). Outro fato é que não se trata de uma produção de dados demográficos, mesmo que apresente o número de favelas e de habitantes. Isso porque:

Neste cadastro, a unidade de observação foi a favela, estudada como um todo, sem se descer a nível de domicílios, famílias ou habitantes, ou seja, sem objetivos censitários. As informações foram coletadas e analisadas, de modo uniforme, a fim de permitir a comparação entre as favelas e sua posterior classificação (Iplanrio, 1983 *apud* Matioli, 2016: 77).

Em termos comparativos, diferencia dos demais em relação à conceituação e a metodologia empregada (Costa, 1992; 1996). Aqui o único critério de definição foi o status da ocupação. Considerou-se favela os terrenos que não apresentaram título de propriedade, sem limitar o número mínimo de habitações, a estrutura física e melhoramentos urbanos. E dentre os procedimentos metodológicos está o uso de fotografias do Levantamento Aerofotogramétrico de 1975 e entrevistas com as Associações de Moradores e alguns habitantes (Costa, 1992). Outra grande diferença foram os resultados obtidos. O número de favelas foi um pouco mais do que o triplo do censo anterior. Foi a partir dessas inconsistências (no plural) que a Iplanrio decidiu realizar também um trabalho de compatibilização dos dados em 1984.

Antes de examinar esse segundo produto, considero importante dizer que esse primeiro cadastro serviu de base para diversos projetos de órgãos públicos<sup>20</sup>. Inclusive influenciou a criação do Sistema de Assentamento de Baixa Renda (SABREN) em 1990, que funciona até os dias atuais como um banco de dados que guarda informações qualitativas e quantitativas sobre as favelas cariocas de diversas fontes<sup>21</sup>. O compromisso desse sistema é fornecer um panorama demográfico e socioeconômico para embasar o planejamento de políticas públicas para estes locais, bem como disponibilizar para a população em geral. No entanto, conceitua as favelas em termos semelhantes aos anteriores:

Para fins de definição, adotou-se a prevista na lei complementar nº 111 de 1/2/2011, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro (artigo 234):

*Favela* – área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes (SABREN, sd: sp).

Retomando ao documento de compatibilização. A Iplanrio, desejava em eliminar a “grande disparidade nos dados fornecidos pelas fontes que tratam do assunto favela no Rio de Janeiro” (Município do Rio de Janeiro, 1981 *apud* Matioli, 2016), unificou os dados disponíveis sobre esse universo. Para tanto, foi realizada uma correlação entre os dados do IBGE com a listagem de favelas do Iplanrio separada por regiões administrativas e com os respectivos números de domicílios (Costa, 1996). Como consequência houve desmembramento de algumas áreas e outras foram fundidas, bem como o nome de certas favelas foram alteradas. Supõe-se assim que não foram alterados os critérios ou a conceituação dos levantamentos, mas sim as próprias favelas para que estas encaixem nas determinações externas.

Importante adicionar que neste período houve uma mudança no enquadramento coletivo desses espaços. Conforme análise de Luiz Antonio Machado da Silva (2010), durante a década de 1980 com o estabelecimento de organizações criminosas nas favelas uma nova *gramática* é atribuída a esses territórios. As favelas passam a ser vistas como “valhacouto de criminosos que interrompem, real ou potencialmente, as rotinas que constituem a vida ordinária na cidade” (Machado da Silva, 2010). Ao tematizar as favelas pela “linguagem da violência urbana”, há uma superposição do “problema das favelas” com o “problema da segurança”. Como efeito

---

<sup>20</sup> Como exemplo de projetos que foram baseados nesse registro das favelas está o Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro e o documento intitulado “Caracterização e Dados de Áreas de Favelas no Município do Rio de Janeiro” (Matioli, 2016: 78).

<sup>21</sup> Ver em: <https://www.data.rio/apps/sabren/explore>

perverso desse enquadramento, os moradores das favelas passaram a ser criminalizados. Isso impacta diretamente na produção de dados sobre esses territórios. De um lado justifica o ensejo de mensurá-los ou não para promover políticas de segurança pública. De outro, traz à tona o medo de recensear as favelas.

Em 1991, o IBGE traz uma nova categoria das favelas que permanece até hoje. Atribui o termo problemático de “aglomerado subnormal” às favelas, mocambos e assemelhados. Tal definição carrega em si a associação desses lugares com a pobreza especializada (Motta, 2019). Como consequência, atribui aos habitantes desses territórios um certo déficit, pois infere que todos sejam pobres ou usurpadores de terras. Esse conceito também diz respeito à suposta dificuldade de coletar dados nestes locais. Como supracitado, já no Censo de 1950 os obstáculos de recensear o território eram ressaltados na descrição da metodologia. Mas aqui o próprio termo evidencia isso. Ao contrário dos demais espaços da cidade, estes não apresentam “normalidades” seja pela natureza do terreno seja pelo suposto perfil dos moradores. Em síntese, corrobora com a ideia de que a favela é uma realidade inquantificável.

### 1.3.3 A produção de dados alternativos: os primeiros autorrecenseamentos das favelas

O primeiro autorrecenseamento das favelas teve seu início em 1999 e finalizado por meio de um projeto do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM)<sup>22</sup> em 2000. Intitulado com “Quem somos, quantos somos, o que fazemos”, esse censo teve o objetivo de oferecer um conhecimento mais completo sobre a realidade da Maré não só para aplicação de políticas públicas, mas também para as ações dos próprios moradores e atores destes locais (Nóbrega Júnior, 2007). Ou seja, é voltado para a própria favela e a serviço dela. Aqui é possível observar a primeira grande diferença deste censo em relação aos anteriores. Oportuno destacar que mesmo tratando de um levantamento censitário de apenas “uma” favela, este contribui essencialmente para a análise proposta nesta dissertação. Há de se levar em conta que se trata do maior conjunto de favelas<sup>23</sup> do Brasil, de acordo com o próprio censo do IBGE.

---

<sup>22</sup> Organização Não Governamental formada por moradores da Maré em 1987. Ver mais em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Centro\\_de\\_Estudos\\_e\\_Acoes\\_Solidarias\\_da\\_Mare](https://wikifavelas.com.br/index.php/Centro_de_Estudos_e_Acoes_Solidarias_da_Mare)

<sup>23</sup> A Maré é formada pelos seguintes espaços: Baixa do Sapateiro, Mandacaru, Marcílio Dias, Morro do Timbau, Nova Holanda, Parque Maré, Parque União, Ramos, Roquete Pinto, Rubens Vaz, Nova Maré, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Vila Pinheiros e Vila do João.

As justificativas para a necessidade de quantificar esses espaços se dão por argumentos políticos e morais (Motta, 2019). Entre eles, dois são principais: o primeiro refere-se à sub-representação dos dados que impede um conhecimento mais próximo da realidade das favelas e de suas demandas; e o segundo pelo preconceito, direto ou indireto, que constroem e respaldam as representações distorcidas e sem fundamentos empíricos sobre as favelas e seus moradores. Ambos estão articulados e se retroalimentam. Na medida em que há um maior desconhecimento da realidade desses espaços, haverá um predomínio das imagens negativas atribuídas historicamente as favelas e seus habitantes. Aqui também fica aparente a consequência na prática de quando a “linguagem da violência urbana” (Machado da Silva, 2010) tematiza esses espaços.

Não há como ignorar, também, a existência de vieses decorrentes da estigmatização da favela como locus da violência, da barbárie, da carência e da falta de higiene. Esses juízos sobre a favela afetam desde o planejamento da pesquisa até a realização da entrevista e podem se manifestar de diversas formas, tais como através do receio de incursões em determinados logradouros ou porções do território ou na construção de pressupostos marginalizantes que dificultam a abordagem do público (Redes da Maré, 2019: 11).

A segunda iniciativa foi o Censo Maré de 2010, elaborado pela Redes da Maré<sup>24</sup> em parceria com o Observatório de Favelas<sup>25</sup>. Este, contudo, não será qualificado aqui pelo fato de não estar disponível na íntegra no site da organização. Constando somente na linha do tempo de ações da Redes junto as demais pesquisas realizadas como Guia de Rua e o Censo de Empreendimentos, ambos de 2014. Dando continuidade a esse autorrecenseamento em 2019 foi publicado um novo e extenso relatório. A pesquisa dedicou-se a cinco eixos: (i) Educação, (ii) Arte e Cultura, (iii) Memórias e Identidades, (iv) Desenvolvimento Territorial e (v) Segurança Pública e Acesso à Justiça. Entre os dados apresentados estão a distribuição da população, presença das mulheres, perfil étnico-racial, presença de crianças e jovens, naturalidade e tempo de moradia, religião, situação conjugal, maternidade e paternidade, propriedade, situação fundiária e condição de uso dos domicílios, mulheres e jovens como responsáveis nos domicílios, questões ambientais, perfil escolar, saúde da família, planos de saúde, óbitos, comunicação e tecnologia e torcedores de futebol. Além da interpretação dos dados, apresenta oitenta e cinco tabelas.

---

<sup>24</sup> A Redes da Maré é uma instituição da sociedade civil fundada por moradores da Maré em 1997. Ver mais em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Redes\\_da\\_Mar%C3%A9](https://wikifavelas.com.br/index.php/Redes_da_Mar%C3%A9)

<sup>25</sup> O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil criada por ativistas e pesquisadores oriundos de favelas cariocas, com sede na Maré. Ver mais em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Observat%C3%B3rio\\_de\\_Favelas](https://wikifavelas.com.br/index.php/Observat%C3%B3rio_de_Favelas)

Neste último, mais atual, é reiterado o compromisso de levar os dados aos moradores para que “de maneira organizada, reivindicuem dos governos políticas públicas que sejam revertidas em direitos efetivados” (Redes da Maré, 2019). Além dos números serem destinados aos habitantes, estes não são entendidos aqui meramente como objetos de pesquisa ou como cooperadores eventuais. Pelo contrário, já nas primeiras páginas do Censo Maré, na metodologia é destacado que se trata de um trabalho com a mobilização e participação ativa dos moradores em todas as fases do projeto. Ou seja, os reconhece como sujeito, com capacidade de participar e elaborar conhecimento sobre si mesmo. Sendo assim, a pessoa favelada não é entendida (e nem pode ser) apenas como um objeto válido de investigação, mas ela é, também e sobretudo, um sujeito ativo e produtor de conhecimento e de dados o tempo inteiro.

O Censo Maré consiste em um amplo diagnóstico da realidade demográfica, sociocultural e econômica, que contou com a mobilização e participação de moradores locais em todas as fases do projeto. Tal iniciativa, portanto, não foi mera ação vertical de especialistas pesquisando acerca da vida de moradores e moradoras da Maré, mas um trabalho conjunto de pessoas – em grande parte, oriundas desse próprio território engajadas no processo de transformação da realidade local (Redes da Maré, 2019: 7).

A partir do exposto percebe-se que há uma intensa mobilização para que o morador seja um dos principais atores das contagens sobre eles mesmos. Muito pelo fato de que conhecem geográfica e culturalmente melhor o território, e, por isso, a pesquisa seria mais condizente com a realidade. Isso, contudo, não significa que o autorrecenseamento seja realizado sem grandes dispêndios ou que os números não tenham nenhuma margem de erro. Mesmo sendo morador da favela existem alguns obstáculos objetivos e subjetivos inevitáveis que dificultam o ato de quantificar esses territórios. A título de exemplo, uma das maiores dificuldades apresentadas pelo Censo Maré foi dispor de um mapeamento correto do território. Para tanto, foi necessário realizar uma revisão dos mapas cartográficos disponíveis e atualizá-los. A partir dessa atualização, também foi possível nomear as ruas e definir os Códigos de Endereço Postal (CEPs). Estas alterações ou acréscimos, segundo o próprio censo, respeitou os limites definidos pelos próprios moradores e não por “um poder, com suposto saber privilegiado, de forma verticalizada” (Redes da Maré, 2019). Ou seja, ainda que apresente “resistências” (Motta, 2019) será a própria favela que decidirá como superá-los.

Muito embora essas críticas aos “dados oficiais” demarquem a existência dos autorrecenseamentos das favelas e as fortaleça, isto não implica na exclusão total das instituições governamentais no processo de autocontagem. No próprio Censo da Maré de 2019 é ressaltado a participação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) que pertence ao

IBGE e do Instituto Pereira Passos. Além de serem “parceiros” do projeto, os dados produzidos por eles também servem como base e contextualização dos temas abordados. Para Eugênia Motta (2019), a relação entre esses atores é um sinal de que existe uma ambiguidade na produção de dados alternativos. De um lado o reconhecimento da relevância das estatísticas produzidas pelos dados governamentais e, por outro, a desconfiança permanente em relação a elas. Ainda, segundo a autora, há uma ideia de que é preciso disputar as estatísticas. Uma vez que elas são percebidas como realidade pelos agentes estatais, o que implica nas desigualdades e na falta de políticas públicas eficientes e justas.

Busquei demonstrar aqui que o autorrecenseamento das favelas se configura uma alternativa aos dados defasados e enviesados dos atores externos. Isso não significa que estes sejam melhores do que os outros. Ambos possuem discrepâncias ou limitações. Nenhum será totalmente fidedigno a realidade seja ela qual for visto que se trata de um trabalho de objetivação e não de objetividade (Besson, 1995). Ademais, o processo de elaboração dos dados exige inúmeros recortes da pesquisa o que limita qualquer análise e impede grandes generalizações. Partindo dessa análise caminha-se para um exame das continuidades e inflexões das pesquisas existentes hoje e uma breve perspectiva para o futuro.

#### **1.4 Entre o hoje e o amanhã**

Os censos atuais, ainda que não apresentem interpretações racistas das favelas, permanecem com o entendimento de que esses espaços são um problema. Já na introdução do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há o apontamento de que o “problema ganhou maior dimensão e complexidade”. Além disso, emprega um conceito problemático ao incluir as favelas na categoria de “aglomerados subnormais”. Tal definição carrega em si a associação desses lugares com a pobreza especializada (Motta, 2019). Como consequência, atribui aos habitantes desses territórios um certo déficit, pois infere que todos sejam pobres ou usurpadores de terras. Esse conceito também diz respeito à suposta dificuldade de coletar dados nestes locais. Como supracitado, já no Censo de 1950 os obstáculos de recensear o território eram ressaltados na descrição da metodologia. Mas aqui o próprio termo evidencia isso. Ao contrário dos demais espaços da cidade, estes não apresentam normalidades (seja na natureza do terreno, seja no suposto perfil dos moradores). Em síntese, corrobora com a ideia de que a favela é uma realidade inquantificável.

Indispensável mencionar que a dificuldade de quantificar esses espaços não é uma especificidade das favelas. Todos os territórios apresentam certos obstáculos na realização dos recenseamentos. Bem como deve-se atentar para a representatividade dos dados do IBGE no Brasil como um todo. Isso porque a pesquisa é dividida em duas: Universo e Amostra. A primeira, como o nome supõe, diz respeito à totalidade. Ou seja, a pesquisa é realizada em todos os domicílios encontrados. Nesta, há aplicação do Questionário Básico, contendo trinta e sete quesitos. Em relação à segunda, o levantamento se dá somente em uma parcela dos domicílios e é utilizado um questionário mais longo com cento e oito quesitos (Cf. IBGE, 2010). Por se tratar de um estudo nacional, deve-se levar em consideração que boa parte dos resultados é coletada através da pesquisa amostral. Isso significa dizer que a maioria dos indicadores são limitados, não só das favelas.

Outra continuidade é referente a baixa periodicidade dos censos com diferentes entraves políticos o que produz grandes lacunas. Em 2021, por exemplo, o governo federal cortou 96% do orçamento para o Censo Demográfico. O corte inviabilizou a aplicação de concurso para a entrada de recenseadores, agentes censitários municipais e supervisores<sup>26</sup>. Pela falta de recursos financeiros e de equipe, não foi possível realizar o levantamento censitário que, inclusive, já tinha sido adiado devido as restrições da pandemia da Covid-19 no ano de 2020<sup>27</sup>. Esses adiamentos e atrasos fazem parte da história das estatísticas brasileiras. Como pode-se observar em uma nota de rodapé na obra “Estatísticas do Século XX” elaborado pelo próprio Instituto:

A principal fonte de informações populacionais no Brasil são os Censos Demográficos. Estes, em princípio, deveriam ser decenais. Mas, na verdade, apresentam uma história atribulada. Os dados relativos à cidade do Rio de Janeiro no Censo de 1900 foram considerados deficientes e os resultados referentes ao Distrito Federal cancelados. Um novo recenseamento do Estado do Rio de Janeiro foi então feito em 1906. Por razões de ordem política o recenseamento de 1910 foi suspenso. O mesmo ocorreu com o Censo de 1930. O Censo de 1920 foi considerado deficiente, com uma aparente superestimação de cerca de 10%. Por outro lado, os Censos de 1940, 1950 e 1970 são considerados exemplares. Um escândalo administrativo suspendeu o processamento do Censo de 1960, o qual só foi completado, ainda de forma precária, quase 20 anos depois. Os censos posteriores enfrentaram crescentes problemas operacionais no levantamento de campo. O censo previsto para 1990 foi adiado para o ano seguinte, novamente por problemas político-administrativos, sem que esse adiamento, no entanto, resultasse em ganhos de qualidade em relação aos censos anteriores (Silva; Barbosa, 2006: 31).

Apesar da baixa periodicidade, os Censos demográficos não deixam de ser importantes e necessários. É a partir dele que a maioria das políticas públicas e das pesquisas são elaboradas.

---

<sup>26</sup> Ver em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/04/06/ibge-suspende-provas-de-concurso-para-censo2021.ghtml>

<sup>27</sup> Ver em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27161-censo-2020-adiado-para-2021.html>

Em razão disso, o IBGE tem mobilizado uma campanha para que as pessoas respondam aos questionários e atendam os recenseadores. No perfil do Twitter do IBGE, inclusive, uma série de postagens foram divulgadas para mostrar a importância do recenseamento. Além disso, o Censo de 2022, ainda em andamento, indica algumas novidades. Um refere-se diretamente as favelas. Antes da coleta de dados com os moradores, foi realizada a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios para verificar dez quesitos de urbanização<sup>28</sup>. Conforme aponta o IBGE, pela primeira vez foram incluídas, nesta pesquisa, as favelas, vilas, grotas, palafitas e outras comunidades. Outro produto deste ano é o Almanaque do Censo Demográfico, contendo recursos imagéticos e a narrativa histórica das edições anteriores combinada com os resultados deste ano.

Assim, a perspectiva para o amanhã é que novas metodologias de pesquisa sejam inseridas no processo de contagem. Bem como novos atores se mobilizem para contar. Entretanto, a imprecisão dos dados somado aos vieses e preconceito presentes na produção de dados hegemônica ainda será um ponto de partida para a emergência de números alternativos. Vide que ainda persistem estigmas sobre esse território e que nenhum dado é completamente condizente com a realidade. Como será trabalhado no capítulo seguinte, as favelas estão se mobilizando, de certa forma, para suprir os vazios deixados pelos dados governamentais. Ou pelo menos buscando chamar atenção para invisibilidade da favela a partir dos dados.

Por fim, buscando organizar visualmente a cronologia da produção de dados sobre as favelas apresento abaixo a linha do tempo com os estudos trabalhados ao longo deste capítulo. No intuito de deixar compreensível, de evitar sobreposições e “poluições visuais” separei em três linhas e em quatro cores o período analisado. A cor azul indica o período que vai de 1901 a 1938, o qual corresponde as estimativas preliminares e de caráter alarmista. A cor roxa, por sua vez, inicia em 1940 e vai até 1948. Período em que os primeiros estudos mais sistemáticos são elaborados. Já na cor rosa, que está na mesma linha, separa os anos de 1949 a 1950 que se refere ao início da produção oficial de dados sobre as favelas, compreendidas a partir dessa data como unidades censitárias. A última linha, na cor laranja, compreende um período maior que vai de 1960 até 2019 e indica justamente a avalanche dos números sobre esses espaços e seus habitantes. Reitero que o objetivo não foi analisar de forma exaustiva os levantamentos

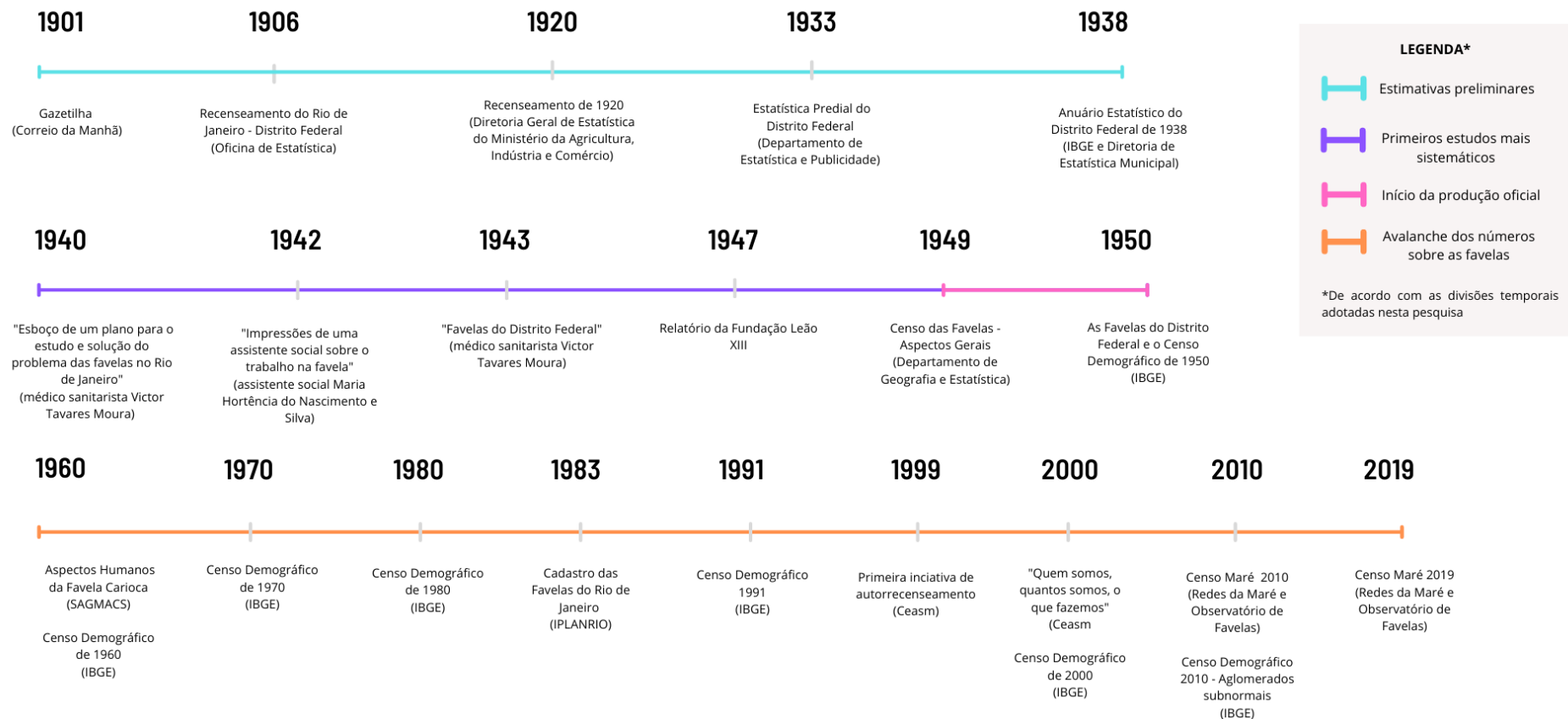
---

<sup>28</sup> Os quesitos são: capacidade da vida, pavimentação da via, iluminação pública, bueiro ou boca-de-lobo, ponto de ônibus ou van, via sinalizada para bicicleta, existência de calçada, rampa para cadeirante e arborização.



existentes. Dessa forma, nem todas as pesquisas realizadas foram incluídas o que justifica alguns dos saltos temporais observados tanto na linha do tempo como no capítulo.

**Figura 6 – Linha do tempo da produção de dados sobre as favelas cariocas**



Fonte: A autora, 2022.

## 2 A PRODUÇÃO DE DADOS NAS FAVELAS CARIOCAS

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência  
É roubar o pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes  
É dar troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir  
*Emicida*

No capítulo anterior foi apresentado a cronologia da produção de dados sobre as favelas, identificando que durante quase um século o que prevaleceu foram os dados de atores externos, sobretudo os governamentais, e compreensões enviesadas desses espaços. Foi apenas nos anos 2000 com os autorrecenseamentos que esse quadro começou a mudar. Mas quais são os aspectos que atravessam essa mobilização das favelas cariocas? Para responder esta pergunta pretendo analisar como se dá a produção de dados na favela e suas características a partir de um estudo de caso. Neste capítulo, apresentarei um grupo que produz dados na favela denominado LabJaca, descrevendo sua origem, seus repertórios de ação, estrutura organizacional, a dimensão territorial e os aspectos da sustentação do projeto. Bem como as possíveis tensões constitutivas que atravessam o ato de quantificar a partir destes territórios.

Para tanto, parto de duas entrevistas realizadas com o LabJaca, ambas realizadas através da plataforma Google Meet. A primeira ocorreu em janeiro de 2022 e se deu com Pedro Paulo, coordenador de pesquisa do grupo. Nesta, o foco maior foi sobre a produção de dados e seus atravessamentos com atores externos. Já a segunda entrevista, realizada em novembro do mesmo ano, foi com Poema Portela, também coordenadora de pesquisa do LabJaca. Esta, por sua vez, foi direcionada a aspectos internos da organização que serviu tanto para atualizar a primeira entrevista quanto para aprofundar algumas temáticas.

Mas antes que se inicie uma análise mais dedicada do LabJaca, vale a pena traçar brevemente um panorama do campo formado pelo conjunto de iniciativas que se dedica a contar nestes espaços, para que se tenha uma noção geral das características da produção cidadã de dados nas favelas do Rio de Janeiro. Importante dizer que não se pretende, neste panorama,

indicar todas as iniciativas existentes hoje. O foco é contextualizar e incentivar a entrada neste campo para análises e diálogos futuros. Reitero também que se trata de uma observação focada especificamente nas favelas cariocas, sem a pretensão de homogeneizá-las.

## 2.1 Favelas, dados e narrativa

Coletivos de favelas e periferias do Rio de Janeiro têm se mobilizado de maneira crescente nos últimos anos, sobretudo durante e o pós-pandemia, para produzir dados sobre diferentes temáticas apontando para a centralidade e importância dos dados para pautar políticas públicas, melhorar a responsabilidade do Estado e reduzir desigualdades e invisibilidades existentes. Vale destacar que não se trata de uma mobilização casual baseada em um regime de urgência. Conforme aponta Vera Telles et al. (2020), as iniciativas desenvolvidas durante o contexto pandêmico se ancoram no terreno já existente e baseado na experiência social, política e histórica da favela. Nessa angulação, pretendo abarcar aqui a relação entre produção de dados e ação coletiva nos territórios periféricos.

Para tanto, é necessário discorrer primeiramente sobre a definição do que vem sendo chamado de produção cidadã de dados, a qual será adotada neste trabalho. O termo vem do inglês “citizen-generated data” (CGD) e refere-se aos dados que as pessoas ou suas organizações produzem para monitorar, exigir ou impulsionar mudanças em questões que os afetam diretamente (Piovesan, 2015). O termo também tem sido mobilizado para designar aqueles coletivos periféricos que se dedicam a contar a si próprio e seus territórios. De acordo com falas e postagens nas mídias sociais do LabJaca: “Geração cidadã de dados é os cria produzindo dados sobre eles mesmos de forma independente para demandar do poder público aquilo que eles identificam como necessário”. Vale atentar-se para outro termo nesta definição. O termo “cria” refere-se a “quem vive a favela, enfrenta cotidianamente seus problemas, busca soluções individuais e coletivas para superá-los, estabelece uma teia de relações com outros moradores, sabe como os demais vivem o dia a dia” (Dicionário Marielle Franco, 2022). Assim, a produção cidadã de dados na favela pode ser definida como os dados que são produzidos por moradores periféricos a fim de monitorar, exigir ou impulsionar aquilo que afeta suas vidas cotidianas.

Muito embora essa noção seja adotada, importante ressaltar que ainda não há uma definição consolidada do termo. Isso se deve, sobretudo, porque a CGD pode significar coisas

distintas para grupos e pessoas diferentes. Assim como nem toda organização irá empregá-la para definir a sua produção de dados. Apesar disso, alguns estudos de caso sobre a CGD evidenciam um número crescente de iniciativas em diferentes cidades e países ao redor do mundo como na Argentina, Quênia, Nepal e Tanzânia (Piovesan, 2015). Buscando compreender melhor essa noção convém destrinchá-la. O termo “citizen” do CGD reforça por um lado o caráter cívico desses dados devido ao seu propósito mais geral que é a solução de problemas comuns a um determinado grupo ou coletivo (Meijer; Potjer, 2018). Por outro, assinala o protagonismo e a participação mais incisiva dos cidadãos na elaboração e circulação desses dados. Isso, contudo, não significa dizer que esses dados sejam produzidos exclusivamente por eles. Vide que alguns são produzidos em parceria com instituições governamentais e/ou privadas, como observado no primeiro capítulo.

Esse protagonismo da sociedade civil pressupõe o conceito de participação cidadã cujas dimensões interessam na compreensão do ato de quantificar a partir de territórios periféricos. Para Maria da Glória Gohn (2010), participação cidadã significa tomar parte de um processo político, social e cultural por meio de ação coletiva organizada. A participação cidadã apresenta diferentes dimensões como a “gestão nos processos de políticas públicas decisórias, a educativa (pedagógica) e a do controle social dos cidadãos sobre as políticas públicas” (Gohn, 2010). Ainda que de maneiras distintas, essas dimensões também estão presentes na produção cidadã de dados. Vide que, ao canalizar contribuições voluntárias de dados, as iniciativas da CGD podem auxiliar os tomadores de decisão na compreensão das reais demandas da população, especialmente nos territórios que tendem a ser excluídos dos processos convencionais de participação (Piovesan, 2015). Mas não é só. Ao circularem os dados para os próprios moradores destes territórios ressaltam a importância da apropriação de conhecimento para a mobilização social e política. Assim, é possível observar que essas iniciativas possuem a participação cidadã como seu principal instrumento de ação e o caráter cívico dos dados como seu suposto básico.

Tal quadro ficou mais evidente com a pandemia da Covid-19, devido a política da desinformação (Araújo; Mallart; Gaudenzi, 2020), a qual diz respeito a um conjunto de ações por parte do Poder Público que de um lado “maquia” os dados e do outro “incita à invasão de hospitais”<sup>29</sup>. Somado a isso, há uma desorganização dos sistemas de vigilância (ibidem) e um

---

<sup>29</sup> N.T. Em 12 de junho de 2020, o presidente da República Jair Bolsonaro incentiva as pessoas a “arranjarem um jeito” de invadir os hospitais para verificar a ocupação dos leitos. Ver mais em <https://cnts.org.br/noticias/com-mais-de-41-mil-mortes-no-pais-bolsonaro-incita-invasao-de-hospitais/>

“apagão de dados oficiais”<sup>30</sup> que impede a sistematização de informações e a construção de dados fidedignos. Como resultado há um desconhecimento da real situação e aprofunda o que Alexandre Magalhães (2020) chama de política da precarização. Essa, por sua vez, refere-se às ações governamentais que promovem situações de vulnerabilidade de determinado grupo social, como exemplo reduções de investimentos na área da saúde pública.

Indispensável mencionar que não só a produção de dados ganhou força, outras iniciativas foram igualmente importantes no contexto pandêmico. Como a distribuição de alimentos e de materiais de limpeza, criação de lavatórios, de canais de comunicação entre moradores e médicos voluntários, entre outras<sup>31</sup>. Todas essas ações apresentam uma dimensão política e a potência desses espaços em meio a situação de crise. Vide que demonstraram a construção de estratégias, formação de consensos, de alianças, novas lideranças e o rompimento de barreiras seletivas do conhecimento (Fleury; Menezes, 2020). Aqui não se trata ver beleza em um momento de urgência e sofrimento. Pelo contrário, trata-se de reafirmar que essa população nunca deixou de se movimentar.

De volta a produção de dados, um grande exemplo na pandemia foi o “Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro”. Lançado em julho de 2020, o projeto reuniu mais de vinte organizações periféricas com o objetivo de quantificar a intensidade do novo coronavírus nas favelas, disseminar informações corretas para os moradores e pressionar as autoridades públicas (Menezes; Magalhães; Silva, 2021). Os dados foram sistematizados e divulgados numa plataforma online (Figura 7), onde é possível visualizar o número de casos confirmados e o de óbitos confirmados totais, mas também para cada uma das 228 (duzentas e vinte e oito) favelas mapeadas. No próprio painel, no quadro de metodologia, é apontado que a criação se deu “devido a insuficiência de testes e dados públicos adequados”. Ou seja, devido às políticas da precarização e da desinformação.

O banco de dados foi alimentado quinzenalmente e formado por quatro fontes de informações: autodeclaração, relatores locais, dados de outros painéis já existentes e informações por CEP. A autodeclaração é feita através de um formulário que permite os moradores relatarem os sintomas. Ao final do preenchimento é classificado o nível de risco

---

<sup>30</sup> N.T. Em dezembro de 2021, o Ministério da Saúde atrasou a divulgação dos dados por um mês devido a um “ataque *hacker*” no site oficial. Ver mais em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/29/brasil-vive-apagao-de-dados-oficiais-sobre-a-covid.ghtml>

<sup>31</sup> O Dicionário de Favelas Marielle Franco acompanhou estas ações e publicou um compilado na página da WikiFavelas. Para conhecer: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus\\_nas\\_favelas](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus_nas_favelas). Ver também Fleury; Menezes (2020).

(baixo, médio e alto). Desses, entram no painel apenas os casos de médio e alto risco. Os relatores locais são líderes comunitários e de organizações não-governamentais que identificam os casos e óbitos de distintas formas (entrevistas, levantamentos por WhatsApp e formulários online). Importante dizer que cada favela possuía um único relator, para que não houvesse sobreposição dos dados. As informações da terceira fonte, por sua vez, são produzidas a partir de contagens locais, mas também de dados primários das Prefeituras, Clínicas da Família e Centros de Saúde. Por fim, foi utilizado informações georreferenciadas da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ) para mapear os casos e óbitos por CEP.

**Figura 7** – Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro



Fonte: Imagem Painel Unificador, 2022.

O painel unificador fez parte da campanha #DadosSalvamVidas lançada nas redes sociais de cada coletivo e organização participante. O lançamento da campanha foi através de um vídeo desenvolvido pelo LabJaca, disponível em seu canal do Youtube e no próprio painel. Tal vídeo explica o que é, como é feito e o porquê do painel. Além disso, aponta a ausência de políticas públicas nesses territórios como agravante da situação dos moradores durante a pandemia. Por essa razão, reforça a importância e necessidade de obter e ter acesso a informações qualificadas nas favelas, visto que assim podem demandar ações governamentais. A hashtag levantada desvela justamente o valor dos dados para a vida das pessoas e na implementação de políticas públicas. De modo mais específico, se não se sabe o número real

de casos, não há conhecimento confiável da realidade. Em efeito, não haverá atendimento médico e políticas públicas que assistam todas as pessoas.

Sendo bem didático e trazendo o exemplo do Jacarezinho, o último censo do IBGE em 2010, apontava 37 mil moradores na favela. No entanto, os moradores sabem que esse número é pelo menos duas vezes maior. Ou seja, existe uma grande lacuna nesses números que precisa ser resolvida. Se não se sabe o número real de moradores, não é possível ter escola para todo mundo ou atendimentos para todos na UPA e clínica da família. Como levaremos testagem e vacina contra o coronavírus para toda essa população se boa parte dela não está compreendida nesses números? (Sousa, 2021a, sem paginação).

Os painéis informativos não se limitaram ao mundo digital. A Frente de Mobilização da Maré<sup>32</sup>, levando em consideração que nem todos os moradores possuíam internet em casa, decidiu criar painéis informativos de grafite em vários pontos do Complexo da Maré. Além de apresentar e atualizar a cada dois dias os números sobre o vírus para os moradores, o quadro mostra outras dimensões tão relevantes quanto. A frase em letras garrafas, “os números não mentem”, indica um esforço de resgatar a confiança da população em relação as estatísticas e aos dados. Da mesma forma, reforça a intensa mobilização dos coletivos periféricos para que os moradores se apropriem e tenham conhecimento destes números.

**Figura 8** – Painel informativo de grafite sobre os números da Covid-19



Foto: Divulgação / Frente de Mobilização da Maré, 2020.

<sup>32</sup> A Frente é formada pela Agência Palafitas, Maré 0800, Maré Vive, Casulo, Roça Rio, CEASM, Museu da Maré, Pra Elas, Podcast Renegadus, CEC Orosina Vieira e moradores e moradoras.



Palloma Menezes, Alexandre Magalhães e Caíque Silva (2021) enquadram os painéis numa disputa pela verdade. Tendo em vista que tensionam as verdades estabelecidas pelo poder público. De um lado os governos tentaram invisibilizar a pandemia nas favelas e de outro, os painéis mostraram que ela existe. Mas não se trata de uma disputa pela verdade de uma situação única e específica. Os autores enquadram também os painéis na disputa pela própria realidade desses espaços. Isso reflete a questão formulada por Lucas Freire (2020) ao analisar a subnotificação e o negacionismo na pandemia. O autor questiona sobre o que se *conta como real* nesta conjuntura. Freire utiliza o verbo “contar” como um jogo de linguagem, pois este apresenta uma dupla dimensão: uma quantitativa e outra qualitativa. A primeira seria o ato de quantificar em si, ou seja, o significado objetivo. Já a segunda dimensão tem o significado mais subjetivo que seria o que importa, o que é considerado importante. Como observado no primeiro capítulo, somente após 50 anos de existência da primeira favela elas passaram a serem contadas estatisticamente. Mesmo assim, suas realidades não contavam qualitativamente haja visto a defasagem, os vieses metodológicos e o preconceito. Dessa forma, os painéis de certo modo colocam em debate o que se *conta* historicamente nesses territórios.

Ao fazer ver a pandemia nas favelas, os painéis também parecem fazer ver as próprias favelas, em sua dimensão fenomenológica, como uma forma urbana específica na qual se atualizam determinadas questões da cidade, suas dinâmicas de segregação, bem como as lutas e potências tecidas cotidianamente nessas localidades. Nesse sentido, buscam operar um deslocamento prático-discursivo do modo como costumam aparecer aos aparatos midiáticos e estatais ao torcerem os enquadramentos que as constituem quase sempre a partir de signos negativos, cujos efeitos costumam se resumir ou a práticas violentas de controle ou à precariedade no fornecimento de serviços públicos (Menezes; Magalhães; Silva, 2021: 118).

Pode-se dizer que a produção de dados também não é sobre um contexto específico. Com isso quero chamar atenção que a produção não se restringiu apenas ao regime de urgência da Covid-19. No pós-pandemia é possível observar novas articulações e o surgimento de novos grupos que se dedicam a contar nestes espaços. A título de exemplo, um novo laboratório de dados surgiu em setembro deste ano de 2022 com o nome “Dados Marginais”. Outro exemplo é a coalizão “O Clima é de Mudança”, criada nesse mesmo mês, que une os seguintes grupos: LabJaca, Agenda Realengo 2030, Cocôzap, Data Labe, Plataforma Cipó e Visão Coop. Tal Coalizão chegou a participar da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 27) no Egito e visa produzir debates e dados sobre as mudanças climáticas a partir dos territórios periféricos.

Apesar dessa intensificação no ato de produzir dados em territórios periféricos, reitero que as contagens realizadas nas favelas e ficaram mais visíveis durante e pós a pandemia não

são uma ruptura inteiramente nova no espaço público ou na literatura. Longe disso. Trata-se antes de uma articulação original a partir de elementos que já existiam anteriormente. Original devido ao uso de tecnologias e de novas linguagens de comunicação desses números com base em elementos já conhecidos como a experiência coletiva construída ao longo das trajetórias de luta, o autorrecenseamento<sup>33</sup> e a produção de saberes no geral. Buscando localizá-las teoricamente interessa discorrer um pouco sobre as ações coletivas nas favelas com base em trabalhos anteriores (Fortuna; Fortuna, 1974; Perlman, 1977; Oliveira et al., 1993; Brum, 2005).

Muitas das ações existentes nas favelas se deram pela busca de melhoramentos e/ou para defender interesses próprios das comunidades, assim como é visto na produção cidadã de dados. É o caso das organizações comunitárias, dos mutirões, das comissões jurídicas e das associações de moradores que existem há mais de um século. As primeiras referem-se aos grupos que se organizam, espontaneamente ou não, em torno de demandas coletivas como lazer, creches e limpeza de valas. Os mutirões, por sua vez, dizem respeito a ajuda mútua entre os moradores na construção de casas, colocação de lajes, caixas d'água entre outras obras de interesse coletivo. Já as comissões jurídicas, que foram como embriões das organizações comunitárias, atuavam no levantamento sobre a situação jurídica das terras em cada favela, na assessoria das associações, no incentivo e no despertar da conscientização comunitária (Brum, 2005). As associações de moradores são entidades políticas que buscam solucionar os problemas locais. Mas não só, de acordo com Janice Perlman (1977), servem também como lugar de encontro, recreação e centro de entrega de correspondências para a favela inteira. Assim, essas iniciativas foram essenciais tanto para melhorias na favela, como no espraiamento da perspectiva solidária, das ações de caráter comunitário e da força política.

Ainda que estejam inseridas numa perspectiva solidária e as ações sejam de caráter comunitário, é importante sublinhar a existência de tensões e conflitos existentes no interior dessas iniciativas. Há discordâncias de prioridades entre os atores envolvidos, disputas e rivalidades entre os grupos e as organizações comunitárias, desmobilização das ações seja pela dependência de recursos externos seja pela progressiva decadência da participação dos moradores (Oliveira et al., 1993). As iniciativas de produção cidadã de dados não estão livres destas tensões. Como aponta Frederico Piovesan (2015), um dos desafios dessas iniciativas é sua permanência. Vide que não há garantia se elas continuarão operando e os dados continuarão sendo coletados no futuro devido aos escassos recursos financeiros disponíveis. Supõe-se assim

---

<sup>33</sup> Ver seção 1.3.3

que isso pode acarretar atritos internos e na desmobilização dos próprios moradores envolvidos no processo de auto contagem.

Outro ponto que ajuda compreender a produção de dados nestes territórios é a relação entre as favelas e a academia. Para alguns autores, nos anos 2000 o que se viu foi a construção de uma ponte entre favela e universidade a partir das relações de troca entre pesquisadores acadêmicos e moradores (Brum et al., 2017). No entanto, a relação entre estes dois atores nem sempre foi ou é de troca. Há, inclusive, uma tensão histórica muito forte. Para os moradores e lideranças, os especialistas tendem a “vampirizam” as favelas. Ou seja, fazem suas pesquisas e não retornam ao campo para levar os resultados (ibidem). Ainda, estabelecem uma relação sujeito-objeto, uma relação entre aqueles que sabem e aqueles que não.

Apesar dessa tensão e crítica, há exemplos de que a aproximação com a academia rendeu novas frentes de trabalho para as organizações periféricas. A título de exemplo, o Instituto Raízes em Movimento, organização não governamental no Complexo do Alemão, adotou como uma de suas ações a produção de conhecimento (Brum et al., 2017). Foi a partir dessa ponte com a universidade, sobretudo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que o Instituto construiu o Centro de Estudos, Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA). O Centro é voltado para a formação de pesquisadores, produção de conhecimento e de memória sobre o território. Entre os projetos do CEPEDOCA há: o coletivo Pesquisadores em Movimento, o Vamos Desenrolar, o Raízes Locais e a bibliografia comentada dos estudos sobre o Complexo do Alemão. Importante dizer que o Instituto tem o compromisso de não-hierarquização de conhecimentos, bem como seus parceiros.

Deve-se levar em consideração que a ponte com a academia se deu também pela entrada de sujeitos de periferia em universidades a qual ocorre desde a década de 90. Numa reportagem da revista Veja de outubro de 1999, por exemplo, foi apresentado um recém-doutor que morava na Maré (Valladares, 2005). O tema da tese foi sobre jovens favelados que tiveram acesso à universidade. A tese de doutorado, inclusive, virou livro em 2003 sob o título “Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a universidade” de Jailson de Souza e Silva. Em nota de rodapé, Valladares (2005) aponta que essa repercussão e descoberta de “doutores da favela” foi sem dúvida fundamental para a criação do CEASM (organização que realizou o primeiro autorrecenseamento). Nessa perspectiva, identifica-se que essas duas entradas foram essenciais para o desenvolvimento da produção de conhecimento, criando uma base favorável para a produção de dados.

A produção cidadã de dados nas favelas também não está distante do campo dos movimentos sociais da América Latina. Entre as características comuns dos movimentos contemporâneos está a capacidade de formar seus próprios intelectuais (Zibechi, 2020). Se antes “os de baixo” supostamente precisavam de atores de fora para falarem por eles ou orientarem suas ações, isso está totalmente descartado. Para Raúl Zibechi (2020: 94) hoje “não há mais aqueles que pesquisam e aqueles que são pesquisados, mas um setor social que investiga a si mesmo para se compreender melhor”. Aliado a isso, os movimentos sociais contemporâneos intensificaram e assumiram o ato de quantificar a fim conferir visibilidade para as desigualdades existentes e como ferramenta de contestação. Alexandre Camargo (2022) ao investigar o papel das práticas de quantificação na construção do Estado e das rotinas sociais, aponta que os movimentos sociais nunca utilizaram as estatísticas como instrumento de resistência como fazem agora. Isso se deve, sobretudo, à expansão das práticas de quantificação sob o neoliberalismo.

Muito embora o uso das estatísticas para garantir demandas por direitos seja de longa data, a prática de intervir e/ou atacar os métodos de dominação a partir dos números é recente. Nessa perspectiva, fala-se sobre o *statactivism*, neologismo proposto por Emmanuel Didier, Isabelle Bruno e Julien Prévieux (2014) e inspirado pela sociologia da crítica de Luc Boltanski. Tal conceito descreve o ativismo estatístico que coloca em debate a realidade, desvela novos caminhos, promove a emancipação de uma autoridade e funciona como ferramenta de resistência. Mais especificamente:

tratam-se de mobilizações lideradas por leigos, especialistas, ONGs e órgãos de administração local e municipal em reação a critérios de avaliação que percebem como discriminatórios. Em outros casos, o *statactivism* não é contra os indicadores, mas consiste em quantificar dados originais para tornar um problema visível e relevante: trabalhadores denunciam a precarização de seus empregos utilizando os números para a defesa de seus direitos; ativistas pró-imigração estimam o custo da política de deportação para mostrar o preço que a sociedade paga por ela. No geral, o uso de estatísticas faz parte do repertório de contendas e é um recurso importante para as mobilizações contemporâneas (Bruno, Didier e Vitale, 2014: 200).

Isso se deve também ao fato de que o ato de quantificar produz saber e poder. Com base na sociologia da quantificação, as estatísticas transformam informações em conhecimento, tornam o invisível visível, o ausente presente, o distante próximo. Conseguem, sobretudo, tornar pessoas, objetos, características e situações que estavam ocultas, antes do processo de elaboração dos números, em aparente (Senra, 2005; Espeland & Stevens, 2008). Nesse processo, os produtores de dados decidem o que/quem será contado, “como medi-lo, com que frequência medi-lo e como apresentar e interpretar os resultados” (Alonso; Starr, 1987). Dessa

forma, quem produz os números possui o poder de decisão sobre o que, onde, quem e quando tornar visível ou invisível. Em efeito, também detém o poder de (re)construir realidades, discursos, narrativas e de determinar o que *conta como real*.

Com isso, observa-se que a narrativa construída a partir e com os números se configuram como elementos centrais. Observatório de Favelas, Redes da Maré, DataLabe, Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR), PerifaConnection e LabJaca são exemplos de organizações que contam em territórios periféricos do Rio de Janeiro. Essas iniciativas buscam produzir além dos dados para pautar suas demandas, narrativas que rompam com representações estereotipadas e homogeneizantes de si próprios e de seus territórios. Ao analisar os objetivos e as legendas dessas iniciativas isso fica patente. Para exemplificar, separo aqui algumas:

- Redes da Maré: “Fomentar a criação de novos imaginários e narrativas que, ao romper com estereótipos, buscam a efetividade do direito à cidade para toda população da Maré”;
- Observatório de favelas: “Elaborar conceitos, produzir informações e representações que ponham em perspectiva visões estereotipadas e homogeneizantes sobre as favelas e espaços populares”;
- PerifaConnection: “Plataforma de disputa da narrativa sobre as periferias”.

Se de um lado as favelas foram invisibilizadas ao longo da história da quantificação desses espaços e foram pautadas por narrativas enviesadas de terceiros. Por outro, supõe-se que a produção de dados *nas* favelas serve como dispositivo para a construção de uma “nova imagem”, uma despreendida da narrativa de atraso. Em outras palavras, a produção de dados se configura como ferramenta para contestar e lutar pela vida e pelos seus direitos.

## 2.2 LabJaca: laboratório de dados no Jacarezinho

O LabJaca é um laboratório de dados localizado na favela do Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro. O ímpeto de quantificar surgiu em 2020, a partir da ação prática realizada na campanha “Jaca Contra o Corona”<sup>34</sup>, na qual jovens negros, periféricos e atuantes nas favelas mobilizaram-se para atender os habitantes em vulnerabilidade social no Jacarezinho. No

---

<sup>34</sup> Ver mais em: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Jaca\\_contra\\_o\\_corona\\_\(campanha\)](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Jaca_contra_o_corona_(campanha))

decorrer desta iniciativa e em meio a defasagem dos dados governamentais, decidiram aplicar formulários com perguntas básicas sobre os sintomas, infectados e óbitos da Covid-19. Os resultados “confrontavam diretamente os dados ‘oficiais’ apresentando números muito maiores” (Sousa, 2021a). Enquanto a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro contabilizava pouco mais de dez casos de infectados em todo o Jacarezinho, os jovens constataram centenas de casos suspeitos.

O laboratório surgiu diante da maior crise sanitária do século XXI até o momento. No entanto, surgir de uma situação crítica não é particular deste grupo ou da contemporaneidade. Pelo contrário, muitos coletivos e organizações de favelas e de periferias surgem justamente por alguma adversidade, seja ela qual for. A título elucidativo, observa-se ao longo das últimas duas décadas a criação de movimentos sociais de mães no Rio de Janeiro após violências estatais, como as chacinas<sup>35</sup>. Mas no caso específico do LabJaca envolve também o papel das estatísticas em momentos de crise. Alain Desrosières (2010), um sociólogo estatístico, aponta que durante as grandes crises as estatísticas são intensamente mobilizadas para expressar a gravidade da situação, colocando-as em evidência no debate público. Do mesmo modo, as crises provocam naturalmente críticas sobre o papel do Estado na regulação, gestão da economia e na produção dos números. Ainda, o autor sublinha que são nestes momentos que surgem novas formas de quantificar o mundo social. Nesta angulação, o LabJaca pode ser entendido como efeito de um momento de crise. No entanto, sem esquecer que se trata de um contexto mais amplo e anterior a essa conjuntura.

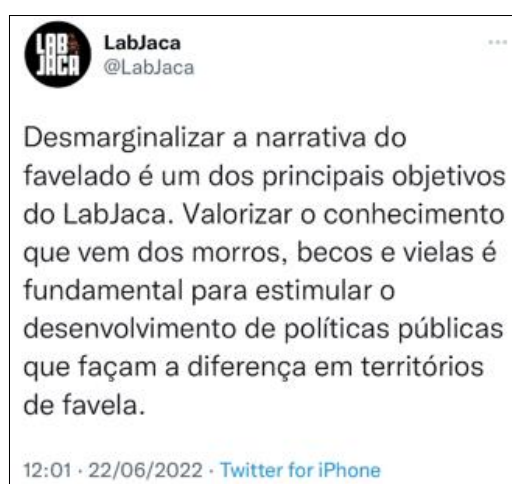
Com base nas falas dos membros em entrevistas, em *lives* durante a pandemia e nas postagens das redes sociais, o LabJaca faz parte de um esforço coletivo de pautar as reais demandas das favelas e periferias cariocas para que assim consigam obter políticas públicas que fomentem esses territórios. Por essa razão dedicam-se a produzir dados quantitativos e qualitativos sobre as favelas e seus habitantes. Importante dizer aqui que o grupo não se restringe apenas a um tema de pesquisa. Como aponta o pesquisador do LabJaca em entrevista: “as temáticas são as questões relevantes para a favela”. Ou seja, aquilo que é de interesse e irá impactar esses espaços e seus habitantes, serão os temas a serem desenvolvidos. Até o momento, as pesquisas realizadas pelo LabJaca tratam sobre saúde, segurança pública, educação, insegurança energética e racismo ambiental.

---

<sup>35</sup> Para ver mais sobre: <https://diplomatie.org.br/chacinas-e-criacao-de-movimentos-sociais-de-maes-no-rj/>

Costurado a isso, outra missão do laboratório é desmarginalizar a narrativa e o conhecimento que vem dos morros, becos e vielas a partir da produção de dados (Figura 9). Isso fica patente na websérie “Favela x Pandemia” elaborada pelo LabJaca em julho de 2020. Cabe sublinhar que serviu inicialmente para apresentar o projeto dos jovens pesquisadores e em seguida ganhou outra dimensão, tornando-se uma série documental que fortalece a narrativa do morador. Ao todo foram quatro episódios divididos em: “O que é o LabJaca?”, “Na visão do morador”, “Pandemia” e “O pós-pandemia”.

**Figura 9** – Postagem da página LabJaca.



Fonte: Twitter do LabJaca, 2022.

O primeiro episódio, como o próprio título indica, dedica-se a apresentar o laboratório, quem são seus integrantes, quais são suas propostas e o que os move. No segundo, cinco moradores da favela do Jacarezinho contam orgulhosamente suas próprias histórias e suas perspectivas acerca dos problemas condicionados historicamente a seus territórios. Na própria descrição deste vídeo no YouTube, o LabJaca inicia pontuando: “Aposto que você já ouviu falar muita coisa sobre o Jacarezinho, mas não dessa forma”. De fato, a partir da “visão”<sup>36</sup> do morador pode-se captar a potência não só do espaço, mas também das pessoas que vivem ali.

No terceiro episódio, o LabJaca mostra como a favela está se virando durante a pandemia da Covid-19 a partir da narrativa de outros cinco moradores. O último episódio apresenta quatro organizações de jovens negros periféricos que atuaram no enfrentamento do coronavírus nas favelas, são eles: Fala Akari, Frente CDD, Rocinha Resiste e o próprio Jaca Contra O Corona. Os representantes de cada iniciativa conversam e compartilham suas

---

<sup>36</sup> Gíria utilizada sobretudo por jovens para diferentes sentidos. Nesse em questão trata-se das percepções dos moradores. Ainda, “visão” pode referir-se a uma situação específica ou uma ideia que foi abordada previamente.

trajetórias, suas demandas, ações e os possíveis futuros pós-pandemia. Fica em evidência falas como: “ninguém para além de nós vai saber ditar o que é importante para esse território”.

Nessa perspectiva, os habitantes desses territórios não são entendidos aqui meramente como objetos de pesquisa ou como cooperadores eventuais dos levantamentos. Há participação ativa dos moradores em todas as etapas do processo de elaboração dos números. Em uma parte da entrevista, Pedro Paulo sublinha que o LabJaca parte da noção de que a pessoa favelada é um agente de produção de conhecimento constante e essa é uma das missões do grupo: fazer com que esses potenciais sejam reconhecidos e aflorados na favela. Coadunando com esta perspectiva, Tiarajú D’Andrea (2021) ao discutir sobre as reflexões periféricas, assinala que as periferias estão em constante movimento e quem é de lá está vendo, observando, sentindo, analisando uma multiplicidade de assuntos, constantemente. Sendo assim, a pessoa favelada não é entendida (e nem pode ser) apenas como um objeto válido de pesquisa, mas ela é, também e sobretudo, um sujeito ativo e produtor de conhecimento e de dados no geral e sobre si mesmo.

O LabJaca ele tem toda uma noção de que a pessoa favelada ela é um agente de produção de conhecimento constantemente. Então tudo que ela faz no dia-a-dia é uma forma de produção de dados, a pessoa que tá conversando com outra, conversando com um colega, conversando sobre um amigo sobre a situação da dengue ou da covid ou de qualquer doença dentro da favela ela tá de alguma forma ali sendo um agente de dados, a gente só precisa coletar esses dados e sugerir que a favela é sim [...] um sujeito não um objeto em termos de produção de dados. Então nossa missão [...] é deixar essa raiz de produção de conhecimento da favela crescer mais e mais né contribuir justamente para esse crescimento de produção de dados e entendo a favela enquanto um agente, como um sujeito que pode contribuir e muito pra melhoria de políticas públicas (Trecho de entrevista com Pedro Paulo).

A respeito destes dois conceitos – sujeito e objeto – existe uma dimensão significativa a ser considerada aqui. As autoras bell hooks e Grada Kilomba entendem a transição entre objeto e sujeito como um ato político e de emancipação dos oprimidos. Tanto a fala (hooks, 2019) quanto a escrita (Kilomba, 2019) quando são assumidas pelos oprimidos tornam-se ferramentas de libertação, de resistência e descolonização do conhecimento. Dessa forma, acredito que contar possa se encaixar também nessa dimensão. Ao se contar reivindicam falar e escrever por si e sobre si próprio. Em efeito, tornam-se sujeitos e assumem o lugar de protagonista da própria história, saindo de um lugar subalternizado em que não tinham voz e nem vez. Isso porque:

Como sujeitos, as pessoas têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história. Como objetos, a sua realidade é definida por outros, a sua identidade é criada por outros, sua história somente é nomeada de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos (hooks, 1989: 73).



Da mesma forma, também são entendidos como principais receptores desses dados. Como supracitado, os números sempre foram direcionados para os gestores públicos, para a elite ou a serviço dela. Aqui, ao contrário, eles são voltados para os moradores e estão a serviço deles. Isso porque o LabJaca e outros institutos periféricos entendem que as narrativas e os números produzidos nestes espaços são extremamente importantes, mas são “insuficiente[s] se a própria favela não consome e se apodera desses dados”<sup>37</sup>. Essa centralidade do morador está presente, portanto, desde o processo de formação do grupo, bem como em outros eixos de atuação do LabJaca. Assim, convém apresentar a seguir os repertórios de ação que são assumidos pelo grupo.

### 2.2.1 Repertórios de ação e sua circularidade

O LabJaca se propõe a atuar em três eixos: pesquisa, comunicação e formação. À primeira vista pode ser que pareça áreas distintas. Na verdade, são. Cada uma possui sua particularidade, porém, aqui são combinadas e movidas pela missão de promover políticas públicas e desmarginalizar a narrativa do morador de favela. Antes que se possa enunciar com mais detalhes as ações do LabJaca, vale a pena indicar que as compreenderei aqui a partir da noção tillyana de repertório. Tendo em vista que tal conceito diz respeito ao conjunto de formas de ação política coletiva (Tilly, 2008). Em razão disto, nesta seção será apresentado os aspectos políticos de cada repertório e os atravessamentos entre si.

O primeiro repertório compreende a produção de dados em si. Aqui interessa indicar que a produção de dados *nas* favelas assume um papel importante na formação de sujeitos políticos e de conhecimento. Ao se contar estão produzindo conhecimento sobre si próprios e é esse conhecimento que servirá de sustentação e mobilização política dos moradores, das lideranças e militantes frente ao poder público. Já no primeiro autorrecenseamento pode-se observar essa dimensão dos dados. Como supracitado no primeiro capítulo, o objetivo do levantamento realizado pela CEASM em 2000 era fornecer um conhecimento mais completo da Maré e munir as ações dos próprios moradores e atores deste espaço (Nóbrega Junior, 2007). Poema retifica esse quadro ao afirmar, em entrevista, que “a gente [LabJaca] pensa a pesquisa como um instrumento de mobilização política” com a intenção de fazer tratativas com os dados e mobilizar o morador enquanto sujeito e receptor destes dados.

---

<sup>37</sup> Trecho da entrevista com o pesquisador Pedro Paulo do LabJaca em janeiro de 2022.

O segundo repertório também tem uma centralidade muito grande. Em ambas as entrevistas que realizei a comunicação foi ressaltada como uma das frentes de ação mais significativas após a produção de dados. Isso porque trata-se de duas frentes distintas em termos etimológicos, mas que são mutuamente constitutivas e fundamentais. Assim, o LabJaca possui duas vertentes: uma epistemológica e outra prática. Esse aspecto é observado quando pergunto a Pedro Paulo, em entrevista, como eles comunicam os dados produzidos: “se a gente é parte da favela a gente tem que produzir a partir da favela e pra favela. Então a gente tem esse lado epistemológico e o lado prático. Eu acho que é esses dois lados são importantes pra gente cumprir a nossa missão” (Trecho de entrevista com Pedro Paulo).

Tendo em vista que a população da favela é a principal receptora dos dados há um cuidado maior de levar esses números de forma acessível. Segundo Bruno Sousa, coordenador de comunicação e cofundador do LabJaca: “Para a gente, não adianta mostrar gráficos rebuscados para a tia da esquina ou chegar nela com dados oficiais defasados em uma linguagem acadêmica classe média *Jornal Nacional*”. Importante dizer que não se trata aqui de uma desqualificação do público das favelas, trata-se antes de romper com o elitismo acadêmico e universalizar o conhecimento. Levando isso em consideração, o audiovisual é tomado como principal meio de divulgação científica e comunicação dos dados.<sup>38</sup>

A comunicação, contudo, não se restringe a isso. Após a coleta de dados o grupo se organiza para discutir a melhor maneira de levá-los até os moradores sabendo que nem todo mundo se interessa por pesquisa. Entre os exemplos que Poema dá está na realização de rodas de conversa, organização de eventos como feijoadas ou alguma ação em locais direcionados a um público como as barbearias. Não se trata de atraí-los em um sentido negativo, mas de criar maneiras criativas e leves para que eles se apropriem dos dados. Ademais, essas estratégias abrem um espaço de diálogo e de fala para além da bolha da academia. Ao assumirem também esse repertório de ação e direcionando a comunicação para os próprios moradores o LabJaca parece promover em certa medida os pressupostos da comunicação comunitária. Vide que apresenta “aspirações emancipadoras”, “chamamento à participação popular, o dialogismo e a capacidade de mobilização dos estratos subalternizados” (Silva; Ansel, 2012). Nesse sentido, contribui para a mobilização política dos moradores.

Por fim, no eixo da formação dedicam-se a formular cursos de capacitação com o objetivo de levar conhecimento, compartilhar ferramentas e narrativas para jovens de favela e

---

<sup>38</sup> Aprofundarei essa questão no próximo capítulo.

de periferia. A título de exemplo, em setembro de 2022 foi realizado o curso “A Favela que Queremos: Curso de Políticas Públicas” para fortalecer lideranças, movimentos e coletivos que pensam a favela enquanto um espaço de construção de novas ideias. O curso foi voltado especificamente para o Jacarezinho e Manguinhos, duas favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro. Foram selecionadas 20 pessoas de um total de 150 inscrições. Na seleção foram priorizados grupos identitários (mulheres, negros e LGBTQIA+<sup>39</sup>), lideranças, distribuição territorial das duas comunidades, disponibilidade para os dias das aulas e motivação para participar da capacitação.

Oportuno dizer que a criação de espaços de formação coletiva não é algo novo ou exclusivo. No interior das lutas dos movimentos sociais da América Latina tanto a educação popular como a capacitação de lideranças e militantes tornaram-se parte de seus repertórios de ação desde meados dos anos 2000. A título de exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fundou em 2005 a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em São Paulo para possibilitar a formação política de organizações populares. Não se trata de uma mera apropriação da educação, mas antes de um ponto de inflexão nas formas de entender o mundo e na transmissão de saberes, rompendo com a lógica “logocêntrica e estadocêntrica” (Zibechi, 2020). Ainda, desvela a horizontalização do conhecimento, o rumo da elaboração de pensamentos próprios e modos de pensar orientados por sua própria história e por seus pares periféricos.

Buscando compreender como se dá a relação entre esses três repertórios, pergunto a Poema o que une essas ações. Em resposta, ela sublinha que há uma circularidade vital entre elas. Para exemplificar, a pesquisadora aponta que a área da pesquisa alimenta a comunicação. Isso porque os dados acabam sendo o conteúdo principal a serem divulgados e comunicados para a favela. Já na área de formação, há possibilidade e intenção de que os alunos participem, posteriormente ao curso, da elaboração do desenho de alguma pesquisa, bem como na coleta de dados e no processo de produção de políticas públicas. Ainda, Poema destaca que os alunos podem tornar-se núcleos de pesquisa como o LabJaca. Além de oferecer capacitação aos moradores, líderes e ativistas comunitários os entende como futuros colaboradores, parceiros individuais ou institucionais. Em efeito, aumenta a rede de colaboração e de ação coletiva a partir da produção de dados *nas* favelas.

---

<sup>39</sup> A sigla refere-se às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexo, assexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

Supõe-se assim que a estrutura organizacional do LabJaca é mantida em harmonia e em diálogo contínuo para que os três repertórios de ação estejam alinhados e garantam essa circularidade. Ainda, busquei aqui demonstrar que a produção de dados não é mobilizada sozinha, estando combinada com outras ações, fortalecendo-a e fazendo ganhar maior projeção institucional e dentro do território. Por fim, vale apontar o interesse de agregar um novo repertório de ação futuramente. Poema indica que o LabJaca pensa em atuar também na área de *advocacy* – defesa e argumentação de uma causa – com o objetivo de intervir de maneira mais incisiva na formulação de políticas públicas.

### 2.2.2 Estrutura organizacional do LabJaca

Atualmente o LabJaca conta com cinco equipes, sendo elas de: pesquisa, comunicação, operações, jurídico e relações institucionais e de formação. A primeira equipe é formada por três coordenadores de pesquisa que tem como principal atribuição a elaboração do desenho de pesquisa e análise dos dados. A segunda é formada por um coordenador de comunicação e dois assistentes responsáveis pela comunicação visual e pelo *social media* do LabJaca. A equipe de operações é composta por uma diretora e uma analista de projetos, as quais dedicam-se a organização interna, métodos de trabalho e controle financeiro.

Na equipe do jurídico há dois coordenadores, cuja atribuição diz respeito às demandas legais do LabJaca. A última equipe é dividida em dois “times”, com o segundo subdividido ainda em dois eixos. O time da relações institucionais conta com um coordenador que se dedica a “diplomacia da instituição”, ou seja, responsável pelo relacionamento com outros órgãos e instituições para formar redes de parceria, captar recursos e idealizar projetos. O time da formação possui dois coordenadores: uma para o eixo da formação da instituição e outro para formação e cultura. Como supracitado na seção anterior, de modo geral o objetivo da área de formação é levar conhecimento e ferramentas para jovens de periferias e favelas.

Em entrevista, os pesquisadores apontam que não existe hierarquia interna e que estão sempre em diálogo mútuo. Supõe-se assim a existência de uma horizontalidade na configuração do LabJaca. Interessa sublinhar o que viria a ser conceitualmente essa organização horizontal. Com base nos estudos de ações coletivas, tal organização é uma característica das novas formas de mobilização da sociedade civil. Como é o caso dos chamados “coletivos”, os quais são regidos pelos princípios da horizontalidade, não institucionalidade, temporalidade e auto-

organização (Perez; Filho, 2017). O princípio da horizontalidade refere-se, de modo resumido, a uma distribuição igual de informações e das responsabilidades. Ou seja, não seguem formas fixas e rígidas como os sindicatos, partidos políticos ou mesmo alguns movimentos sociais tradicionais (Ibidem). Sem a intenção de enquadrá-los como coletivos, tal princípio parece ser adotado pelo LabJaca. Contudo, é possível observar que há uma distinção da nomenclatura dos fundadores do LabJaca, os quais recebem o título de “diretores(as)”. Ao perguntar sobre essa questão, Pedro Paulo desvela que se trata de uma mera formalidade devido ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Quando o LabJaca começou eram apenas seis integrantes e ao longo dos anos a equipe foi sendo ampliada. No segundo semestre de 2022 houve um fortalecimento das frentes de atuação do grupo com a entrada de novos integrantes. Atualmente, a equipe é formada com um pouco mais que o dobro do número inicial. Tal reestruturação do LabJaca se deve a entrada de um novo financiamento que possibilitou a contratação de novas pessoas. Aqui vale abrir um parênteses. Na entrevista, Poema traz uma dimensão importante da sustentabilidade financeira do LabJaca. A remuneração da equipe e de diferentes partes do processo de elaboração dos dados dependem da existência de recursos financeiros. No início, eles se organizavam a partir do trabalho voluntário e eventualmente recebiam ajuda de custo a partir de alguns editais para projetos periféricos. A falta de recursos financeiros impacta no perfil dos integrantes. Boa parte deles possui um segundo trabalho para se manter. Entretanto, conforme aponta Poema:

A gente entende que não dá também para ficar puxando mais e mais gente voluntária inclusive porque a gente acredita numa perspectiva de instituição social que tem que sair desse lugar de filantropia e voluntarismo. A gente entende que a gente tá fazendo um trabalho e esse trabalho precisa ser remunerado [...] pra não reproduzir uma lógica de sucateamento de trabalho, de não remuneração. (Trecho de entrevista com Poema)

Por essa razão, a busca pela sustentabilidade financeira torna-se central e determinante para a ampliação, manutenção e institucionalização do LabJaca. Mas também para a valorização dos integrantes enquanto profissionais. A partir de uma remuneração adequada poderão dedicar-se exclusivamente ao trabalho do LabJaca e em efeito desenvolverem pesquisas robustas e impulsionar a organização como um todo. Aliado a isso, incentivarão novos jovens periféricos a se interessarem por esse trabalho. Essa escassez de recursos financeiros, a falta de políticas públicas e programas de fomento não atinge somente o LabJaca. Coletivos dedicados a comunicação comunitária, por exemplo, apresentam as mesmas dificuldades para viabilizar suas atividades das mais básicas até as mais complexas. Em entrevista concedida a Paulo

Roberto Paulino (2021: 13), Géssika Costa, jornalista e fundadora do coletivo “O Que Os Olhos Não Veem” aponta:

Quando a gente vai cobrir alguma pauta, tem que investir a própria gasolina, um dos colegas tem carro, aí cada um divide. [...] O nosso sonho é ter uma redação, pagar o piso do jornalista para todo mundo, incentivar outros jornalistas locais e estudantes que estão se formando a investir no jornalismo independente.

Essa questão de investir o próprio dinheiro em algumas atividades do grupo também é observada no LabJaca. Bruno Sousa no “PerifaCast” menciona que as “produções originais do LabJaca” – aquelas produzidas somente por eles – foram financiadas com o “próprio bolso”. Ou seja, temas que foram considerados importantes e necessários pelo grupo e que não havia a possibilidade de viabilizá-las por meio de parcerias foram produzidas com o dinheiro dos próprios membros do LabJaca. Como foi o caso do vídeo-relatório do custo das operações policiais. As outras pesquisas foram possíveis através de parceria com outras instituições e por meio de financiamento coletivo. Como foi a pesquisa do Boletim Dengue no Jacarezinho 2022 e o relatório de avaliação do programa Cidade Integrada.

Houve também dois financiamentos coletivos através da plataforma on-line da Benfeitoria para a realização de uma pesquisa extensa<sup>40</sup> sobre os impactos da Covid-19 no Jacarezinho. Um no primeiro ano de formação do LabJaca e outro no segundo ano. Os dois financiamentos contaram com a Meta Matchfunding do Fundo Enfrente que triplica o valor da arrecadação. O primeiro financiamento, em 2020, foi direcionado para a estruturação do laboratório com a compra de equipamentos técnicos para o trabalho da pesquisa e matérias de audiovisual. Além disso, puderam contratar profissionais para uma capacitação interna do grupo. De acordo com Poema, o segundo financiamento ainda não foi utilizado, pois decidiram que seria direcionado para a coleta e divulgação dos dados. Até o momento a pesquisa não foi finalizada pois a submeteram ao Comitê de Ética em Pesquisa e não receberam a resposta ainda.

Por fim, interessa saber o perfil de quem compõe o LabJaca. Apesar de ter o Jacarezinho como local de origem, há uma diversidade geográfica em relação a equipe. Mas todos os integrantes são de áreas periféricas, entre elas estão: Jacarezinho, Mangueiras, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Nova Iguaçu e Cachambi. Ou seja, todos partem da mesma experiência periférica. Além disso, a composição do LabJaca é de jovens negros, de no máximo 32 anos, universitários, mestres e doutorandos. Das áreas acadêmicas, destaca-se o Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que equivale a 1/3 dos membros. Há ainda

---

<sup>40</sup> Os eixos da pesquisa são: 1) saúde física e mental; 2) renda, trabalho e comércio; 3) educação; 4) hábitos de consumo e 5) lazer e uso de tecnologias.

na organização: assistente social, engenheira de produção, jornalistas, cientista social, internacionalista e gestor cultural. São essas características que conferem uma visão interdisciplinar e enriquecedora na elaboração dos dados e na divulgação deles.

### 2.2.3 O Jacarezinho como ponto de partida

A diversidade geográfica dos membros provoca um questionamento sobre a escolha do Jacarezinho como ponto de origem do LabJaca. O que os levou a se reunir no Jacarezinho? Por que não outra favela ou área periférica? Antes que se possa aprofundar nessa análise, vale a pena localizar o Jacarezinho no cenário urbano do Rio de Janeiro. Neste sentido, recupero brevemente a história desse território e suas características geográficas. Em seguida, apresento os apontamentos do LabJaca sobre o Jacarezinho como ponto de união, ressaltando a centralidade da dimensão territorial para a iniciativa.

O Jacarezinho consiste em um território de 350 (trezentos e cinquenta) mil metros quadrados com cerca de 38.778 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE em 2019. Trata-se da segunda maior favela do Rio de Janeiro (Abramo, 2003) sendo uma grande extensão plana com espaços elevados. O Jacarezinho é dividido em sete setores: Beira-Rio, Fundão, Azul, Cajueiro, Cruzeiro, Fazenda Velha e Vieira Fazenda<sup>41</sup>. O território parece ser atravessado por diversas dimensões, locais e por configurações urbanas específicas. A linha do trem da SuperVia e o rio Jacaré<sup>42</sup> fazem parte desses atravessamentos, como pode ser observado na imagem abaixo. Seu nome, inclusive, vem da versão diminutiva do nome do rio.

O Jacarezinho faz divisa com outros bairros conhecidos da Zona Norte: Jacaré, Manguinhos, Maria da Graça e Cachambi. Tal área pertence a XXVIII Região Administrativa do Rio que compreende o Distrito do Grande Méier. Suas imediações passam por importantes eixos da cidade como a Avenida Dom Helder Câmara, a antiga Avenida Suburbana, que, por sua vez, tem como intersecção a Linha Amarela. O Jacarezinho fica próximo também da Cidade da Polícia (CIDPOL), com uma distância de cerca de 2 (dois) quilômetros. Um espaço que

---

<sup>41</sup> Cada setor possui suas características. Ver mais em Abramo, 2003: 84-85.

<sup>42</sup> O nome do rio vem de “YACARÉ (o “que é torto, sinuoso”), alusão às voltas que dá o rio Jacaré, que nasce no morro do Elefante e atravessa a região historicamente pertencente ao Engenho Novo dos jesuítas” (Gabriel, 2020)

abriga quinze delegacias especializadas, a Coordenadoria de Recursos Espaciais (CORE) e cinco órgãos da chefia da Polícia Civil.<sup>43</sup>

Sua origem remonta o início do século XX e sua ocupação se dá, de forma acelerada, com o processo de industrialização da Zona Norte na década de 30 e 40. Uma marca desse período e que permanece até hoje é a fábrica da General Eletric (GE)<sup>44</sup>, localizada entre Maria da Graça e o Jacarezinho. Na época, a GE tinha como principal mão-de-obra os moradores do Jacarezinho (Ignácio, 2013). A região acabou ganhando um perfil de bairro operário, sendo, inclusive, destacado no relatório elaborado pela equipe do Programa Favela-Bairro como uma área de grande concentração industrial.

Contudo, ao longo dos anos as fábricas foram sendo desativadas. Para Jocelene Ignácio (2013), o esvaziamento industrial se deu, de modo geral, pela falta de infraestrutura e de segurança da região o que acabou por gerar um desinteresse total pela favela. Desprovida de iniciativas do poder público e de empresas privadas, o espaço ficou limitado as ações dos próprios moradores, da igreja e de associações. O contexto aqui, aliás, remete o período dos primeiros estudos mais sistemáticos das favelas cariocas apresentado no primeiro capítulo. No levantamento da Fundação Leão XIII em 1948, o Jacarezinho foi um dos territórios escolhidos tanto para a pesquisa de campo como para a atuação assistencialista da igreja. Numa tentativa de “recuperar” os moradores e de impedir a “subida dos comunistas”.

No que diz respeito a vida associativa da favela, há registros de campo de Anthony Leeds mencionando que em 1966 foi criado a Associação de Pró Melhoramentos do Jacarezinho. No entanto, há outros indícios de existência de atividades associativas neste território antes disso. Rachel Viana (2019), em nota de rodapé, conta que ao visitar a associação de moradores do Jacarezinho observou documentos antigos da entidade datados da década de 1940. O presidente da associação afirmou, em relato informal, que devido às ameaças de despejo e pelo fato de ser uma área de ocupação ilegal não era permitido regularizar ou mesmo registrar as reuniões. Caso contrário, sofreriam retaliações legais.

Entre as ações assumidas pela associação estavam a pavimentação e a iluminação das ruas. “Ao invés da prefeitura fazer, a gente era que fazia” (*apud* Ignácio, 2013). Ou seja, eram

---

<sup>43</sup> Proximidade que parece explicar o predomínio de ações policiais no Jacarezinho comandadas pela Polícia Civil. Dentre elas, a chacina do Jacarezinho, a ação mais letal há história do Rio de Janeiro, ocorrida no dia 6 de março de 2021, resultando em 28 mortes.

<sup>44</sup> A General Eletric encontra-se hoje abandonada com toneladas de material tóxico. Segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro, é o maior passivo ambiental da cidade. A antiga fábrica de lâmpadas está no terreno desde 1928 numa área de 221 mil metros quadrados. As atividades foram encerradas em 2008 e somente em 2018 a Prefeitura contratou uma empresa especializada para produzir um laudo da situação. Ver mais em Brito, 2018.



os próprios moradores e as lideranças comunitárias que realizavam a urbanização da favela cristalizando a insuficiência de políticas públicas neste local. Essa mesma perspectiva de fazer por si próprio é renovada durante a pandemia da Covid-19 com a ação prática do LabJaca. Como é possível observar na descrição do terceiro episódio da websérie produzida pelo grupo: “A favela está se virando durante a pandemia da covid-19 da mesma forma que sempre se virou, nós por nós”. A partir dessa breve contextualização retomo agora o questionamento inicial. Mas por que escolheram o Jacarezinho?

Em conversa com Bruno Sousa, ele aponta que o grupo já desejava criar uma agência de comunicação no Jacarezinho em 2019. Isso porque a maior parte da equipe fundadora tem uma conexão forte com o território. Conforme ele destaca, alguns moram no Jacarezinho, outros já moraram, outros moram nas proximidades, outros já atuavam dentro desse espaço ou possui família lá. Mas não é só. Também foram motivados pela ausência de instituições de sociedade civil dentro do Jacarezinho se comparado com outras favelas. Nas palavras de Bruno: “a gente sempre viu as favelas do Complexo do Alemão, da Maré, a própria Rocinha, várias instituições ali da sociedade civil organizadas enquanto o Jacarezinho carecia disso né”. A partir dessas duas motivações o LabJaca toma o Jacarezinho como ponto de união, de origem e, ainda, de partida:

O LabJaca, no Jacaré aqui é quase como um lugar que nos uniu de alguma forma. Mas o LabJaca apesar de ter surgido aqui, ele tem essa proposta de não ser só do Jacarezinho né, e produzir pesquisas e produzir metodologias que possam ser reutilizadas em outras favelas também não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil. Então a gente quer se tornar meio uma referência né? Produção de dados e de conhecimento a partir da favela. No caso agora Jacarezinho, mas que isso se amplie cada vez mais pra outras favelas pra que essas metodologias sejam apropriadas por outras favelas. E a gente possa cada vez mais estar falando por nós e a partir de nós (Trecho de entrevista com Pedro Paulo).

Bruno reitera essa perspectiva afirmando que desde o início o objetivo é ir além do Jacarezinho. Inclusive, em entrevista ao “Papo Na Laje”, Bruno fala que o grupo tem “sonho ambicioso” ter um “Lab América Latina”. Uma vez que os países latino-americanos apresentam singularidades muito próximas do território brasileiro. De tal modo, o propósito a longo prazo é expandir tanto a ideia institucional como o modo de produzir e divulgar os dados do LabJaca. Isso não significa que irão abandonar o Jacarezinho, este espaço continua exercendo um grau indissociável de união do grupo e formação de uma identidade coletiva. Até mesmo porque há uma importante dimensão territorial para as iniciativas periféricas e suas atividades.

É a partir do território, conceito geográfico, que eles se organizam e pautam suas ações. Mas é também a partir de uma dimensão simbólica e social do conceito “território” que eles

constroem identidades coletivas (Dicionário Marielle Franco, 2022) e mobilizam-se não só na, mas pela favela. A dimensão territorial aparece até mesmo no nome de alguns coletivos. Tomo como exemplo o próprio LabJaca, pois seu nome carrega consigo o local de onde surgiu. Numa aparente junção de laboratório + Jacarezinho, o nome parece já indicar o pertencimento, orgulho e apropriação simbólica do território. Nessa perspectiva, parece ser possível inseri-los num processo mais geral observado na literatura recente, denominado por D’Andrea (2013), como a formação dos "sujeitos periféricos". Tal termo diz respeito ao morador da periferia que possui sua ação prática baseada em uma subjetividade. Dentre suas características estão: o reconhecimento de ser morador da periferia e o orgulho de ser portador dessa condição. Desse modo, as iniciativas desenvolvidas são fortemente movidas pelo grau de pertencimento ao território e pela identidade construída ao longo das trajetórias de luta, de afirmação da vida e das potencialidades.

#### 2.2.4 Contradições e tensões constitutivas

A partir de uma análise mais atenta é possível identificar certos dilemas e impasses que constituem a produção cidadã de dados. O primeiro deles está relacionado com o papel das classificações e dos conceitos que atravessam o ato de quantificar a partir da favela. Ao que parece o LabJaca ora busca igualar-se às demais fontes de dados para reafirmar que também são válidos, ora busca enfatizar suas especificidades. De um lado negam qualquer tipo de categorização visto que pode ser entendida como uma tentativa de inferiorização. Isso fica evidente com as críticas à expressão “dados oficiais” que são comumente aplicadas aos dados governamentais. Visto que tal termo parece hierarquizar a produção de dados, como se os demais produzidos por outras fontes não tivessem validade o suficiente.

Em um trecho da entrevista, Pedro Paulo aponta uma problemática desse cenário. Para ele, se as pessoas confiam ou mobilizam somente os dados tidos como ‘oficiais’ há uma limitação de quem pode quantificar e, conseqüentemente, de comunicar os dados. Não se trata somente de definir quem é “mais verdadeiro” ou não, há uma limitação de quais narrativas e quais realidades serão contadas (quantitativa e qualitativamente). Indispensável recuperar que desde o início o Estado possui uma relação direta e constitutiva com as estatísticas. A própria etimologia da palavra estatística – do alemão *statistik* – já revela como está associada à administração estatal (Camargo, 2016). Não é difícil imaginar que ao longo dos anos isto lhe

garantiu certo monopólio e autoridade para contar. Por essa razão, supõe-se que o Estado detém o poder de escolher quais dados serão produzidos e quais não serão. A fim de exemplificar essa análise, o pesquisador do LabJaca menciona a ausência de dados sobre os homicídios em determinados locais do Rio de Janeiro, contribuindo para uma dissimulação da realidade.

[...] você tem baixíssimo número de homicídio e de letalidade policial nessas áreas [de milícia], porque tem [...] práticas de ocultação de cadáver. Então não é porque ali tem baixo número que você tem realmente um baixo número de homicídios. Então se a gente confia só nos dados oficiais, nesse caso a gente vai ter a percepção de que Santa Cruz é o lugar mais tranquilo do Rio de Janeiro ou que Bangu ou que Rio das Pedras é o lugar mais tranquilo do Rio de Janeiro. Então a gente precisa ter outras vozes falando. (Trecho de entrevista com Pedro Paulo)

Por outro lado, o grupo recorre a categorizações justamente para diferenciar-se das produções hegemônicas de dados. Como é o uso do termo “metodologia de cria” que se refere a lente pela qual os dados são produzidos e comunicados pelo LabJaca. Aprofundarei esse termo no próximo capítulo. A “metodologia de cria” parece estar inserida no que vem sendo chamado de “Nós por Nós”, uma articulação de organizações e coletivos de favelas que pautam suas próprias demandas e histórias. Somado a isso, como supracitado, empregam o conceito de “produção cidadã de dados” ou “geração cidadã de dados” para demarcar a singularidade e mobilização do grupo. Esses elementos parecem funcionar como desconstrução de conceitos, mas também como construção de novos que reforçam a produção de dados a partir das favelas.

Um outro ponto diz respeito ao uso dos dados governamentais. Assim como o Censo Maré, as pesquisas do LabJaca são elaboradas a partir, muita das vezes, da base de dados primários produzidos pelo Estado. No que se refere a essa relação entre os coletivos de favelas e o Estado, como supracitado no primeiro capítulo, revela a existência da ambiguidade na produção de dados alternativos. De um lado o reconhecimento da relevância das estatísticas produzidas pelos dados governamentais e, de outro, a desconfiança permanente em relação a elas (Motta, 2019). Além disso, outro dilema constitutivo é apontado por Pedro Paulo. Segundo ele a simples existência de produções de dados a partir das favelas acompanhadas das reivindicações dos favelados serem também um sujeito de conhecimento, esbarra inevitavelmente na discussão do que é ciência e do que é conhecimento legítimo. Por essa razão, Pedro afirma que o grupo tem um cuidado no sentido de evitar que essa crítica se torne algum tipo de negacionismo. O LabJaca parte da noção de que é necessário fazer a crítica, mas que ao mesmo tempo há um perigo iminente de “desbancamento da ciência”. Nas palavras dele:

Ao mesmo tempo que é produtivo, porque é a partir disso que a gente consegue pontuar que o que a gente faz é conhecimento também, não é só uma vivência, que a vivência em si é conhecimento. Então é uma faca de duas pontas que você ao mesmo

tempo que é uma coisa potente e resistente é uma coisa que é reflexo também de uma relação de poder, tem essa dualidade. (Trecho de entrevista com Pedro Paulo)

Outra tensão constitutiva diz respeito às parcerias com órgãos governamentais e com atores externos. No Boletim Dengue no Jacarezinho 2022, por exemplo, a pesquisa foi realizada em parceria com a Fiocruz e a Fundação Getúlio Vargas. Já o estudo sobre a Covid-19 teve apoio da Clínica da Família do Jacarezinho, mas esse em específico, segundo Pedro Paulo, não foi da Prefeitura em si e sim dos agentes comunitários que trabalhavam lá. Há também parcerias com grupos de pesquisa acadêmica. Entretanto, Pedro Paulo destaca que são parcerias pontuais e os moradores permanecem sendo os protagonistas. Aqui vale abrir um parêntese. A universidade é entendida pelos membros do LabJaca como aliada. Em entrevista, Poema aponta que uma das pautas da reunião da agenda para o ano de 2023 foi sobre estreitar as relações com a academia. Importante dizer que eles partem da noção de a universidade ainda é um local conservador no sentido epistemológico e metodológico. A partir disso (e apesar disso), reconhecem que precisam ocupar esses espaços. Nas palavras de Poema: “a gente não abandona esse espaço, principalmente porque a gente entende que é onde a gente consegue mobilizar instrumentos para enriquecer nosso trabalho pro LabJaca e com outro espaço que a gente tiver né”. Diante desse panorama, percebe-se que a produção de dados a partir das favelas apresenta diferentes tensões, entraves e ambiguidades inevitáveis. Estas, contudo, reforçam que o ato de produzir dados nestes territórios se configura como uma ferramenta política. Ao assumirem a produção de dados também estão disputando uma série de posicionamentos políticos.

### 3 “METODOLOGIA DE CRIA”: UMALENTE INDISSOCIÁVEL DA PRODUÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS VINDOS DA FAVELA

O termo que dá título a esse capítulo foi empregado pelo coordenador de pesquisa do LabJaca em uma mesa<sup>45</sup> sobre “Abordagens transformadoras a partir do Sul Global” num evento online que participei como ouvinte. Ao ouvir esse termo pela primeira vez, minha hipótese era de que se tratava de um modo de fazer pesquisa particular. Entretanto, durante a exposição da fala do pesquisador foi possível perceber que a “metodologia de cria” não se tratava propriamente de uma categoria nova que designa um procedimento metodológico específico. Estava relacionada, sobretudo, ao modo de divulgação científica dos dados. Isso porque ao exemplificar essa metodologia foram ressaltados os formatos de como as pesquisas são divulgadas. Entre eles, estão o uso de: cartazes, lambe-lambes, *cards*, vídeos-relatórios e esquetes<sup>46</sup>. Outro ponto que descartou minha hipótese posteriormente é que as metodologias utilizadas nas pesquisas do LabJaca são semelhantes às demais. O ponto de inflexão parece ser de fato na comunicação dos resultados e no direcionamento das pesquisas.

Tal categoria não apareceu na primeira entrevista, o que conduziu o segundo contato com o LabJaca. Poema, coordenadora de pesquisa do LabJaca, desvelou que a “metodologia de cria” é algo ainda mais abrangente dentro do grupo, diz respeito ao que os move enquanto sujeitos de conhecimento, enquanto indivíduos e enquanto coletivo. Conforme ela sublinha, trata-se de uma lente indissociável formada pelo acúmulo da experiência acadêmica dos integrantes e da experiência de vida, uma experiência periférica, de cria. Nas palavras de Poema: “isso tudo atravessa nosso modo de produzir e de pensar a pesquisa”. Ou seja, é a partir dessa perspectiva compartilhada que os temas de pesquisa surgem e, principalmente, orienta a escolha por uma linguagem e uma comunicação direcionada aos moradores.

Nessa perspectiva, os parágrafos que se seguem dedicam-se a analisar as pesquisas elaboradas pelo LabJaca a fim de apresentar as características da divulgação científica dos dados vindos das favelas e recuperar algumas análises do primeiro capítulo. Serão analisadas,

---

<sup>45</sup> Mesa 1 do Seminário Internacional de Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI PUC-Rio) no dia 31 de março de 2022.

<sup>46</sup> Esquete são pequenas cenas dramáticas, geralmente cômicas e com menos de 10 minutos de duração. Há dois exemplos de esquetes elaboradas pelo LabJaca: o “LabExplica” e o “Política em 30”. O primeiro são vídeos curtos, descontraídos e interativos que abordam dados ou assuntos importantes. O segundo são vídeos de 30 segundos com viés educativo sobre alguma pauta relevante da semana. Ambos são postados nas mídias sociais do LabJaca e são apoiados institucional e financeiramente pelo Fundo Casa Fluminense.

cronologicamente, quatro pesquisas sendo elas sobre: insegurança energética, custo das operações policiais, dengue e a avaliação do Programa Cidade Integrada. Entre elas há diferentes metodologias e aspectos de divulgação, mas todas tratam de um conteúdo *de cria para cria*. Ainda, será trabalhado neste capítulo dois efeitos antagônicos da experiência periférica nos trabalhos desenvolvidos pelo LabJaca. Na medida em que reivindicam e assumem seu local de periférico há um alcance maior da pesquisa na comunidade, entretanto há limitação no processo de elaboração no que tange a posição subalterna dos pesquisadores periféricos. Por fim, discorro sobre um novo enquadramento do LabJaca a partir da fala de um dos pesquisadores do grupo que passa a entendê-lo como método a ser replicado.

### 3.1 As produções do LabJaca: o que e como se conta?

Da ação prática à produção de dados, o LabJaca já apresentou uma multiplicidade de iniciativas em pouco tempo de existência. No que tange a área da pesquisa, o grupo produziu o levantamento sobre os suspeitos de Covid-19 no Jacarezinho, um outro mapeamento para o Painel Unificador da Covid-19 nas Favelas. Também elaboraram a pesquisa “Como Anda a Luz No Jacarezinho?”, o vídeo-relatório dos custos das operações policiais, o boletim da Dengue, a pesquisa de avaliação do programa Cidade Integrada. A mais recente está na fase de escrita final do relatório e a temática é sobre masculinidade e afetividade dos homens negros do Jacarezinho e de Manguinhos. Entre eles, escolhi os que possuem diferenças entre si e apresentam de distintas maneiras as características do LabJaca.

#### 3.1.1 Pesquisa “Como Anda a Luz no Jacarezinho?”

Em março de 2021, o LabJaca realizou um levantamento no Jacarezinho para conhecer a percepção dos moradores de favelas sobre energia elétrica. A metodologia adotada foi a aplicação de um formulário eletrônico usando a plataforma do Google Forms. O formulário foi divulgado nas mídias sociais do LabJaca com uma chamada para os moradores participarem da pesquisa e compartilharem com seus amigos e familiares (Figura 11). Ao todo, conseguiram quarenta entrevistados. Reconhecendo que este é um número baixo de amostra, o LabJaca destaca que a pesquisa possui limitações na capacidade de generalização dos dados. A intenção,

na verdade, foi de apresentar e promover uma reflexão acerca das problemáticas da insegurança energética no Jacarezinho.

**Figura 10**– Chamada para participar da pesquisa sobre eficiência energética



Fonte: Twitter do LabJaca, 2021.

Nesta angulação, parece ser possível observar uma ambiguidade. Sua origem é motivada pela insuficiência dos dados governamentais – os ditos dados oficiais – entretanto, nesta pesquisa os dados também apresentam uma certa limitação e não dizem sobre o todo. Como supracitado no primeiro capítulo, boa parte dos levantamentos iniciais eram limitados justamente por não considerarem todas as favelas e pelos recortes muitas vezes enviesados. Então, o que os diferencia das demais pesquisas que são limitadas? A primeira grande diferença é que já partem reconhecendo a limitação da pesquisa e indica já no título que se trata de um estudo no Jacarezinho, desvelando seu recorte territorial. Outras duas, referem-se ao próprio objetivo do mapeamento e do direcionamento da divulgação dos dados. Aqui o propósito se deu para trazer à tona o debate e foi voltado sobretudo para a própria comunidade.

Essa pesquisa fez parte de uma série do *RioOnWatch*<sup>47</sup> sobre justiça e eficiência energética nas favelas do Rio de Janeiro. Irei dedicar este parágrafo para explicar um pouco do

<sup>47</sup> A *RioOnWatch* foi lançada em maio de 2010 pela “Comunidades Catalisadoras” para ampliar a visibilidade internacional a vozes e histórias das favelas do Rio. Outro compromisso da *RioOnWatch* é aumentar a participação de jornalistas comunitários e observadores internacionais e dialogar com a grande imprensa visando gerar uma visão mais precisa das favelas.

que foi esse projeto. Ao longo do primeiro semestre de 2021, o *RioOnWatch* publicou pesquisas com dados quantitativos e qualitativos, relatos, ilustrações e vídeos inéditos do ponto de vista de quem mora nas favelas. No total, foram 18 (dezoito) conteúdos de 23 (vinte e três) territórios da região metropolitana do Rio, elaborados por organizações periféricas e pelos próprios habitantes dos locais<sup>48</sup>. De modo geral, os conteúdos formulam uma visão plural e diversa do acesso à energia nas favelas, apontando desde os problemas, as injustiças até as soluções propostas pelos próprios moradores.

A pesquisa “Como Anda a luz no Jacarezinho?” aborda questões como a frequência de falta de energia, o período em que os moradores ficam sem luz, os prejuízos, os motivos, quem é acionado para resolver o problema e de quem seria a responsabilidade. Os resultados destas questões foram divulgados tanto no site do LabJaca como no do *RioOnWatch* no dia 28 de março de 2021. Entre os dados, chama atenção que 50% dos entrevistados afirmam já ter tido sofrido com falta de luz pelo menos uma vez na semana. Ainda, o levantamento mostra que cerca de 75% já ficaram até uma semana sem luz em casa. Devido a esses apagões, alguns moradores relataram que perderam eletrodomésticos, alimentos e tiveram prejuízos financeiros. Ao apresentar esses dados, o LabJaca consegue apresentar um panorama da situação da energia elétrica no Jacarezinho. Mas não só dessa situação específica. Há também uma espécie de chamado para refletir sobre o contexto histórico da favela. Na parte em que se dedicam a identificar quem tem a responsabilidade destes problemas energéticos, isso fica evidente:

A favela que queremos passa pela cobrança de medidas efetivas das instituições responsáveis, mas também por campanhas publicitárias voltadas para essas áreas que tratem sobre a conscientização dos seus moradores. Desse modo, é urgente desafiar o estigma de que a favela é lugar de ilegalidade e desordem, para evitar essa segregação e encará-la desde já como parte da cidade (Sousa; Nascimento, 2021, não paginado).

Por fim, cabe destacar os aspectos de como esses dados foram divulgados. Como supracitado foi através de ambos os sites institucionais que a pesquisa foi publicada, mas ela também foi disseminada através das mídias sociais do LabJaca. No que tange ao conteúdo, a pesquisa contém uma descrição textual dos dados e algumas interpretações, apontamentos e falas de alguns moradores. Somado a isso, utiliza-se de gráficos de pizza e nuvens de palavras para uma representação visual dos dados obtidos. Até aqui parece ser uma forma comum de divulgação científica dos dados. Mas além destes meios, ao final da série foi realizado um vídeo de um pouco mais de oito minutos com todos os conteúdos produzidos. Cada um dos

---

<sup>48</sup> Ver mais em: <https://riononwatch.org.br/?p=57006>

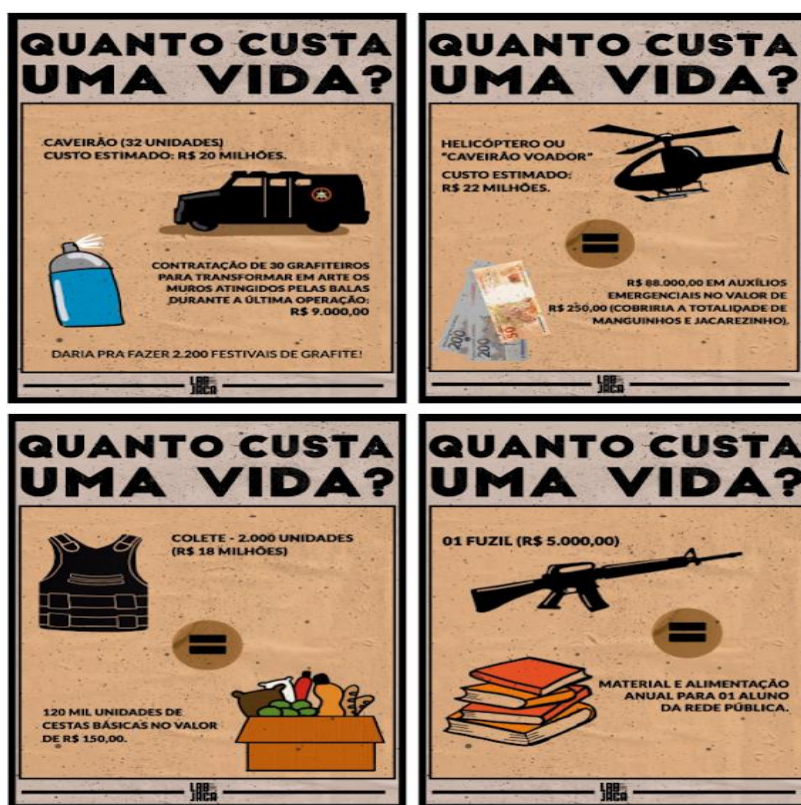


responsáveis pelas pesquisas contou sobre os principais resultados na medida em que ia aparecendo na tela imagens da pesquisa e das favelas em questão.

### 3.1.2 Vídeo-relatório sobre os custos das operações policiais

Em 2021, o LabJaca produziu um relatório sobre os custos das operações policiais em formato de vídeo e de *cards* que foram publicados em todas as mídias sociais do grupo. Trata-se de uma pesquisa “original do LabJaca”, visto que não foi realizada em parceria com nenhuma entidade e não teve financiamento externo. Ao que tudo indica isso parece ser um fator determinante da autonomia do grupo em desenhar a pesquisa. Diferente das escolhidas para serem analisadas aqui, essa é a que utiliza o audiovisual como principal meio de divulgação científica dos dados. De tal modo, cristaliza a originalidade do LabJaca e desvela a centralidade da comunicação para o grupo. Isso, contudo, não significa dizer que as demais não sejam originais ou que não tenham como objetivo comunicar para os moradores.

**Figura 11** – Cards do relatório sobre os custos das operações policiais



Fonte: Mídia social do LabJaca, 2021.

O vídeo com o título “Chacina do Jacarezinho, um mês”<sup>49</sup> possui três minutos e vinte e três segundos, em duas versões no YouTube: uma com legenda em português e outra em inglês. Num primeiro momento, é apresentado trechos de reportagens anunciando a chacina do Jacarezinho. Logo em seguida, um fundo preto com a data 06/05/2021 – dia em que ocorreu a chacina – substitui os noticiários e uma narração voz *over*<sup>50</sup> começa a narrar sobre a ação da polícia. Ao longo da exposição, uma série de vídeos curtos retratam a realidade durante e pós-chacina, com as ruas repletas de sangue, helicópteros, carros blindados, policiais andando e correndo nos becos. Além de apontar o número de agentes (250), as horas de duração (6) e os números de mortos (28), destaca o sigilo de 5 (cinco) anos nas operações policiais do estado, impedindo uma apuração dos fatos. A partir dessa contextualização, a pesquisa começa a ser apresentada.

As informações são divididas em dois lados, de um lado é apresentado o custo de equipamentos utilizados nas operações e do outro, uma conversão do gasto em alguma política pública. Utilizam ilustrações e os números em destaque para mostrar de forma clara e chamativa a grande diferença entre as escolhas estatais. Primeiro é apresentado que o custo de um fuzil daria para “banicar” um aluno da rede pública por um ano, com material e alimentação. Logo em seguida, observa-se que com o dinheiro gasto com um “caveirão aéreo”<sup>51</sup>, incluindo o seguro, daria para atender 88 (oitenta e oito) mil pessoas com o auxílio emergencial de R\$250 (duzentos e cinquenta reais). Buscando tornar ainda mais próximo e patente, é destacado que com esse valor as favelas do Jacarezinho e de Manguinhos “quase na totalidade” receberiam o auxílio. Já com o custo de duas mil unidades de coletes daria para comprar 120 (cento e vinte) mil cestas básicas. Aqui um outro contraste é feito. Vídeos da campanha Jaca Contra Corona substituem as ilustrações e é apresentado que foram distribuídas 3.500 (três mil e quinhentas) cestas básicas. Finalizando esse quadro uma pergunta surge: “Cê pegou a visão da diferença?”<sup>52</sup>.

Por conseguinte, imagens de outra iniciativa do LabJaca ganham destaque, o “Grafitação”. Tal ação contou com trinta grafiteiros com o objetivo de transformar em arte os muros atingidos por tiros durante a chacina. Enquanto o Grafitação custou R\$9.000,00 (nove mil

---

<sup>49</sup> Ver: <https://www.labjaca.com/posts/chacina-do-jacarezinho-nota-metodologica-sobre-os-custos-das-operacoes>

<sup>50</sup> Narração voz *over* é aquela em que não se vê e não se sabe quem está falando.

<sup>51</sup> O termo refere-se a como é conhecido popularmente o helicóptero blindado da Polícia Militar.

<sup>52</sup> Gíria utilizada sobretudo por jovens para diferentes sentidos. Nesse em questão refere-se a uma situação específica ou uma ideia que foi abordada previamente. Ainda, aqui pode significar “você conseguiu entender?”. Outro uso é o “pega a visão” que corresponde às expressões como “presta atenção” e “fica atento”.

reais) de acordo com o relatório, trinta e dois “caveirões terrestres”<sup>53</sup> custaram R\$20 (vinte) milhões. Novamente um questionamento é feito, “o que você acha que tem mais impacto?”. É pontuado que o valor gasto com os carros blindados da polícia daria para promover 2.200 (dois mil e duzentos) festivais de grafite, transformando o Jacarezinho na “maior galeria de arte do mundo”. Imagens panorâmicas do Jacarezinho, produzidas por drone, tomam conta da tela e as últimas falas ecoam ao fundo: “Está na cara que o Estado prioriza na nossa morte, não nas nossas vidas. Queremos mais políticas sociais e menos operação. Basta de genocídio. Basta de operações policiais nas favelas. Paz no Jacarezinho.”

Importante ressaltar que em nota metodológica, o LabJaca pontua que não desconsidera que um colete balístico, por exemplo, serve para a proteção de um agente de segurança. A intenção é antes reforçar a seguinte pergunta: “se o dinheiro gasto com o aparato bélico fosse usado em políticas sociais, seria necessário gastar tanto com segurança pública?” (LabJaca, 2021). Ainda, a nota menciona que a pesquisa foi inspirada no projeto Drogas: Quanto Custa Proibir? do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e nos estudos de Daniel Cerqueira e Robson Rodrigues (2021) também sobre os custos das operações policiais. Para a realização desta pesquisa, diferente do primeiro, foi utilizado como fonte primária documentos públicos, licitações obtidas no site das polícias e no portal de compras do Rio de Janeiro.

Ao que tudo indica o vídeo-relatório parece ter dois propósitos. Denunciar e criticar publicamente as violências estatais nas favelas, desvelando a escolha adotada pelo Estado para com esses espaços e seus habitantes. Mas também, parece fazer parte de um esforço coletivo para dar luz aos dados das operações policiais. Vide que não há registros oficiais sobre elas, provocando uma lacuna estatística (Hirata; Grilo; Dirk, 2021). Isso é um agravante no cenário da violência. Além de inviabilizar ou dificultar a produção de pesquisas, impede de pautar políticas para reverter e romper com a alta letalidade nas operações policiais nas favelas. De modo mais abrangente, reitero, se não há dados sobre determinado assunto, não há debate público. Se não há debate, não há um problema a ser resolvido e, conseqüentemente, não haverá política pública.

Ao mobilizar dezenas de policiais armados com fuzis em veículos blindados para realizar operações de incursão armada em territórios densamente populadas, os registros de atividade policial produzidos são os mesmos do atendimento a qualquer outra ocorrência e **não são quantificados**. A ausência de registros ou documentos de registro ou notação para ações tão importantes na área de segurança pública não deixa de ser notável, sobretudo pelo seu interesse para o debate público. Essa ausência

---

<sup>53</sup> O termo refere-se a como é conhecido popularmente o carro blindado da Polícia Militar.

parece ser uma ação administrativa que ilumina uma delimitação do que deve ou não deve ser posto em debate (Hirata; Grillo; Dirk, 2021: 67, grifo nosso).

Os dados de segurança pública acabam por serem os mais disputados e um dos mais necessários. Como aponta Carolina Ricardo do Instituto Sou da Paz, em entrevista ao podcast CRISP Entrevista<sup>54</sup>, boa parte dos programas de Segurança Pública não são pautados em dados, mas sim pelas “vísceras”, pelo medo. Consequentemente, há políticas ineficientes, injustas e seletivas. Aqui deve-se levar em conta que no Rio de Janeiro, as políticas de segurança são voltadas para as favelas, onde os moradores não estão entre os que devem ser/serão protegidos, mas sim os alvos. Nessa perspectiva, o vídeo-relatório produzido pelo LabJaca configura-se como uma importante entrada na produção de dados sobre violência.

### 3.1.3 “Boletim Dengue no Jacarezinho 2022”

O “Boletim Dengue no Jacarezinho” foi elaborado em parceria com o InfoDengue, uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fiocruz responsável por mapear casos de arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya). A pesquisa contou ainda com a colaboração dos funcionários da Clínica da Família Anthidio Dias da Silveira e do Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem (NICA) para o trabalho de campo. Oportuno dizer que as parcerias aqui são entendidas como fundamentais para a elaboração de uma pesquisa robusta e de qualidade, vide que algumas temáticas como as de saúde estão fora do escopo de investigação dos pesquisadores.

A gente [LabJaca] entrou numa de querer pesquisar dengue, de pesquisar covid, são temas que particularmente para mim e para o Pedro não estão conectados diretamente com a nossa experiência de pesquisa então a gente foi atrás de uma galera que tinha um repertório disso, tanto temático quanto de pesquisa para construir coisas que tenham solidez né (Trecho de entrevista com Poema).

Vale abrir um parênteses sobre a experiência de pesquisa individual antes de retomar a análise do boletim. Pedro Paulo, bacharel e mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI PUC-Rio), tem como temas de atuação as interseções entre racismo, segurança, terrorismo e militarismo. Poema Portela, graduada em Ciências Sociais pela UFRJ, mestre e doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), tem experiência com estudos de estratificação social, relações

---

<sup>54</sup> Episódio 01 - Indicadores de violência e gestão por resultados, com Carolina Ricardo. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/39FGa1Q0qP7kZB3p2ihCNg?si=8ecddd5585a04620>

raciais, desigualdades educacionais, ações afirmativas, e representação racial e de gênero na mídia. O terceiro membro da equipe de pesquisa do LabJaca é o Kayo Moura, graduado também no IRI PUC-Rio e mestre em Ciência Política no IESP-UERJ, tem interesse nas áreas de política externa, política pública, economia política e métodos quantitativos. Assim, há uma multiplicidade de temas, alguns com atravessamentos, mas são áreas distantes da temática da saúde o que desvela a demanda por parceria.

Para esta pesquisa o LabJaca *conversou* com 89 (oitenta e nove) moradores durante três eventos de doação de cestas básicas, realizados entre abril e julho de 2021. Destaco o termo conversar por duas razões: primeiro porque esse termo foi usado no próprio Boletim e segundo porque considero pertinente ressaltar essa noção de troca entre os moradores e os integrantes do LabJaca. Isso porque o termo reforça que o dado é construído em conjunto. Vale ressaltar que já no início do texto é destacado que se trata de um levantamento inicial e exploratório, portanto, não buscou representar toda a favela do Jacarezinho. O propósito, na verdade, assim como foi na pesquisa sobre insegurança energética, é recuperar o tema e incentivar reflexões futuras acerca da problemática da dengue nas favelas.

Apesar de aqui não ter o audiovisual como carro-chefe, a linguagem acessível e as ilustrações tornam-se centrais nesta pesquisa. A título de exemplo, o boletim traz elementos do cotidiano, como o design de uma conversa no WhatsApp, expressões e gírias cariocas, conforme as imagens abaixo mostram. Além disso, ao longo do documento os dados são apresentados de forma clara e direta. Entre os dados estão: o perfil dos entrevistados, taxa de exposição de contágio, número de residentes das casas, grau de conhecimento das formas de contágio e a percepção das políticas públicas de combate à dengue nas favelas.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Outras questões foram coletadas, mas não apresentadas no boletim da dengue e estão presentes no compilado de tabelas do Google Sheets. A saber, as informações tratam do perfil do entrevistado. Entre as perguntas estão: qual parte do Jacarezinho os entrevistados são, renda média, quantas vezes costuma sair para trabalhar ou estudar e o horário que custa sair.

Figura 12 – Divulgação do Boletim da Dengue no Jacarezinho

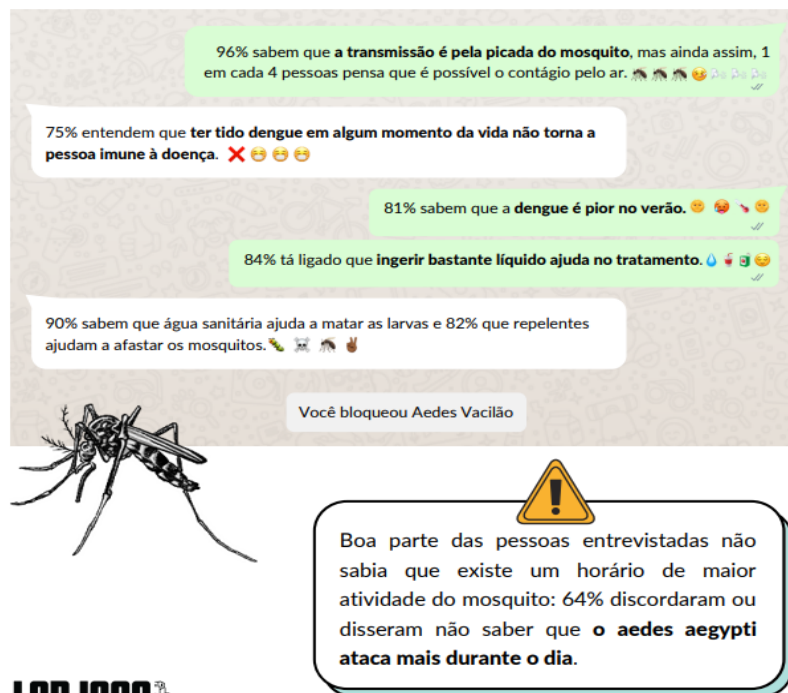


Fonte: LabJaca, 2022.

Figura 13 – Resultados da pesquisa Boletim Dengue no Jacarezinho

## INFORMAÇÃO E PREVENÇÃO

Um resultado positivo das entrevistas, é o de que o grupo entrevistado está bastante informado sobre as formas de contágio e as maneiras de prevenir a proliferação do mosquito da dengue.



Fonte: LabJaca, 2022.

Assim, é possível observar duas dimensões do LabJaca sendo ressaltadas nessa pesquisa. A primeira diz respeito a reivindicação de serem sujeitos de conhecimento. Ao contatarmos especialistas da área, desvelamos a preocupação com o rigor metodológico do conhecimento científico. Oportuno mencionar que essa questão é assumida e reconhecida. Isso porque, como aponta Bruno Sousa, na entrevista concedida à Central Periférica, os coletivos de favelas e a própria produção cidadã de dados são questionados e atacados na maior parte das vezes. De tal modo que os dados e informações produzidas por eles necessitam passar por uma apuração mais rigorosa. Já a segunda, refere-se à comunicação dos dados. Na medida em que trazem designs diferenciados do levantamento e uma linguagem mais próxima a comunidade retificam o compromisso assumido com os moradores.

#### 3.1.4 Relatório de Pesquisa do Observatório Cidade Integrada

A pesquisa mais recente do LabJaca é o relatório de avaliação do programa Cidade Integrada<sup>56</sup> no Jacarezinho. Essa pesquisa foi realizada a partir de uma iniciativa do LabJaca e do Instituto de Defesa da População Negra (IDPN) em parceria com outras entidades e coletivos. A iniciativa tem o nome de Observatório Cidade Integrada cujo objetivo é produzir dados e relatórios sobre violações de direitos humanos, ampliar as informações e apresentar um novo olhar acerca da ocupação. Isso se deu após denúncias de moradores de violência policial encaminhadas ao LabJaca, ao IDPN e a Associação de Moradores, motivando-os a mapear as violações ocorridas no Jacarezinho e a percepção dos moradores. Diferente das anteriores, esta parece ser a mais estruturada no sentido do desenho da pesquisa e na própria estrutura do documento com seções bem definidas e apresentadas já no sumário. Há uma seção para apresentação da pesquisa, outra para metodologia, duas para os resultados, uma de considerações finais e um anexo sobre o impacto do programa para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

---

<sup>56</sup> Por meio do Decreto nº 47928 de 19 de janeiro de 2022 o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Claudio Castro, instituiu o Programa Cidade Integrada. O programa, ainda de acordo com o decreto, tem a finalidade de implementar políticas públicas, com ou sem transferência de renda, para atender pessoas em situação de vulnerabilidade social em comunidades de baixa renda. Os eixos pragmáticos são: social, desenvolvimento econômico, infraestrutura, diálogo com a comunidade, transparência, segurança pública e consórcio entres entes públicos. Entretanto, divergindo do instituído, o principal foco tem sido a ocupação das favelas pela Polícia (Observatório Cidade Integrada, 2022). Atualmente encontra-se instalado no Jacarezinho e na favela da Muzema, Zona Oeste do Rio.

A apresentação dos dados é dividida em “O que dizem os moradores?” e “Experiências de violência policial durante o Cidade Integrada”. Na primeira parte os dados são referentes a porcentagem dos entrevistados que querem o fim do programa ou não, quantos se sentem inseguros com a presença de policiais na comunidade, se as opções de lazer foram prejudicadas e quais foram as atividades. Ainda, há dados sobre a percepção dos serviços oferecidos pelo programa e quantos ficaram sabendo e/ou participaram das reuniões promovidas pelas autoridades para conversar com os moradores. Na segunda parte, dedicada as violações em si, há a porcentagem de quantos já tiveram sua casa invadida, quantos tiveram seus objetos roubados ou danificados. Há também a taxa de quantos já foram abordados na rua por policiais, quantos já presenciaram pessoas sendo agredidas e quantos foram as agressões contra menores de idade. Por último, quantos relataram saber de abusos sexuais e de invasões aos celulares pessoais dos moradores.

No que concerne a metodologia, foi adotado tanto métodos qualitativos como quantitativos. Entre os primeiros estão: entrevistas semiestruturadas e aplicação questionários aos moradores e lideranças comunitárias. Antes da finalização das perguntas, a equipe de pesquisadores realizou sete entrevistas de profundidade e duas idas a campo para observação direta do cotidiano. Esta etapa da pesquisa foi importante para captar as reclamações, denúncias e possíveis violações que não eram percebidas pelos moradores, servindo de base para a elaboração do questionário. Outros procedimentos metodológicos foram adotados, como o levantamento e análise de decretos do programa Cidade Integrada.

Buscando produzir uma pesquisa robusta e confiável, definiram um número de amostra de respondentes a partir da consideração dos dados populacionais do IBGE de 2010. Aqui destacam que apesar de defasado é o dado mais recente da população do Jacarezinho. Assim, calcularam que a amostra deveria ser entorno de 381 (trezentos e oitenta e um) entrevistados para manter o nível de confiança de 95%. Somado a isso, foi adotado o protocolo das pesquisas de opinião e de intenção de votos para reduzir os vieses da amostra. Ao que parece o rigor metodológico aqui foi ainda maior do que o das pesquisas anteriores, sobretudo a da dengue que teve parceria e essa dimensão foi ressaltada por Poema. Sendo assim, cabe dedicar-se ao que pode ter motivado uma necessidade maior de qualidade da pesquisa.

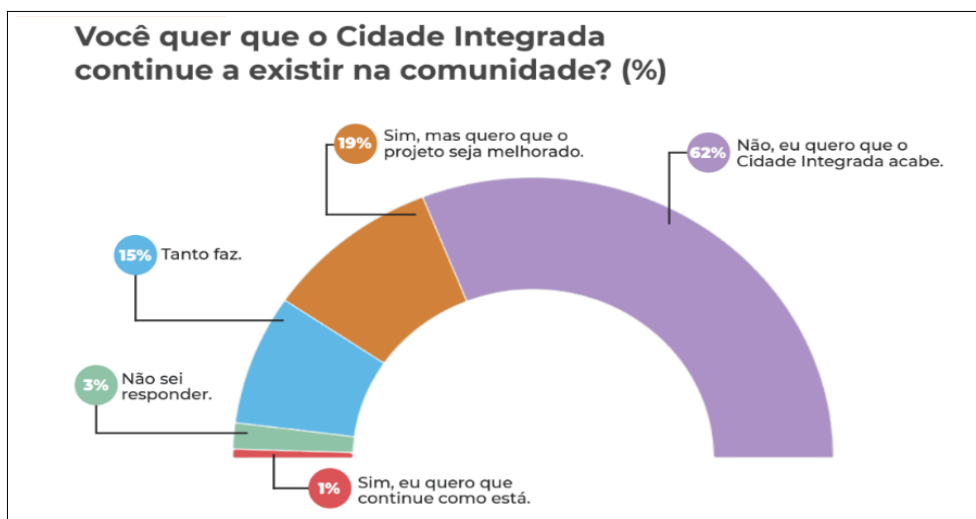
Acredito que existam duas razões principais. A primeira delas é que por ser um relatório produzido em conjunto com mais de uma organização a pesquisa como um todo é fortalecida, pois supõe-se que haverá mais pesquisadores dedicados a elaboração do relatório. Aqui vale



abrir um parênteses. O Observatório possui distintas frentes que são distribuídas entre os membros de cada entidade participante, são elas: 1) Acolhimento, recebimento de denúncias e atendimento; 2) Articulação, incidência (mídia e ações coletivas) e monitoramento de ações de moradia e econômicas; 3) Mobilização Territorial e Comunicação; 4) Produção de dados; e 5) Captação e Gestão de Recursos. Ou seja, trata-se de uma estrutura mais ampla e de extrema relevância para a comunidade. Por esse motivo também precisam que cada frente tenha solidez.

A segunda razão é que este relatório parece operar nos mesmos termos que Menezes, Magalhães e Silva (2021) entendem os painéis comunitários da Covid-19. Isso porque parecem operar uma disputa pela verdade sobre o programa Cidade Integrada e suas implicações. Ao disputarem por essa verdade, precisam demonstrar o rigor metodológico para garantir a confiabilidade na pesquisa e transacionar de uma posição de crítica militante para crítica fundamentada. Em abril deste ano, uma pesquisa do Datafolha<sup>57</sup> mostrou que 59% dos cariocas eram a favor deste projeto de segurança pública, mesmo não conhecendo-o. Em contrapartida, o primeiro gráfico do relatório do Observatório (Figura 15) mostra que 62% dos moradores querem que o programa acabe, indicando a alta rejeição de quem está no território. Ou seja, o relatório de avaliação do Cidade Integrada configura-se como um contra laudo.

**Figura 14** – Gráfico do relatório de avaliação do programa Cidade Integrada



Fonte: Observatório Cidade Integrada, 2022.

Ao fazer ver os relatos e o posicionamento dos moradores sobre o programa Cidade Integrada, o relatório também parece fazer ver que a realidade de quem está dentro do território

<sup>57</sup> Instituto independente de pesquisas de opinião do Grupo Folha, fundado em 1983 como departamento de pesquisa da Folha da Manhã.

não conta (quantitativa e qualitativamente). E assim como no caso dos painéis comunitários, o que (se) conta aqui irá delimitar a ação dessas organizações, dos próprios moradores e algumas agências estatais no sentido de incidir politicamente e garantir os direitos dos cidadãos. Na medida em que as violações são consolidadas, sistematizadas e trazidas a público, essas informações permitem desvelar a desinformação e, sobretudo, transparecer a violência policial como prática rotineira das políticas públicas de segurança nas favelas.

Por ter essa dimensão entende-se que os moradores não foram os únicos receptores dos dados, mas a população como um todo. O que pode explicar a escolha pelo formato do relatório textual, com gráficos meia-lua e tabelas. Algo mais próximo ao formato acadêmico. Ainda assim, o LabJaca compartilhou *cards* com alguns relatos dos moradores e alguns dados para em suas mídias sociais convidando aos seus seguidores a lerem o relatório completo. Mas não é só. Para a divulgação dos dados foi planejado um evento no Jacarezinho e a produção de faixas com resultados da pesquisa. Contudo, Poema discorre que devido a uma tensão local e para evitar um possível conflito cancelaram o evento de lançamento um dia antes da data prevista e tiveram que retirar as faixas. De todo modo, a pesquisa foi encaminhada através das mídias sociais das entidades participantes, por jornais e pela plataforma digital WikiFavelas.

**Figura 15** – Card da pesquisa de avaliação do Cidade Integrada



Fonte: Twitter LabJaca, 2022.

Apesar de ser uma pesquisa que não apresenta muitas características próprias do LabJaca como as anteriores, a intenção de analisá-la é mostrar que o grupo não se restringe somente a um modo de produzir ou de divulgar os dados. Bem como indicar que estão atuando em uma cadeia de práticas, mediações e conexões com os moradores e com outros grupos para produzir e circular conhecimento formando uma rede sociotécnica. Entre as organizações participantes estão o GENI-UFF, a Casa Fluminense, Rede Observatórios, o IDMJR, o Movimento Moleque e o NICA. Assim, parece ser possível inseri-los no que Vera Telles et al. (2020) compreendem como “epistemologia colaborativa” ou ainda como “epistemopolíticas”. Vide que se trata dessa mobilização de diferentes atores (especialistas, militantes, moradores) ativando saberes práticos de cada ator e circunstâncias cotidianas afetadas por diferentes regimes de urgência, neste caso em específico pela violência estatal.

### 3.2 Os efeitos da experiência periférica

A partir do material empírico, nesta seção demonstrarei dois efeitos da experiência periférica nos trabalhos desenvolvidos pelo LabJaca. De um lado, há o impacto positivo das iniciativas para com os moradores do Jacarezinho e de outro, impasses na própria elaboração dos dados. Ambos dimensionam e ajudam a ter uma compreensão mais ampla da “metodologia de cria”. O LabJaca possui algumas métricas de impacto de suas iniciativas no Jacarezinho. Uma é através das premiações e homenagens que recebem. Por exemplo, nas ações de conscientização da Covid-19, o projeto Jaca Contra o Corona recebeu o prêmio Carolina Maria de Jesus da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)<sup>58</sup>. Há também, como foi no caso do vídeo-relatório sobre os custos das operações, uma avaliação positiva através do número de compartilhamentos e interação pelas redes sociais do LabJaca e das redes de outros coletivos que compartilharam (Sousa, 2021b). Outro indicativo de impacto mais específico e não quantificável refere-se em como os moradores recebem e percebem as ações, o chamado “impacto indireto”. A título elucidativo, Bruno, em entrevista a Central Periférica, aponta que os moradores responderam positivamente ao Grafitaço, iniciativa do LabJaca, como pode-se observar no trecho abaixo:

A gente sabia que a recepção seria muito boa do pessoal jovem, das crianças, mas a quantidade de gente mais velha, senhoras e senhores com mais de 80 anos, paravam a

---

<sup>58</sup> Ver em: <https://sonsdaperifa.blogfolha.uol.com.br/2020/12/16/laboratorio-de-dados-criado-na-favela-do-jacarezinho-recebe-premio-da-comissao-de-direitos-humanos-da-alerj/>

gente e falavam “ah passa lá na minha casa depois, pode pintar lá na frente também”. Todo mundo queria que a gente pintasse todas as casas, virou um evento gigantesco. A gente esperava uma resposta mais conservadora, mais afastada. Mas todo mundo só queria se sentir abraçado e acolhido. Acho que o grafite foi de extrema importância pra favela naquele momento: foi um respiro, um sopro de autoestima que o pessoal precisava.

Nesta angulação, é possível observar que a experiência periférica, melhor dizendo, a “metodologia de cria” oferece um conhecimento que é acolhido pelos moradores de diferentes formas. Além disso, percebe-se que não está restrito somente as pesquisas, mas também as ações diretas do LabJaca. No caso específico das pesquisas, esse conhecimento é formado a partir do acúmulo da vida acadêmica e ao mesmo tempo da experiência de cria. O entrelaçamento entre esses dois espaços, distintos em sua essência e historicamente tensionados, garante que o conhecimento chegue até a comunidade a partir das experiências periféricas. Ou seja, a partir de grafite, *cards*, painéis, faixas e até mesmo pela ação direta com rodas de conversa. Como supracitado no segundo capítulo, levar os dados para os moradores é uma das missões do LabJaca. Fazer com que se apropriem deste conhecimento é fundamental não só para o trabalho do grupo, mas como forma de mobilizar social e politicamente a favela. Importante dizer que isto não significa que todos os moradores recebem ou mesmo ficam sabendo dessas iniciativas. Deve ser levado em conta que quanto mais extensa a favela, menor será a socialização da informação sobre as iniciativas e os grupos (Oliveira et al., 1993). De maneira geral, “[e]mbora as iniciativas sejam bem aceitas, nem todos os trabalhos comunitários [...] são conhecidos por todos os moradores, muitos são percebidos apenas pelos beneficiários dos serviços” (ibidem).

Outra dimensão está nos impasses que acabam surgindo no desenrolar das pesquisas. Pedro Paulo revela que houve certas dificuldades no processo de elaboração dos dados. Na pesquisa das operações policiais, eles queriam obter informações do custo de combustíveis de veículos blindados e de munições, mas como esses dados não são disponibilizados pelos órgãos oficiais solicitaram por meio da Lei de Acesso à Informação<sup>59</sup>. Como resposta, a Polícia Civil do Rio de Janeiro negou o pedido informando que se tratava de um dado sigiloso, com prazo de restrição de 5 anos. Devido a isso não foi possível incluir no relatório tais aspectos.

No caso da pesquisa da dengue, os pesquisadores do LabJaca queriam dados sobre a contenção de enchentes no Rio, uma vez que os focos de dengue são mais comuns no verão, quando ocorrem mais chuvas e, conseqüentemente, mais água parada. Apesar de terem

---

<sup>59</sup> Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, Planalto.

encontrado no Portal da Transparência, os dados eram “complicados de compreender a menos que você tenha um conhecimento específico de economia administrativa, que eu não tenho”. Pedro Paulo resume sua fala a respeito das dificuldades de fazer pesquisa com dados governamentais: “você acha, mas é complicado de decifrar”. Importante dizer que esses entraves não são uma singularidade do LabJaca, todos os pesquisadores, moradores de favelas ou não, compartilham essas experiências. E não se trata de um entrave contemporâneo, como afirma Nelson Senra:

[...] utilizar os registros administrativos, derivando-lhes estatísticas, não foi e não é uma tarefa simples. Ainda hoje, com o avanço da microinformática, e com a formação das conexões em grandes redes, que facilitam seus preparos e seus manuseios, continua difícil usá-los. No passado, até pouco tempo, feitos em papel, e estando essencialmente descentralizados, por sua função mesma, as dificuldades eram gigantescas. Cada tema exigia atenção diferente; conjuntos especiais de tabelas deviam ser pensadas; orientações de realização deviam ser pensadas e passadas; controles diuturnos deviam ser feitos. E não era muito diferente no que tange aos censos, pese a vantagem da centralização, que facilitava algumas etapas-chaves; sempre dispendiosos e demasiado demorados, exigiam métodos não raro inexistentes ou insuficientes (Senra, 2005: 87).

Mas uma particularidade do LabJaca e de outras Instituições periféricas é que precisam de um trabalho maior no processo de pesquisa. Como visto no segundo capítulo e indicado ao longo deste, a apuração da pesquisa necessita passar por uma apuração mais rigorosa. Para Pedro Paulo isso acontece porque há uma “marginalização enorme dessa população [periférica] enquanto um sujeito que produz conhecimento, que produz saber o tempo inteiro”. Ao que parece, mesmo após a desmistificação da marginalidade e da massa crítica estabelecida na literatura sobre as favelas ainda prevalecem certos resquícios e estigmas, sobretudo, no senso comum, que impede qualquer chancela científica aos números gerados por eles.

Ao serem limitados de tal forma, sua imagem de atrasado, de ignorante, de não-educado, de desinteressado e a própria imagem da favela enquanto espaço de falta e de carência é reificada e atualizada. Trata-se, então, de uma dupla disputa no espaço público: uma por como são representados e outra pelo direito de (se) contar. Ambas se retroalimentam. Na medida em que lhes é negado o direito de produzir seus próprios dados, reforça o desconhecimento e o apagamento de realidades (no plural) e de narrativas, impedindo a desconstrução das imagens negativas atribuídas aos moradores de favelas até os dias atuais. Oportuno dizer que esses rótulos “persistem não por esnobismo, moralismo ou etnocentrismo, mas porque preenchem à função ideológico-política de preservar a ordem social que os gerou” (Perlman, 1977). Assim, não é tão difícil imaginar o quão disputável é quantificar as favelas.

Nesta seção busquei ressaltar que a experiência periférica por um lado se configura como de extrema importância para horizontalizar o conhecimento sobre as favelas e as temáticas que atravessam esse território e seus habitantes. Tendo em vista que ela é orientada e direcionada para a favela. Por outro, limita (ainda que não definitivamente) a produção desses saberes pelo fato de que esses dados vêm acompanhados de uma marca: a de terem sido produzidos por favelados. Sendo assim, a possibilidade de questioná-los é uma constante.

### 3.3 O LabJaca como um método

A gente entrou numa de pensar quem a gente não quer ser, sabe, como instituição e aí [...] a gente tem muito nítido que a gente não quer ser [...] aquelas instituições e pessoas que acabam sendo conservadoras na sua forma de fazer. Isso tem a ver com ser apegado a uma forma como você produz em algum momento e não querer abrir mão disso. E aí a gente não quer se localizar nessa posição né, não quer que seja Poema fazendo pesquisa para sempre no LabJaca ou Pedro ou fulano. Que não seja os indivíduos, que seja... por isso a gente tem essa preocupação de consolidar um método e que o LabJaca seja um método. Não sejam essas pessoas, que sejam pessoas com trajetórias parecidas com as nossas [...] não dá para esvaziar esse lugar porque, como estava te falando, isso é uma lente que é fundamental do que a gente tá produzindo. (Trecho de entrevista com Poema)

Minha projeção é do LabJaca ser um método. Não ser a gente, não ser do Rio de Janeiro, não ser do Jacarezinho. Ser uma forma de pautar política que passe pela produção de dados e uma forma de democratizar essa produção e que, inclusive, produza esse interesse de estar envolvido nisso, de entender, questionar e produzir. Enfim, de criar esse movimento que não vai ser só das pessoas que fazem que tão conectadas diretamente com esse método, mas também que sejam uma espécie de pávio sabe para todo mundo tá ligado assim no que isso significa... qual a relevância de ter um censo sabe. Parte do que a gente produz também está nesse lugar né, de circular essa informação. (Trecho de entrevista com Poema)

Poema expõe em sua fala um novo enquadramento do LabJaca. A pesquisadora traz essa reflexão após perguntá-la como ela imagina o futuro do LabJaca, trata-se então de uma projeção de médio e longo prazo. No entanto, isso já demonstra como os membros pensam na formação de uma identidade própria da organização que não dependa exclusivamente de um indivíduo para representá-la. A todo momento essa dimensão é acionada, mas de distintas maneiras e com outras palavras. No segundo capítulo, ao mostrar o Jacarezinho como ponto de partida e do sonho ambicioso de um “Lab América Latina” é possível observar o desejo de gerar impacto e incentivar a criação de outras iniciativas semelhantes.

Para isso, é preciso que a lente da “metodologia de cria” seja incorporada. Sem ela é inviável replicar a forma como estão produzindo e divulgando os dados. Dito de outra forma, os futuros núcleos de pesquisa que desejam seguir o modo como o LabJaca produz precisam

necessariamente compartilhar a experiência de ser periférico. Isso porque é essa experiência aliada a experiência acadêmica que os diferencia dos demais e configura-se como uma ferramenta robusta para horizontalizar o conhecimento. O fazer do LabJaca está intrinsecamente relacionada com essa lente. Além disso, não se trata somente de um método de pesquisa. Conforme Poema sublinha em sua fala, caracteriza-o como uma forma de mobilização política da periferia a partir da produção de dados. Nesse sentido, trata-se também do modo como atuam para pautar políticas públicas.

Para compreender esse novo enquadramento, recupero a análise microsociológica de Erving Goffman (1974) sobre o *frame*. Goffman desenvolve essa noção a partir da ideia batesoniana<sup>60</sup> de *enquandre* e a partir da “definição da situação” – conceito desenvolvido pela Escola de Chicago. Nessa trilha teórica, o autor define *frame* (quadro ou enquadramento) ao modo como um indivíduo, em uma dada situação, se mobiliza para defini-la. Tal enquadramento orientará suas atividades e será incorporado à experiência social. De modo mais abrangente, o enquadramento seria como determinado indivíduo ou coletivo define um objeto, um sentimento, uma situação. A partir dessa definição, suas ações e posicionamentos serão conformados para cada quadro. Além disso, levando em consideração que situações distintas podem coexistir, Goffman também sublinha a possibilidade de existir sobreposição desses enquadramentos.

No caso do LabJaca, como é possível observar, diferentes enquadramentos são sobrepostos determinando como ele pode ser interpretado externamente. Separo aqui três enquadramentos, a saber: laboratório de dados, movimento social e método. Como ao longo do segundo capítulo os dois primeiros enquadramentos foram evidenciados de distintas formas, retomá-los-ei aqui de modo mais preciso e comparativo. Quando se pensa o LabJaca enquanto um laboratório de dados fala-se a respeito das temáticas das pesquisas, as metodologias e o perfil dos pesquisadores. Também se questiona sobre as categorizações, as contagens, os recortes e como os dados são divulgados. Nesse sentido, o interesse é acerca dos aspectos técnicos e práticos da produção de dados nas favelas. Já o LabJaca como movimento social, recupera-se as dimensões políticas e sociais do grupo. Aqui interessa saber quais repertórios são acionados, quais são as ações coletivas e as redes de colaboração que são desenvolvidas. Termos como luta e emancipação são recuperados neste enquadramento.

---

<sup>60</sup> A noção de enquadramento foi elaborada originalmente por Gregory Bateson a partir de suas reflexões no campo da psicologia, com estudos sobre a interação de animais (como lontras e macacos) num zoológico de São Francisco (Mendonça; Simões, 2012).

Por fim, o LabJaca como um método se trata de compreendê-lo como uma ferramenta metodológica a ser incorporada por outras iniciativas. Ou seja, aqui não se trata meramente de quais dados e de quais repertórios de ação serão assumidos. Mas sim a lente pela qual serão assumidos, produzidos e disseminados. Ao entendê-lo dessa forma, descentraliza a figura do indivíduo e centraliza a importância na experiência como um todo, no modelo da produção de saber e de agir politicamente que é pautado pela experiência periférica e acadêmica. Além disso, é uma forma de disputar enquadramentos realizados em torno das imagens do LabJaca, mas também em torno da própria imagem da favela. Vide que desvela a multiplicidade de ambos para além da vida associativa e da especificidade de uma situação temporal. Oportuno dizer que não se trata de definições excludentes, as três podem ser sobrepostas. Além disso, percebe-se que há possibilidade de suas dimensões serem atravessadas umas pelas outras tendo em vista que muitas ações são comuns. Costurado a isso, a “metodologia de cria” está intrínseca a toda essa estrutura. Assim, entender o LabJaca como método pressupõe replicá-lo como um laboratório de dados e como movimento social.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação busquei demonstrar como a produção de dados sobre as favelas é constituída, atravessada e mobilizada por diferentes atores e aspectos ao longo de mais de um século. Com isso, foi possível construir um caminho metodológico para compreender as particularidades de quando os crias (se) contam. A construção desse caminho foi importante visto que as características acionadas criticamente pelas instituições periféricas estão presentes desde o início da produção de números sobre estes espaços. Neste sentido, ao recuperá-las é possível identificar a necessidade de dados alternativos. Tomando o LabJaca como foco de análise isso ficou aparente.

A partir da cronologia da produção dados, trabalhada no Capítulo 1, percebe-se que boa parte das estimativas preliminares e até mesmo no início da produção oficial dos dados pelos órgãos estatais, os números eram acompanhados de comentários racistas e discursos de juízo de valor sobre as favelas e seus habitantes. Costurado a isso, havia imprecisão dos dados em parte devido à falta de consenso do que seria uma favela. Por essa razão supõe-se que certas realidades das favelas ficaram invisíveis, distantes e ausentes do debate público. Estou certa de que o leitor perdoará minha repetição: aqui que não se trata de rejeitar os dados produzidos pelos atores externos, mas sim de qualificá-los. Ademais, o recorte de minha análise trouxe apenas algumas características em comum dessas produções.

No primeiro capítulo vimos também que a necessidade de contar esses espaços se deram de maneiras distintas. O conhecimento através das estatísticas serviu inicialmente para denunciar, criminalizar, controlar, administrar ou solucionar o “problema da favela”. Sem dúvidas, isto contribuiu tanto para os comentários quanto para os vieses presentes nos recenseamentos e pesquisas. Isso começa a mudar a partir de 1960, com uma virada determinante em 1999 com o início do primeiro autorrecenseamento da favela no Complexo da Maré. O objetivo passa a ser não mais para reforçar aspectos negativos, mas evidenciar outras realidades da favela para que assim as organizações periféricas e os próprios moradores consigam pautar políticas públicas condizentes.

Em diálogo com o Capítulo 1 e 2, observa-se que o principal ponto de inflexão nesse cenário é que os dados produzidos a partir das favelas possuem o audiovisual e a linguagem acessível como carro-chefe. Tendo em vista que os atores internos assumem o compromisso de

comunicar e divulgar os dados de forma contra-hegemônica. Mas não é só. A diferença também está no direcionamento do público-alvo. Enquanto os primeiros voltam suas produções para gestores públicos, os grupos das favelas destinam-se para os próprios moradores. Outra divergência está em como entendem os habitantes desses espaços. De um lado os favelados são considerados apenas como objetos de pesquisa, de outro, são entendidos como sujeitos e receptores do conhecimento próprio. Como vimos isso se dá, sobretudo, devido a lente pela qual a produção de dados *nas* favelas é orientada. Essa lente é designada como “metodologia de cria” pelos membros do LabJaca.

Dediquei o capítulo 3 para analisar mais atentamente essa categoria e como ela se dá na prática. Com base na fala de um dos pesquisadores em entrevista, essa metodologia diz respeito a uma lente indissociável da produção de dados alternativos vindo das favelas. Trata-se do acúmulo da experiência acadêmica, já que todos os membros passaram ou ainda estão em universidades, com a experiência da vida pessoal, da experiência de ser cria de favela ou periferia. Neste sentido, suas ações tanto práticas como de pesquisa e elaboração de dados são mobilizadas a partir dessa lente. Entretanto, a experiência periférica de certa forma implica em uma limitação da produção dos dados. Por terem sido produzidos por favelados há possibilidade de que sejam amplamente questionados ou rejeitados. Devido a isso, a apuração dos dados e a preocupação com o rigor metodológico é uma constante para o LabJaca.

Por fim, vale dizer que as próprias diferenças demonstram a busca por um deslocamento das representações e imagens negativas que foram historicamente atribuídas aos habitantes das favelas e periferias. Mas também a busca pelo direito de ser científico, de ser um sujeito de conhecimento. Se no século XX falava-se quase exclusivamente da disputa pelo espaço urbano, com as políticas de remoções, hoje a produção de dados em favelas parece evidenciar uma outra: a disputa pelo direito de (se) contar e narrar a própria história e demandas. Nesse sentido, o ato de quantificar *nas* favelas não envolve somente técnica de pesquisa e elaboração de dados qualitativos ou quantitativos. Trata-se também de uma mobilização política dos atores periféricos. Ainda, o ato de quantificar amplia o campo da prática social e política das organizações periféricas na medida em que se soma a outros repertórios de ação. Como observado nos eixos de atuação do LabJaca, é possível que sejam diferentes repertórios combinados a produção cidadã de dados, como a produção de narrativa, comunicação comunitária e formação.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro (2003). **Mercado para imóveis de uso comercial em favelas**: estudo piloto no Jacarezinho. Coleção Estudos Cariocas. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. p. 1-33.
- ABREU, Maurício de Almeida (1994). **Reconstruindo uma história esquecida**: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Espaço & debates, v. 37, p. 34-46.
- ALMEIDA, Rafael Gonçalves de (2016). **Favelas do Rio de Janeiro**: A geografia histórica da invenção de um espaço. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro. p. 1-25.
- ALONSO, William; STARR, Paul (1983). **The politics of numbers**. New York, Russel Sage Foundation, p. 7-58.
- ALVITO, Marcos, ZALUAR, Alba (2006 [1998]). **Um século de favela**. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ARAÚJO, Fábio; MALLART, Fábio; GAUDENZI, Paula (2020). **Contextualizar o desmonte é essencial**. In: SANTORO, P.; RONIK, R. (coord.). LabCidade, São Paulo, 7 jul. 2020. [Consult. 20set.2022]. Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/contextualizar-o-desmonte-e-essencial/>.
- BESSON, Jean-Louis (1995). **As estatísticas**: verdadeiras ou falsas? In: BESSON, Jean-Louis (org.). A ilusão das estatísticas. São Paulo: Unesp, 1995. p. 25-67.
- BRITO, Leonardo (2018). **Terreno de antiga fábrica da GE está abandonado e empresa será processada pela Prefeitura - Eu, Rio!** [Consult. 10nov.2022]. Disponível em <https://eurio.com.br/noticia/2774/terreno-de-antiga-fabrica-da-ge-esta-abandonado-e-empresa-sera-processada-pela-prefeitura.html>
- BRUM, Alan; MOTTA, Eugenia; BENETTI, Pablo; MATIOLLI, Thiago (2017). **Complexo do Alemão**: uma bibliografia comentada. CEPEDOCA, Rio de Janeiro.
- BRUM, Mário (2005) **“Despertar e Incentivar!”**: A Pastoral de favelas e o movimento comunitário de favelas cariocas na redemocratização. In.: Revista Cantareira, Vol, 2, Número 3, Ano 3.
- BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien (orgs.). (2014), Statactivisme: Comment Lutter avec des Nombres. Paris, La Découverte.
- BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; VITALE, Tommaso. (2014), “Statactivisme: Forms of Action between Disclosure and Affirmation”, Partecipazione e Conflitto, v. 7, n. 2, pp. 198-220.

CAMARGO, Alexandre de Paiva (2016). A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. (Introdução e Capítulo 1).

CAMARGO, Alexandre de Paiva (2022), Estado, quantificação e agência: uma análise genealógica. Dados, Rio de Janeiro, vol. 65, n. 3, pp. 1-39.

CERQUEIRA, Daniel; RODRIGUES, Robson (2021). A cloroquina da segurança. O Globo, 16/05/2021. [Consult. 02set.2022]. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaopost/cloroquina-da-seguranca.html>

COSTA, Valéria Grace (1992). Expansão e quantificação de favelas no município do Rio de Janeiro nas últimas duas décadas. IPPUR/UFRJ.

COSTA, Valéria Grace (1996). Rediscutindo o espaço-favela: sobre a operacionalização da pesquisa em favelas – o caso do Município do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, v. 58, n. 1/4, p. 25-36.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. (2013), A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo (2021). Notas sobre uma pesquisa engajada na necessidade de reinvenção das periferias. In. Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas / organização Tiajaru Pablo D'Andrea. São Paulo: Editora Dandara, Centro de Estudos Periféricos, 2021.

DESROSIÈRES, Alain (2010). Les crises économiques et statistiques, de 1880 à 2010, Paris Tech Review. [Consult. 07set.2022]. Disponível em: <http://www.parisinnovationreview.com/article/les-crisis-economiques-et-les-statistiques-de-1880-a-2010>

DICIONÁRIO MARIELE FRANCO (2022). Wikifavelas: o presente do futuro dos jovens periféricos. Blog Outras palavras. [Consult. 11out.2022]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/wikifavelas-o-presente-do-futuro-dos-jovens-perifericos/#:~:text=Nascido%20e%20produzido%20por%20jovens,favelas%20e%20periferias%20do%20estado.>

DIDIER, Emmanuel; BRUNO, Isabelle (2021), O “estatativismo” como uso militante da quantificação. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 56, p. 82-109.

ESPELAND, Wendy N.; STEVENS, Mitchell L. (2008), “A Sociology of Quantification”. European Journal of Sociology, vol. 49, p. 401-436.

- FREIRE, L. Subnotificação e negacionismo: o que conta como real em uma (in)visível pandemia (2020). *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, São Paulo, n. 34. [Consult. 07out.2022]. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2348-boletim-n-34-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>
- FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma (2020). Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, pp. 267-280.
- FORTUNA, Afonso & FORTUNA, João Paulo. Associativismo nas favelas. *Revista de Administração Pública*, v.8, n° 4, Rio de Janeiro, out/dez 1974. pp. 103-113
- GABRIEL, Rumba (2020). Jacarezinho também tem história. Portal Favelas, Rio de Janeiro. [Consult. 10nov.2022]. Disponível em <https://www.portalfavelas.com/single-post/jacarezinho-tamb%C3%A9m-tem-hist%C3%B3ria>
- GOHN, Maria da Glória (2010). Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 46, núm. 1, janeiro-abril, 2010, pp. 10-17.
- GONÇALVES, Rafael Soares (2020). Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. *ANAI DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série*, vol. 28, p. 1-30.
- GOFFMAN, Erving (1974). *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*. Harmondsworth, Penguin Books. Capítulo 1.
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1953). As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 250- 278, jul.-set.
- HACKING, Ian. (1982), “Biopower and the Avalanche of Printed Numbers”. *Humanities in Society*, n. 5, pp. 279-295.
- HACKING, Ian (1991), “How should we do the history of statistics”. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER Peter (eds.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 181-195.
- HIRATA, Daniel; GRILLO, Carolina; DIRK, Renato (2021), Operações Policiais no Rio de Janeiro (2006-2020): Da lacuna estatística ao ativismo de dados. *Runa*, vol. 42, n. 1, pp. 65-82.
- IBGE. Censo demográfico de 1960. Favelas do Estado da Guanabara VII recenseamento geral do Brasil (Série Especial, v. IV). Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- HOOKS, Bell (2019 [1989]). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Catia Maringolo. Editora Elefante, São Paulo. Capítulo 1 e 6.
- IGNÁCIO, Jocelene de Assis (2013). “Doutores”, mas “não-cidadãos”? Trajetórias de vida de egressos do ensino superior, moradores da favela do Jacarezinho, Rio de Janeiro, de 2000 a 2009. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Capítulo 3, p. 83-109.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Censo Demográfico de 2010. Aglomerados subnormais, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE.
- KILOMBA, Grada (2019 [2008]). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó. Introdução.
- LABJACA (2021). Chacina do Jacarezinho: Nota metodológica sobre os custos das operações. [Consult. 02.set.2022]. Disponível em <https://www.labjaca.com/posts/chacina-do-jacarezinho-nota-metodologica-sobre-os-custos-das-operacoes>
- LABJACA (2022). Boletim: Dengue no Jacarezinho 2022. [Consult.28jul.2022] Disponível em <https://www.labjaca.com/posts/boletim-dengue-no-jacarezinho-2022>
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth (1978). Favelas e Comunidade Política: a continuidade da estrutura de controle social. In. LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth (orgs.) Sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1978.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (2010). Violência urbana, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, UFBA, v. 23, n. 59, p. 283-300.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (2012). A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje. In. MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.] (2012). Favelas cariocas: ontem e hoje. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES, Alexandre (2020). As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 8, p. 79-85.
- MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima (2016). Notas sobre o surgimento do bairro do Complexo do Alemão. In. RODRIGUES, Rute Imanishi orgs. (2016). Vida social e política nas favelas: pesquisa de campo no Complexo do Alemão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Rio de Janeiro.
- MEIJER, Albert; POTJER, Suzanne (2018). Citizen-generated open data: a public governance perspective. Government Information Quarterly, v. 34, ed. 3, p. 613-621.
- MENEZES, Palloma Valle; MAGALHÃES, Alexandre Almeida de; SILVA, Caíque Azael Ferreira (2021). Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas. Horizontes Antropológicos [online], Porto Alegre, ano 27, n. 59, pp. 109-128.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães (2012). Enquadramento: diferenças operacionalizações analíticas de um conceito. RBCS vol 27, n 79, pp. 187-201.
- MOTTA, Eugênia (2019), Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. MANA, vol. 25, n. 1, pp. 72-94.

NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz (2007). O Programa Criança Petrobras na Maré em oito escolas públicas do maior conjunto de favelas do Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Capítulo 3, p. 51-64.

O ESTADO DE S. PAULO (1960). A Favela é a consequência de uma situação. São Paulo, 10 de abril de 1960. Acervo O Estado de S. Paulo.

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA (2022). Relatório de Pesquisa: Avaliação do Programa Cidade Integrada no bairro do Jacarezinho. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA; Anazir Maria de Oliveira et al. (1993). Favelas e as organizações comunitárias. Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Bento Rubião”. Editora Vozes, Petrópolis.

PAULINO, Paulo Roberto (2021). Vozes resistentes: a sustentabilidade financeira dos coletivos de comunicação popular. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Introdução, p. 9-16.

PEREZ, Olívia Cristina; FILHO, Alberto Luís Araújo Silva (2017). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, Vol. 11, no 1, pp. 255-294.

PERLMAN, Janice (1977). O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PIOVESAN, Federico (2015). STATISTICAL PERSPECTIVES ON CITIZEN GENERATED DATA. *DataShift*, civicus.org, [http://civicus.org/thedatashift/wp-content/uploads/2015/07/statistical-perspectives-on-cgd\\_web\\_single-page.pdf](http://civicus.org/thedatashift/wp-content/uploads/2015/07/statistical-perspectives-on-cgd_web_single-page.pdf)

PREFEITURA do Distrito Federal. Censo das favelas. Aspectos gerais. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

REDES DA MARÉ (2019). Censo Populacional da Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré.

RIOS, José Arthur (1936). Favelas. *Arquitetura IAB*, v. 2, n. 6, p. 19-24.

RIOS, José Arthur (2012). Aspectos Humanos das Favelas Cariocas - 50 anos: uma avaliação. In. MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.] (2012). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro.

ROSE, Nikolas (1991). Governing by numbers: figuring out democracy. *Accounting, Organization and Society*, vol. 16, no 7, pp. 673-692.

SENRA, Nelson (2005). O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Rio de Janeiro.

SENRA, Nelson (2008). Pesquisa histórica das estatísticas: temas e fontes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.411-425, abr.-jun.

SILVA, Nelson do Valle; BARBOSA, Maria Ligia (2006). População e estatísticas vitais. In. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2006). Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, RJ.

SILVA, Jailson de Souza (2009). O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

SILVA, Jailson de Souza; ANSEL, Thiago Araujo (2012). Mídia e favela: comunicação e democracia nas favelas e espaços populares. Observatório de Favelas, Rio de Janeiro.

SOUSA, Bruno; NASCIMENTO, Thiago (2021). Como Anda a luz no Jacarezinho? LabJaca, Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.labjaca.com/posts/como-anda-a-luz-no-jacarezinho>

SOUSA, Bruno (2021a). ‘A defasagem de dados na favela mantém estrutura que nos silencia’. Rede de Observatórios da Segurança. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, CESeC.

SOUSA, Bruno (2021b). LABJACA: Comunicação retrata a realidade de comunidades e suas demandas. [Entrevista concedida a Gabriele Koga e Maria Vitória Faria]. Central Periférica, São Paulo, 27 nov. 2021.

STARR, Paul (1983), “The sociology of official statistics”. In: ALONSO, William; STARR, Paul (Ed.). The politics of numbers. New York, Russel Sage Foundation, p. 7-58.

TELLES, Vera et al. (2020). (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. Dilemas, Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Seção especial Reflexões na Pandemia. [Consult. 11nov2022]. Disponível em <https://www.reexpandemia.org/texto-59>.

TILLY, Charles (2008). Contentious performances. Cambridge: Cambridge University Press. Capítulo 1.

VALLA, Victor Vincent (1985). Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. Cadernos de Saúde Pública, v. 1, n. 3, p. 282-296.

VALLADARES, Licia (2000). A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, p. 5-34.

VALLADARES, Licia do Prado; MEDEIROS, Lidia (2003). Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906-200: uma bibliografia analítica. FAPERJ, URBANDATA.

VALLADARES, Licia do Prado (2005). A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 204p.



VALLADARES, Licia do Prado (2012). A descoberta do trabalho de campo em “Aspectos Humanos da Favela Carioca”. In. MELLO, Marco Antônio da Silva [et al.] (2012). Favelas cariocas: ontem e hoje. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro.

VENTURA, Magda Maria (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Revista SOCERJ. vol. 20, n. 5, 383-386.

VIANA, RACHEL (2019). Encontros etnográficos e antropologia em rede: a favela do Jacarezinho e a pesquisa de Anthony e Elizabeth Leeds na década de 1960. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Capítulo 3, p. 164 – 203.

ZIBECHI, Raúl (2020) Movimentos sociais na América Latina: O “mundo outro” em movimento. Rio de Janeiro: Consequência.

**ANEXO A – Quadro comparativo dos levantamentos censitários das favelas**

<b>Levantamento</b>	<b>Classificação</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Instituição/ator responsável</b>	<b>Tipo da instituição</b>	<b>Solicitada por</b>	<b>Novidade metodológica/analítica</b>	<b>Informações apresentadas</b>	<b>Locais</b>
Gazetilha	Estimativa preliminar	1901	Correio da Manhã	Imprensa			Número da população e de "casebres"	Morro do Pasmado
Recenseamento do Rio de Janeiro	Estimativa preliminar	1906	Oficina da Estatística	Prefeitura Municipal	Prefeito Francisco Pereira Passos		Sexo, a idade (números de anos completos), o estado civil (casado, solteiro ou viúvo), a nacionalidade, a profissão e se “sabe ler ou escrever”	Morro da Providência, de Santo Antônio, do Pasmado e Praia do Pinto
Recenseamento Nacional	Estimativa preliminar	1920	Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio	Governo federal		Máquinas eletrônicas para apuração	Número de domicílios	Morros Dona Marta, de São Carlos, do Salgueiro, Arrelia, Cantagalo, Babilônia e São João
Estatística Predial do Distrito Federal	Estimativa preliminar	1933	Departamento de Estatística e Publicidade	Governo federal			Número de domicílios e de casas de negócios	Morro da Favella (Providência) e do Salgueiro
Anuário Estatístico do Distrito Federal	Estimativa preliminar	1938	IBGE e Diretoria de Estatística Municipal	Governo federal e Municipal			Situação física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política	Morro da Providência, Pinto, São Diogo, Conceição, Formiga, São Bento, Caixa D’água, Dendê etc.

"Esboço de um plano para o estudo e solução do problema das favelas no Rio de Janeiro"	Estudos mais sistemáticos	1940	Médico sanitário Victor Tavares de Moura		Secretário Geral de Saúde do Governo Henrique Dodsworth		Número casas, habitantes, mapa dos terrenos e status da ocupação	Não encontrado
"Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela"	Estudos mais sistemáticos	1942	Assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva	Instituto Social (atual Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)		Estudo de caso	Classificação geográfica das favelas e por situação dos barracos (bons, maus e péssimos)	Largo da Memória
"Favelas do Distrito Federal"	Estudos mais sistemáticos	1943	Médico sanitário Victor Tavares de Moura			Pesquisa de campo	Nome da favela, endereço, nível de educação, idade, sexo, escolaridade das crianças, entre outros	Não encontrado (14 favelas)
Relatório da Fundação Leão XIII	Estudos mais sistemáticos	1947	Fundação Leão XIII	Igreja Católica	Igreja e administração municipal		Sexo, idade, renda, problemas domésticos, saúde, nível educacional, origem da família, média de família por domicílio, tipo de alimentação, poder aquisitivo, níveis de salário, situação do domicílio	Jacarezinho e Morro de São Carlos
Censo das Favelas - Aspectos Gerais	Produção oficial	1949	Departamento de Geografia e Estatística	Prefeitura Municipal		Cartão com as inscrições DGE para identificar as casas recenseadas	Número de favelas, composição dos habitantes segundo o sexo, idade, cor, naturalidade, alfabetização, estado civil, distribuição dos salários, atividades declaradas, composição moradias, entre outros.	Inácio Dias, Congonha, Pretos Forros, Abatira, Araújo Leitão, São João, Maria Luíza, Jacarezinho, Francisca Méier, Coelho Neto etc.

As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950	Produção oficial	1950	IBGE	Governo federal		Definição dos critérios da categoria favela e separação dos dados das favelas do resto da cidade	Número de favelas, existência ou não de melhoramentos públicos, a composição da população por sexo, idade, cor, estado conjugal, grau de instrução, religião, ramos de atividades, taxa de analfabetismo e naturalidade	Morro do Santo Antônio, do Escondidinho, dos Prazeres, Marquês de Abrantes, Nova Cintra, do Chico, da Fazendinha, Santa Marta, Pasmado, de São João, Querosene, Sacopan, Parque Proletário da Gávea, Praia do Pinto etc.
Aspectos Humanos da Favela Carioca	Produção oficial	1960	SAGMACS	Instituição de urbanismo privada	O Estado de S. Paulo (jornal)	Combina análise qualitativa com quantitativa	Características gerais, origem das favelas, nível sanitário, medicina popular, instrução, vida na favela, formas de solidariedade, recreação, delinquência, vida religiosa, urbanização, demagogia na favela	Morro do Telegráfo, do Esqueleto, São Carlos, do Querosene, Jacarezinho, Vila do Vintém, Parada de Lucas, Morro da Providência, Rocinha, Escondidinho, Praia do Pinto, Cantagalo e Parque da Gávea
Censo Demográfico	Produção oficial	1960	IBGE	Governo federal		Elaboração de cartogramas em vez de cadastros prediais	Número de moradores, condição de ocupação, aluguel mensal, foram de abastecimento de água, instalações sanitárias, combustível utilizado no fogão, número de cômodos, de dormitórios e existência de iluminação elétrica, rádio, geladeira e televisão	Morro da Saudade, de São João, do Pavão, do Cantagalo, da Catacumba, da Babilônia, Sossego, Monte Carlo, Praia do Pinto, Morro do Chapéu Mangueira, Jardim Vidigal, Morro da Rocinha, Manguinhos, Maré etc.

Censo Demográfico	Produção oficial	1970	IBGE	Governo federal	Inserção da categoria “aglomerados urbanos excepcionais”	População residente, sexo, situação de domicílio, área, densidade demográfica	Não encontrado
Censo Demográfico	Produção oficial	1980	IBGE	Governo federal	Mudança de categoria para “aglomerados especiais urbanos” e criação da “cota 20”	População total, situação do domicílio, idade, religião, cor, estado conjugal, migrações, nacionalidade, naturalidade, alfabetização, anos de estudo, ocupação etc.	Não encontrado (191 favelas)
Cadastro das Favelas do Rio de Janeiro	Produção oficial	1983	Iplanrio (atual Instituto Pereira Passos)	Governo municipal	Não estipula proporções mínimas para classificar as favelas e não juntou em um só unidade	Número de favelas e de habitantes	Não encontrado (377 favelas)
Censo Demográfico	Produção oficial	1991	IBGE	Governo federal	Inserção do termo “aglomerado subnormal”	População, sexo, idade, situação do domicílio, rendimento, número de cômodos etc.	Não encontrado

"Quem somos, quantos somos, o que fazemos"	Autorrecenseamento	2000	CEASM	Organização Não Governamental	Morador como sujeito e receptor de conhecimento	Educação, Arte e Cultura, Memórias e Identidades, Desenvolvimento Territorial e Segurança Pública e Acesso à Justiça	Complexo da Maré
Censo Populacional da Maré	Autorrecenseamento	2010	Redes da Maré e Observatório de Favelas	Instituição da sociedade civil	Atualização dos mapas cartográficos	Educação, Arte e Cultura, Memórias e Identidades, Desenvolvimento Territorial e Segurança Pública e Acesso à Justiça	Complexo da Maré
Censo Populacional da Maré	Autorrecenseamento	2019	Redes da Maré e Observatório de Favelas	Instituição da sociedade civil	Criação do Guia de Ruas	Educação, Arte e Cultura, Memórias e Identidades, Desenvolvimento Territorial e Segurança Pública e Acesso à Justiça	Complexo da Maré

Fonte: Elaboração própria, 2022.

**ANEXO B – Quadro comparativo das pesquisas do LabJaca**

<b>Data</b>	<b>Pesquisa</b>	<b>Tema</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Aspectos da divulgação</b>	<b>Parceria</b>	<b>Tipo de instituição da parceria</b>	<b>Objetivo</b>
04/2021	“Como Anda a Luz no Jacarezinho?”	Insegurança energética	Aplicação de formulário online com os moradores	Texto, gráfico de pizza, nuvem de palavras e vídeo.	não	Série da <i>RioOnWatch</i>	Apresentar e promover reflexão sobre o tema
06/2021	“Chacina do Jacarezinho: Nota metodológica sobre os custos das operações”	Segurança pública	Análise de Licitações (via site oficial e/ou Lei de Acesso à Informação)	Vídeo-relatório e <i>cards</i>	não	Produção “original” do LabJaca	Denúncia, crítica e esforço coletivo de quantificar as operações policiais
03/2022	“Boletim Dengue no Jacarezinho 2022”	Saúde	Entrevistas com os moradores	Texto e ilustração	InfoDengue (Fiocruz/FGV)	Instituição federal e instituição acadêmica privada	Apresentar e promover reflexão sobre o tema
08/2022	Relatório de Pesquisa do Observatório Cidade Integrada	Segurança pública	Entrevistas semiestruturadas, questionários, observação participante e levantamento de decretos	Texto, gráficos meia-lua e tabelas	Observatório Cidade Integrada (IDPN, GENI, Movimento Moleque, IDMJR, Casa Fluminense etc.)	Coletivos e movimentos sociais das favelas, instituições acadêmicas e da sociedade civil	Disputa pela verdade, ampliar as informações e trazer a percepção dos moradores sobre o programa

Fonte: Elaboração própria, 2022.